

Helen Maria Palmeira Medeiros

**Significados e conflitos**  
expressos na paisagem cultural  
do Cabo de Santo Agostinho/ PE

Recife, 2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO**

Helen Maria Palmeira Medeiros

**Significados e conflitos expressos na paisagem cultural do Cabo de Santo  
Agostinho/PE**

Recife, 2013

Helen Maria Palmeira Medeiros

**Significados e conflitos expressos na paisagem cultural do Cabo de Santo  
Agostinho/PE**

Dissertação apresentada, como requisito indispensável à obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Urbano, ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, na linha de pesquisa de Conservação Integrada, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vera Lúcia Mayrinck de Oliveira Melo.

Recife, 2013

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Maria Valéria Baltar de Abreu Vasconcelos, CRB4 -439

M488s Medeiros, Helen Maria Palmeira  
Significados e conflitos expressos na paisagem cultural do Cabo de Santo Agostinho/PE/ Helen Maria Palmeira Medeiros. – Recife: O Autor, 2013.  
153 f.: Il.

Orientador: Vera Lúcia Mayrinck de Oliveira Melo.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CAC. Desenvolvimento Urbano, 2013.  
Inclui referências e anexos.

1. Planejamento regional. 2. Paisagens culturais - Cabo de Santo Agostinho (PE). 3. Geografia cultural. 4. Sítios históricos - Cabo de Santo Agostinho (PE). I. Melo, Vera Lúcia Mayrinck de Oliveira (Orientador). II. Título.

711.4 CDD (22.ed.) UFPE (CAC 2013-93)



Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano  
Universidade Federal de Pernambuco

Ata de Defesa de dissertação em Desenvolvimento Urbano da mestranda **HELEN MARIA PALMEIRA MEDEIROS**.

Às 10 h do dia 30 de agosto de 2013 reuniu-se na Sala de Trabalhos de Graduação do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Artes e Comunicação, a Comissão Examinadora de dissertação, composta pelos seguintes professores: Vera Lúcia Mayrinck de Oliveira Melo (orientadora), Lúcia Maria Sá Antunes Costa e Onilda Gomes Bezerra (examinadoras externas), Maria de Jesus Britto Leite (examinadora interna) para julgar, em exame final, o trabalho intitulado: "PATRIMÔNIO E PAISAGEM: UM ESTUDO SOBRE A PAISAGEM CULTURAL DO CABO DE SANTO AUGOSTINHO", requisito final para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Urbano. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. Vera Lúcia Mayrinck de Oliveira Melo, após dar conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata, para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a comissão se reuniu, sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Pelas indicações, a candidata foi considerada aprovada. O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar eu Renata de Albuquerque Silva, lavrei a presente ata, que será assinada por mim, pelos membros participantes da Comissão Examinadora e pela candidata. Recife, 30 de agosto de 2013.

- Indicação da Banca para pul

Vera Lúcia Mayrinck de Oliveira Melo  
Orientadora

Lúcia Maria Sá Antunes Costa  
Examinadora Externa/UFRJ

Onilda Gomes Bezerra  
Examinadora Externa/DAU/MDU

Maria de Jesus Britto Leite  
Examinadora Interna/PPG/MDU

Renata de Albuquerque Silva  
Secretária do MDU

Helen Maria Palmeira Medeiros  
Candidata

## **Agradecimentos**

O presente trabalho, embora tenha sido conduzido por esta pesquisadora, contou com a valiosa contribuição de muitas pessoas, às quais agradeço pelo desprendimento e generosidade.

De início, agradeço à professora Vera Mayrinck, pela orientação, confiança, incentivo, dedicação e exemplo de profissional a ser seguido.

O interesse pelo objeto deste estudo deve-se ao período em que trabalhei na Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente do Cabo de Santo Agostinho/PE. Por isso, sou grata aos colegas dessa Secretaria, que acompanharam este estudo e com ele colaboraram.

Durante os dois anos passados na pós-graduação, desfrutei de vários momentos de discussões e debates, imprescindíveis à construção do conhecimento que fundamentou este estudo. Esses momentos foram compartilhados com Bárbara Tenório, Lízia Agra, Paula Aragão e Ana Renata Santos, às quais agradeço pelo companheirismo.

Agradeço a atenção dos atores entrevistados, que, com paciência, dedicaram alguns minutos e até horas para que este estudo tivesse uma de suas etapas cruciais desenvolvidas. Nas atividades de pesquisa de campo, pude contar com a inestimável ajuda do meu pai, Hermes Júnior, e da amiga Thaís Lucena. Em companhia deles, conheci a Sra. Oneida, outra pessoa essencial para este trabalho, a quem agradeço imensamente a simpatia e dedicação.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio financeiro da bolsa de estudos vinculada ao Programa de Pós-Graduação de Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco (MDU/UFPE).

Não poderia deixar de mencionar aquelas que, nos últimos meses, empenharam-se em me ajudar a concluir este trabalho. Agradeço a minha mãe, Rose, pelo apoio emocional e logístico. De igual forma, às amigas Rafaela Sena, Carla V. Sales e França Cleia B. Sousa.

Finalmente, agradeço a compreensão dos colegas da Universidade Estadual da Paraíba, sobretudo a Luína Alves e à professora Lúcia Couto. Ao professor Álvaro Farias, minha enorme gratidão pelo incentivo e por facilitar a conclusão deste trabalho.

A Deus, sempre, toda gratidão.

## **Resumo**

Esta dissertação tem como objeto de estudo a paisagem do Cabo de Santo Agostinho (CSA), entendida como “um recorte espacial de um determinado território dotado de uma expressão humana intencional composta de muitas camadas de significados”, tendo como marco teórico a perspectiva da geografia cultural. O CSA é um promontório rochoso do litoral sul de Pernambuco, localizado em município homônimo, integrante da Região Metropolitana do Recife (RMR). A área corresponde ao Sítio Histórico do Cabo de Santo Agostinho e Baía de Suape (SH-CSABS), assim como ao Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti (PMAHC) e tem, em seu entorno, o Complexo Industrial e Portuário de Suape (CIP-SUAPE). A presença desse empreendimento de grande porte nas proximidades do CSA resulta em conflitos de interesses entre os diferentes grupos de atores que atuam nesse território, promovendo modificações nos elementos que compõem a paisagem daquela área, reconhecida pelos especialistas por seus atributos históricos e paisagísticos como bem patrimonial. Diante desse quadro, este estudo propõe interpretar os significados da paisagem do CSA considerando as diferentes maneiras de ver dos atores com ela envolvidos, de forma a identificar os conflitos expressos na modificação dos elementos que a constituem, a fim de dar subsídios à sua conservação como bem patrimonial.

**Palavras-chave:** Paisagem cultural; Cabo de Santo Agostinho; significados; conflitos.

## **Abstract**

This dissertation has the Cabo de Santo Agostinho (CSA) landscape as its study object, understood as “a special cutting of determined territory that has a human intentional expression made of many layers of meaning”, having the cultural geography perspective as theoretical mark. The CSA is a stoned cape in the south coastline of Pernambuco, placed in a homonymy city from Metropolitan Region of Recife (RMR). The area correspond to a historic site, Sítio Histórico do Cabo de Santo Agostinho e Baía de Suape (SH-CSABS), and to a metropolitan park, Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti (PMAHC). In its surroundings is an industrial and port complex, the Complexo Industrial e Portuário de Suape (CIP-SUAPE). The presence of this big enterprise near of CSA results on conflicts of interest among the different kinds of actors who act in this territory promoting modifications in the elements that compose the landscape, recognized by specialists as a heritage due to its historic and landscape attributes. Faced with this frame, this study proposes to interpret the meanings of the CSA landscape, considering the different ways of seeing of the actors who are involved with it, as a way to identify the conflicts expressed on the modification of the elements that constitute that landscape, in order to give subsidies to its conservation as a heritage.

**Keywords:** Cultural landscape; Cabo de Santo Agostinho; meanings; conflicts.

## Lista de Imagens

<b>Imagem 01</b> – Estuários dos rios Massangana, Tatuoca Ipojuca e Merepe	16
<b>Imagem 02</b> – Mapa da Região Metropolitana do Recife, com o município do Cabo de Santo Agostinho e seu promontório em destaque	45
<b>Imagem 03</b> – Vista do promontório do CSA a partir do sul	45
<b>Imagem 04</b> – Vista do Cabo de Santo Agostinho a partir do sul	46
<b>Imagem 05</b> – Representação do Brasil, feita em 1565, para o 3º volume da obra <i>Navigationali et viaggi</i> , de Giovanni Battista vRamusio (imagem completa)	47
<b>Imagem 06</b> – Detalhe da Representação do Brasil, feita em 1565, para o 3º volume da obra <i>Navigationali et viaggi</i> , de Giovanni Battista Ramusio	48
<b>Imagem 07</b> – Descripción de las Yndias Occidentales (Decrição das Índias Ocidentais), por Antonio de Herrera y Tordesillas, Amsterdam: M. Colin, 1622	48
<b>Imagem 08</b> – Vista da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré	50
<b>Imagem 09</b> – Mapa dos sítios históricos prospectados no Cabo de Santo Agostinho e Baía de Suape	50
<b>Imagem 10</b> – Mapa do Cabo de Santo Agostinho e do estuário de Suape/Pernambuco, com suas fortificações	51
<b>Imagem 11</b> – Detalhe: Gravura 36 (BARLAEUS,1980), em que aparece o Forte de Nazaré e o do Castelo do Mar	52
<b>Imagem 12</b> – Cabo de Santo Agostinho, 1634	52
<b>Imagem 13</b> – Vista das ruínas do Forte do Pontal: só aparecem quando a maré está baixa.	53
<b>Imagem 14</b> – Quartéis do Forte Castelo do Mar	54
<b>Imagem 15</b> – Forte São Francisco de Xavier de Gaibu	54
<b>Imagem 16</b> – Ruínas do Convento Carmelita	55
<b>Imagem 17</b> – Ruínas da Capela Velha	56
<b>Imagem 18</b> – Vista aérea da Vila de Nazaré, com destaque para o cemitério, ruínas do convento e Igreja de Nazaré	56
<b>Imagem 19</b> – Bica da Ferrugem	57
<b>Imagem 20</b> – Farol antigo	58
<b>Imagem 21</b> – Novo farol	58
<b>Imagem 22</b> – Representação da estação de trem do Cabo, no século XIX	60
<b>Imagem 23</b> – Vista aérea do Distrito Industrial do Cabo	60
<b>Imagem 24</b> – Forte Castelo do Mar visto do alto	63
<b>Imagem 25</b> – Vista da praia de Gaibu	63

<b>Imagem 26</b> – Vista do CIP-SUAPE, em 2012	64
<b>Imagem 27</b> – CIP-SUAPE visto a partir da estrada que dá acesso à praia do Paraíso.	65
<b>Imagem 28</b> – Vista do então hotel Blue Tree Park	65
<b>Imagem 29</b> – Projeto para o Complexo Turístico no Pontal de Suape	66
<b>Imagem 30</b> – Ônibus e operários em Gaibu	67
<b>Imagem 31</b> – Extensa faixa de coqueiros na praia do Paiva, em 2004	67
<b>Imagem 32</b> – Localização do projeto da Reserva do Paiva, em imagem de divulgação do empreendimento	68
<b>Imagem 33</b> – Construção de edifícios empresariais na Reserva do Paiva	68
<b>Imagem 34</b> – Perspectiva de divulgação do projeto Convida Suape	69
<b>Imagem 35</b> – Localidades do PMAHC	70
<b>Imagem 36</b> – Logotipo do Plano Diretor do Cabo de Santo Agostinho	71
<b>Imagem 37</b> – Foto aérea do CSA e Baía de Suape, com indicação do perímetro apresentado na proposta de tombamento, em 1973	73
<b>Imagem 38</b> – Marco Ecológico do Parque Metropolitano	75
<b>Imagem 39</b> – Zoneamento do CIP-SUAPE, em que a área do PMAHC aparece como ZPC	76
<b>Imagem 40</b> – Mapa do Sistema de Parques Metropolitanos, em 1980	77
<b>Imagem 41</b> – Delimitação dos perímetros de tombamento do Sítio e do PMAHC	78
<b>Imagem 42</b> – Localização do Território Estratégico de Suape	81
<b>Imagem 43</b> – Localização do Geoparque do Litoral Sul	82
<b>Imagem 44</b> – Linha do tempo da paisagem do CSA	85
<b>Imagem 45</b> – Fotomontagem em que se apresentam as localidades onde foram feitas as entrevistas semiestruturadas.	90
<b>Imagem 46</b> – Barraca de venda de doces caseiros e licores, no Vale da Lua	91
<b>Imagem 47</b> – Embarcações de pesca e passeio na baía de Suape	91
<b>Imagem 48</b> – Restaurante na praia de Calhetas	92
<b>Imagem 49</b> – Instalações do porto, vistas a partir da praia do Paraíso	99
<b>Imagem 50</b> – Pescadores separando ouriços coletados, Suape.	100
<b>Imagem 51</b> – Vista da Baía de Suape e do porto, a partir da estrada construída para dar acesso ao <i>resort</i> .	101
<b>Imagem 52</b> – Paisagem do CSA – luz do céu, mar e terra. No canto inferior direito, a ruína casa do faroleiro	101
<b>Imagem 53</b> – Mirante da Pedra do Cogumelo	110
<b>Imagem 54</b> – Vista aérea da praia do Paraíso, onde é possível ver as construções informais	116

<b>Imagem 55</b> – Ocupação informal na praia do Paraíso. Na placa, lê-se: “vende-se chalé c/ piscina e área de lazer”.	117
<b>Imagem 56</b> – Mapa de zoneamento do Plano Diretor SUAPE 2030	118
<b>Imagem 57</b> – Vista aérea da praia de Calhetas	119
<b>Imagem 58</b> – Vista a partir do mirante da Pedra do Cogumelo	121
<b>Imagem 59</b> – Movimentação de trabalhadores da Refinaria Abreu e Lima e da Petroquímica (ambas localizadas no CIP-SUAPE) em greve.	122
<b>Imagem 60</b> – Vista aérea do estuário do Rio Massangana, na qual se veem as manchas verdes dos manguezais.	124
<b>Imagem 61</b> – Estrada de barro que dá acesso à praia do Paraíso	127

### Lista de gráficos

<b>Gráfico 01</b> – Elementos destacados por moradores na paisagem do CSA	97
<b>Gráfico 02</b> – Elementos que os moradores primeiro mostrariam a visitantes.	97
<b>Gráficos 03 e 04</b> – Significados e importância do CSA, conforme resposta dos moradores	98
<b>Gráfico 05</b> – Elementos que compõem a paisagem do CSA interpretados a partir das respostas dos especialistas.	103
<b>Gráfico 06</b> – Elementos que os especialistas primeiro mostrariam a um visitante.	104
<b>Gráficos 07 e 08</b> – Significados e importância do CSA, conforme resposta dos moradores	105
<b>Gráfico 09</b> – Elementos destacados pelos visitantes na paisagem do CSA	105
<b>Gráfico 10</b> – Elementos que os visitantes primeiro mostrariam a outros visitantes.	106
<b>Gráficos 11 e 12</b> – Significados e importância do CSA, conforme resposta dos visitantes	106
<b>Gráfico 13</b> – Elementos que compõem a paisagem do CSA interpretados a partir das postagens de <i>blogs</i> analisados.	107
<b>Gráfico 14</b> – Elementos que compõem a paisagem do CSA interpretados a partir das reportagens analisadas.	109
<b>Gráficos 15 a 17</b> – Relação dos elementos naturais citados pelos atores entrevistados.	110
<b>Gráficos 18 a 20</b> – O que agrada e desagrada os atores entrevistados na paisagem do CSA	115

## Lista de siglas e abreviaturas

AGÊNCIA CONDEPE/ FIDEM	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco
CDSCSA	Conselho de Desenvolvimento Sustentável do Cabo de Santo Agostinho
CIP-SUAPE	Complexo Industrial e Portuário Governador Eraldo Gueiros
CONDEPE	Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
CPRH	Agência Estadual do Meio Ambiente
CPRM	Serviço Geológico do Brasil
CSA	Cabo de Santo Agostinho
DPHAN	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
FIDEM	Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife
FUNCEF	Fundação dos Economiários Federais
FUNDAJ	Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais
FUNDARPE	Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MPF	Ministério Público Federal
MPPE	Ministério Público do Estado de Pernambuco
NAD	Núcleo Administrativo do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti
PACH-CSA	Plano de Ação para Cidades Históricas do Cabo de Santo Agostinho
PDI-RMR	Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana do Recife
PDSPM-RMR	Plano Diretor do Sistema de Parques Metropolitanos da Região Metropolitana do Recife
PECCIPS	Programa Ecológico e Cultural do Complexo Industrial e Portuário de Suape
PMAHC	Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti
PMCSA	Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho
PPSH-RMR	Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife
RMR	Região Metropolitana do Recife

---

SEPLAN	Secretária de Planejamento do Governo do Estado de Pernambuco
SH-CSABS	Sítio Histórico do Cabo de Santo Agostinho e Baía de Suape
SMPMA	Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente do Cabo de Santo Agostinho
SPM-RMR	Sistema de Parques Metropolitanos da Região Metropolitana do Recife
SUAPE	Empresa Pública SUAPE – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
ZPC	Zona de Preservação Cultural do Plano Diretor de SUAPE
ZPEC	Zona de Preservação Ecológica do Plano Diretor de SUAPE

---

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>1 Paisagem e patrimônio</b>	<b>27</b>
1.1 Paisagem cultural: uma abordagem geográfica	28
1.2 Patrimônio: do monumento histórico à conservação integrada das paisagens	33
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>2 Formação da paisagem do Cabo de Santo Agostinho e instrumentos de proteção</b>	<b>43</b>
2.1 Evolução da ocupação e formação da paisagem do Cabo de Santo Agostinho	44
2.2 As iniciativas de proteção do Cabo de Santo Agostinho	72
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>3 Os grupos de atores e suas maneiras de ver a paisagem do Cabo de Santo Agostinho</b>	<b>84</b>
3.1 Atores envolvidos na produção da paisagem do Cabo de Santo Agostinho	87
3.2 As maneiras de ver a paisagem do Cabo de Santo Agostinho	94
3.2.1 A maneira de ver a paisagem conforme os atores locais	96
3.2.2 A maneira de ver a paisagem conforme os atores não locais	100
<b>CAPÍTULO IV</b>	
<b>4 Conflitos de interesses e conservação da paisagem cultural do Cabo de Santo Agostinho</b>	<b>112</b>
4.1 Conflitos de interesses expressos na paisagem do Cabo de Santo Agostinho	113
4.1.1 A ocupação desordenada do território	115
4.1.2 Construção de grandes empreendimentos industriais	120
4.1.3. Destruição dos recursos naturais	123
4.1.4 Ações de planejamento territorial e de conservação do patrimônio cultural	125
4.2 A paisagem cultural do Cabo de Santo Agostinho vista como objeto patrimonial	128
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>132</b>

**REFERÊNCIAS** **137**

**ANEXOS**

Anexo A – Modelo de roteiro de entrevista com moradores	147
Anexo B – Modelo de roteiro de entrevista com especialistas	148
Anexo C – Modelo de roteiro de entrevista com visitantes	149
Anexo D – Quadro com lista de atores envolvidos com o Cabo de Santo Agostinho e seus interesses	150
Anexo E – Quadro dos instrumentos incidentes sobre o CSA e mapa com sobreposição dos perímetros desses instrumentos	151

# INTRODUÇÃO



## Introdução

O foco deste trabalho é a interpretação dos significados atribuídos à paisagem do Cabo de Santo Agostinho (CSA) pelos diferentes grupos de atores que com ela relacionam-se, de forma a identificar os elementos que a constituem e que estão passando por um processo de modificação, bem como os conflitos que envolvem tais mudanças, visando a dar subsídios à sua conservação.

O CSA está localizado em município homônimo<sup>1</sup>, integrante da Região Metropolitana do Recife (RMR), sendo um promontório rochoso do litoral sul de Pernambuco, onde está situado o Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti (PMAHC) e, num polígono mais abrangente, o Sítio Histórico do Cabo de Santo Agostinho e Baía de Suape. Juntos, cabo e baía representam o recorte da paisagem do CSA que está sendo considerada neste trabalho. Esse território, devido a seus atributos históricos e paisagísticos, é reconhecido por especialistas que desenvolveram algumas ações de conservação. A primeira foi em 1961, e considerou a Igreja de Nazaré como patrimônio nacional. No entanto, foi a partir de meados da década de 1970 e início de 1980, em virtude da proposta do Governo do Estado de implantar um complexo industrial e portuário na proximidade da área, que as medidas de proteção da área intensificaram-se.

Do ponto de vista natural, o promontório caracteriza-se por uma extrusão vulcânica que avança sobre o mar, onde estão localizadas pequenas praias – Calhetas e Paraíso –, que ofertam lazer contemplativo e ativo para aqueles que as visitam. A formação rochosa do promontório é estudada por geólogos, visto ser composta por um granito único no território nacional, além de possivelmente representar o último ponto de ruptura entre os continentes americano e africano (NASCIMENTO; SOUZA, 2005).

No CSA, é possível perceber grandes voçorocas e ravinas que evidenciam um antigo processo de erosão, conforme descrito em 1614 por Mateus Jorge (*apud* MELLO NETO, 1981, p. 39), ao afirmar que a terra do promontório parece como “escalvada a modo de restolho, e sem arvoredos, e sem mato, salvante umas árvores baixas longe umas das outras [...]”. As pequenas ocupações rurais nas áreas não erodidas foram, ao longo do tempo, inserindo culturas como a da mandioca e da araruta, além do plantio de fruteiras, que passaram a ser fonte de subsistência para muitos moradores locais.

---

1 Para evitar confusões de nomenclatura, neste trabalho, quando se estiver referindo ao município, será utilizada a forma abreviada *Cabo*, enquanto que *Cabo de Santo Agostinho* ou *CSA* serão usados em referência à área do promontório rochoso.

Imediatamente ao Sul do promontório está a baía de Suape, um ancoradouro natural utilizado como porto para pequenas embarcações e onde deságuam os rios Massangana – que serve de limite entre os municípios do Cabo e de Ipojuca –, Tatuoca, Ipojuca e Merepe, no município de Ipojuca (Imagem 01). Entre os estuários dos rios Massangana e Tatuoca estão as ilhas de Tatuoca e da Cocaia, recobertas por extensos manguezais, abrigo de várias espécies de crustáceos, moluscos e peixes, “cuja captura desempenha importante papel na sobrevivência das populações locais” (CPRH, 2003, p. 15).

**Imagem 01** – Estuários dos rios Massangana, Tatuoca Ipojuca e Merepe



**Fonte:** A autora, 2013.

A história conta que o CSA foi descoberto por Américo Vespúcio, em 1501, embora haja versões que afirmem ter sido descoberto pelo navegador espanhol Vicente Pinzón, em 1500. Durante o período de colonização pelos portugueses e do concorrido comércio açucareiro, assumiu a condição de ponto estratégico na defesa da costa brasileira, sendo cenário para as disputas entre portugueses e holandeses, no século XVII, conforme consta na historiografia e nos testemunhos dos edifícios militares, civis e religiosos, entre os quais se destacam a Vila de Nazaré, a Igreja de Nossa Senhora de Nazaré e as ruínas de seu convento; as ruínas da Capela Velha, do Forte do Pontal, do Antigo Quartel, do Forte Castelo

do Mar, das Baterias de São Jorge, da antiga Casa do Faroleiro, da Bateria de Calhetas e do Forte de São Francisco Xavier (PERNAMBUCO, 2000, p. 15).

Atualmente, a Vila de Nazaré continua com o mesmo padrão de ocupação. Segundo Barreto (2007, p. 34), se forem comparados uso do solo, dimensões das propriedades, traçados e acessos da Vila de Nazaré nos registros cartográficos do período colonial brasileiro com o que se encontra hoje, percebe-se grande equivalência. Para ela, “isto simboliza a perpetuidade através de gerações da relação da população com o meio em que vive” (*idem*). No entanto, além dos moradores da Vila de Nazaré, onde estão concentrados os edifícios históricos, o promontório é povoado por mais treze comunidades com ocupações predominantemente residenciais e rurais, tendo alguns comércios próximos às praias. Tais localidades são: Sítio de Nazaré, Sítio do Sapateiro, Vale da Lua, Calhetas, Areais, Gaibu Novo, Estrada do Tabordo, Sítio da Bica, Sítio do Tomás, Águas Compridas, Sítio da Fonte, Vila de Suape, Sítio da Barra e Praia da Preguiça ou do Paraíso<sup>2</sup>. Alguns dos processos de ocupação dessas comunidades remontam ao período colonial brasileiro, a exemplo da Vila de Suape, enquanto que os mais recentes iniciaram há, pelo menos, 25 anos, como no caso do Paraíso<sup>3</sup>.

Nesse contexto, o CSA expressa, na paisagem atual, uma diversidade natural e cultural que foi sendo formada ao longo da história, como também apresenta características imateriais que podem ser constatadas nos modos de fazer e nas festividades culturais que ali acontecem. Entre as festas tradicionais religiosas que tomam espaço no promontório, estão a Festa de Santo Agostinho (em 28 de agosto) e a festa do Bom Jesus dos Passos, no período da quaresma. A Festa da Ouriçada, mais relacionada aos festejos populares, acontece no dia 13 de dezembro, em devoção a Santa Luzia. Nesse dia, os pescadores tomam suas embarcações para a coleta de ouriços que são preparados na beira da praia, em um banquete comunal (ARAUJO et al., 1983). A festa iniciou-se por volta de 1940 (BARRETO, 2007, p. 37) e era celebrada na praia do Paraíso, passando para Tatuoca; atualmente acontece na praia de Suape.

Assim, o CSA apresenta características naturais, culturais e imateriais em seu território, que foram sedimentando-se ao longo do tempo como resultado da ação do homem sobre o meio, caracterizando a paisagem dos dias atuais. Por isso, é preciso considerar essas características de forma integrada, já que elas são o cerne da paisagem.

---

2 Conforme levantamento apresentado no Plano Estratégico do Parque Metropolitano do Cabo de Santo Agostinho (2000).

3 A ocupação do Paraíso originou-se quando 12 moradores da Vila de Suape e de Tatuoca invadiram a praia da Preguiça dos pescadores (Paraíso), até então inabitada, em 1988, conforme relatou um dos primeiros invasores, ao ser entrevistado por esta pesquisadora.

Na paisagem do CSA, está expresso o Complexo Industrial e Portuário Governador Eraldo Gueiros (CIP-SUAPE), situado ao sul da Baía de Suape. Sua implantação foi baseada em estudos desenvolvidos desde a década de 1960 e, após a criação da Região Metropolitana do Recife, em 1974, sua implantação foi apresentada no primeiro Plano de Desenvolvimento Integrado da RMR (PDI-RMR), de 1976, como um dos programas referentes à estratégia do fortalecimento da base econômica, o *Programa de Implantação do Complexo Industrial na Área de Suape*.

A proposta de instalação desse grande complexo gerou discussões, sobretudo no que se refere à necessidade de proteção ambiental e histórica da área, como é possível perceber por meio da carta intitulada “A propósito de Suape”<sup>4</sup>, que questionava os benefícios da instalação do complexo. A carta inaugurou uma sequência de debates publicados em jornais (CAVALCANTI, C., 2008) e, em resposta à polêmica gerada, o governo do Estado, por intermédio da então Secretaria de Planejamento (SEPLAN) e do Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco (CONDEPE), criou o Programa Ecológico e Cultural do Complexo Industrial e Portuário de Suape (PECCIPS), coordenado pelo arquiteto Armando de Holanda Cavalcanti (PERNAMBUCO, 1978).

Por outro lado, ainda no PDI-RMR, foram previstas algumas ações de implantação de parques metropolitanos dentro do programa de Habitação e Urbanismo. Entre esses parques, estava o Parque Metropolitano de Santo Agostinho, que foi instituído pelo Presidente da República em 1977, por meio da Exposição de Motivos Interministerial nº 325. Para tanto, duzentos e setenta hectares foram desapropriados com recursos do Governo do Estado de Pernambuco e da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (MELLO NETO, 1981). Posteriormente, o nome do parque seria alterado para Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti (PMAHC), por meio do Decreto nº 5.765/1979.

O Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife (PPSH-RMR) criou, em 1978, o Sítio Histórico do Cabo de Santo Agostinho. Apesar do reconhecimento da importância histórica do sítio, até então, somente a Igreja de Nazaré e as Ruínas do Convento Carmelita eram institucionalmente protegidas, por meio de tombamento federal de 1961. Em 1983, iniciou-se o processo de tombamento estadual do Sítio Histórico do Cabo de Santo Agostinho e Baía de Suape, sendo homologado em 1993, por intermédio do Decreto Estadual nº 17.070/1993. O documento de tombamento reconhecia o valor paisagístico do sítio, afirmando que, “em conjunto, o Cabo e a Baía constituem a mais bela paisagem da área costeira do Estado”.

---

4 publicada no Jornal da Cidade, em 05 abr. 1975.

Em 1978, o Governo do Estado desapropriou uma área equivalente a quinhentos quilômetros quadrados para a implantação do complexo, que passou a pertencer à empresa pública SUAPE – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros (SUAPE), criada pela Lei nº 7.763/1978. Assim, a área do CSA foi incorporada ao território de SUAPE, sendo denominada Zona de Preservação Cultural (ZPC) no primeiro Plano Diretor de Suape, em 1980. No CSA, existem pequenas propriedades privadas e do Patrimônio da União, da Ordem Carmelita e do Ministério da Marinha, equivalentes a pouco mais de 10 hectares (BARRETO, 2007, p. 21). Apesar da desapropriação, a população continuou residindo no CSA.

Em 1988, um grupo privado, PREFASA Empreendimentos e Construções LTDA, assumiu, por 99 anos, a administração do PMAHC, por meio de uma Permissão de Bem Imóvel a Título Oneroso, em troca da implantação de um hotel na praia de Suape. Em 1995, a PREFASA vendeu o hotel à Fundação dos Economistas Federais (FUNCEF), que passou a assumir as obrigações sobre o PMAHC, por intermédio do Núcleo Administrativo do Parque (NAD).

Diante da complexidade dos atores envolvidos e das ações que a implantação do parque exigiria, o Ministério Público estabelece, em 2006, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), no qual propõe a criação de um Conselho Gestor provisório que deveria instituir o Conselho Gestor definitivo e ser composto por representantes da Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho (PMCSA), de SUAPE, da FUNCEF, da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (AGÊNCIA CONDEPE/FIDEM), da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE) e da Agência Estadual do Meio Ambiente (CPRH). Apesar de estabelecido no TAC, até hoje, nem o Conselho Gestor definitivo foi instituído, nem o parque foi implementado.

Para implantação do parque, as demandas imediatas estão relacionadas ao controle das erosões, bem como das invasões, decorrentes do atrativo populacional gerado pelas ofertas de trabalho oferecidas pelo CIP-SUAPE e do processo continuado de ocupação, que não foi interrompido com a desapropriação da área. Uma pesquisa realizada por SUAPE, em 1998, aponta para uma população residente de 2.102 habitantes dentro da área do PMAHC (CAVALCANTI, R., 2006).

Apesar da existência dos instrumentos de proteção do CSA citados – parque metropolitano, sítio histórico metropolitano e estadual, zona de preservação cultural –, esses têm mostrado dificuldades na proteção da paisagem existente. O valor paisagístico a que se referem esses instrumentos está fundamentado **na ambiência, beleza cênica e natural,**

a partir da maneira de ver de um grupo que, ao longo do tempo, elaborou propostas de proteção desse território, tendo como referência seus atributos naturais e monumentos históricos.

Contudo, se a paisagem desse local está sendo modificada por fatores naturais e antrópicos decorrentes dos diversos interesses resultantes das relações estabelecidas entre os grupos que interferem e usufruem do território, é preciso entender quais são os elementos da paisagem que estão sendo modificados e os conflitos resultantes desses interesses distintos, que podem comprometer sua proteção. Assim, é importante que se indague: **Quais elementos dessa paisagem estão sendo modificados? Como são as relações entre os atores envolvidos com esse território? Quais os diversos interesses que envolvem a modificação e a conservação dessa paisagem? O que a paisagem do CSA significa para esses atores?** Essas questões norteiam este estudo.

A justificativa pela escolha da paisagem do CSA como objeto empírico deste trabalho deve-se ao fato de essa paisagem, embora reconhecida como patrimônio, ter sua conservação comprometida pelas constantes modificações, provocadas principalmente pela demanda populacional, em virtude do desenvolvimento do CIP-SUAPE e pela inexistência de estudos sobre a paisagem que abordem as dimensões naturais, culturais, materiais e imateriais de forma integrada.

Portanto, este trabalho tem como **objetivo geral** interpretar os significados da paisagem do CSA considerando as diferentes maneiras de ver dos atores envolvidos em sua modificação e conservação, de forma a identificar os conflitos expressos na modificação dos elementos que a constituem, a fim de dar subsídios à sua conservação como bem patrimonial.

Os **objetivos específicos** desta pesquisa são: 1. Identificar os elementos da paisagem do CSA que estão sendo modificados; 2. Identificar os atores envolvidos, seus interesses e relações que estabelecem com o CSA; 3. Interpretar os significados dessa paisagem para os atores com ela relacionados; e 4. Identificar os conflitos expressos na paisagem do CSA.

Para atingir os objetivos propostos, o presente trabalho desenvolveu-se a partir de uma pesquisa qualitativa, que trata de um nível de realidade que não pode ser quantificado, aprofundando-se no mundo dos significados das ações e relações humanas (MINAYO, 1994), por meio de uma abordagem hermenêutica, entendida como a arte da interpretação da modernidade (MELO, 2005), partindo do pressuposto de que ambos, investigador e seu “sujeito” de observação, são expressões de seu tempo e de seu meio cultural. A pesquisa

desenvolveu-se com base nas seguintes fases: pesquisa bibliográfica e documental; pesquisa de campo; tratamento e análise de dados.

A **pesquisa bibliográfica** compreendeu o aprofundamento teórico sobre o conceito de paisagem dentro dos campos da geografia cultural e da conservação. Na perspectiva da nova geografia cultural, a concepção de paisagem abordada neste estudo assume a metáfora de um texto cultural que pode ser lido e interpretado, apoiada em uma abordagem hermenêutica do conceito de cultura presente nas obras dos teóricos Clifford Geertz (2008) e Raymond Williams. Nesse contexto, merece destaque, no presente trabalho, a contribuição dos geógrafos anglo-saxões Denis Cosgrove (1998, 2000) e James Duncan (2000, 2004).

Cosgrove (1998) incorpora uma visão materialista dialética em seus estudos de paisagem, afirmando que em um mesmo território coexistem culturas dominantes e alternativas, cada uma deixando suas expressões na paisagem. Duncan (2004) considera as paisagens como elementos centrais de um sistema cultural e interessa-se pela maneira como as paisagens podem representar relações de poder.

Com relação ao campo da conservação, a categoria patrimonial de paisagem cultural foi criada em 1992 pela UNESCO, embasada nos debates sobre a questão do desenvolvimento sustentável, que tem como princípio a relação harmoniosa do homem com seu meio ambiente. Assim, o conjunto de elementos naturais e construídos passam a ser analisados de forma integrada, diferentemente da separação entre patrimônio natural e cultural, existente até então. Para entender a evolução do conceito de patrimônio até a criação da categoria de paisagem cultural, estudaram-se as cartas patrimoniais como recomendações internacionais que fornecem diretrizes para a conservação do patrimônio. Além das cartas, corroboraram com este estudo os textos dos teóricos Jokilehto (2002, 2007), Viñas (2008) e Choay (2006), entre outros.

Uma vez que a paisagem cultural como categoria patrimonial, desde sua institucionalização, vem despertando o interesse de muitos pesquisadores que se dedicam às limitações e potencialidades de operacionalização dessa categoria, foram também consultados os textos publicados por Ribeiro (2007, 2010, 2011), Melo (2003, 2005), Castriota (2009), Antrop (2004), Nogué e Sala (2006).

Além do aprofundamento teórico, a pesquisa bibliográfica destinou-se ao levantamento e estudo de trabalhos que tratassem do CSA, por meio de livros, como também de jornais, revistas, artigos, trabalhos técnicos e acadêmicos e publicações avulsas. Dessa forma, os

trabalhos acadêmicos que mais contribuíram para esta pesquisa foram os de: Rosyonne Barreto (2007), dedicado ao estudo do processo de tombamento federal do conjunto das áreas da Baía de Suape e do Cabo de Santo Agostinho; Danielle Rocha (2000), que, no campo da geografia, trata do litoral do Cabo, compreendido entre Gaibu e Suape, utilizando os conceitos de território e lugar, sob uma abordagem dialética; e Maria José Cavalcanti (2005), sobre a gestão e proteção dos parques metropolitanos da RMR. Foram também consultados trabalhos técnicos desenvolvidos pelo Programa Ecológico e Cultural do Complexo Industrial e Portuário de Suape (PECCIPS), entre 1977 e 1979, com enfoques multidisciplinares, constituindo rico material para o desenvolvimento deste estudo.

O levantamento de notícias em periódicos e na internet tiveram como foco dois momentos: entre meados da década de 1970 e início de 1980, quando a implantação do CIP-SUAPE foi anunciada e suas repercussões na paisagem e no meio ambiente foram amplamente discutidas nos jornais; e nos últimos 15 anos, nesse caso, por serem importantes fontes de informação acerca dos atores envolvidos e dos conflitos, uma vez que retratam o cotidiano das comunidades.

Para complementar o estudo acerca da historiografia que auxiliasse na compreensão de quais modificações ocorreram na paisagem do CSA, além da identificação dos grupos de atores com ela envolvidos, recorreu-se à **pesquisa documental**. Assim, foram realizadas pesquisas em documentos oficiais, tais como planos, estudos, diagnósticos, programas e o que mais se referisse ao CSA, recorrendo-se ao acervo da AGÊNCIA CONDEPE/FIDEM, FUNDARPE, IPHAN, FUNDAJ e PMCSA. Soma-se a isso o levantamento de material iconográfico e cartográfico que subsidiou o presente estudo.

Na fase de trabalho de campo, foi realizada a **observação livre**, que, juntamente com a **entrevista semiestruturada**, constituem as etapas de uma pesquisa de campo semiestruturada. A observação livre teve a finalidade de aprofundar o conhecimento sobre o sítio, bem como identificar tanto aspectos já levantados nas pesquisas bibliográfica e documental, quanto os atores locais. Para Marconi e Lakatos (2002, p. 88), a observação é o ponto de partida da investigação social e “ajuda o pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento”. A observação também contribuiu na identificação dos usos existentes, da ocupação do solo e da relação estabelecida dos moradores com o CSA, além de dar subsídios à construção do roteiro das entrevistas.

Com as informações obtidas, foi possível listar os atores que deveriam ser entrevistados, não por amostragem numérica, mas segundo critérios de representatividade e envolvimento

com o objeto de estudo. Nesse intuito, os atores foram divididos entre locais e não locais, conforme propõe Duncan (2004, p. 109). Para Viñas (2008, p. 209 *et seq.*), uma conservação sustentável deverá considerar dois grupos fundamentais, que são os especialistas e os futuros usuários. Segundo ele, os especialistas, ao defenderem a conservação dos objetos patrimoniais, representam os interesses dos futuros usuários, que poderão ter acesso ao bem graças à intervenção daqueles. Também atuam como mediadores entre o objeto patrimonial e a população leiga que, muitas vezes, passa a apreciar o objeto devido a essa mediação.

Entre os atores locais, estão os moradores nativos, representantes de famílias que ocupam por gerações continuadas a área; os moradores *de fora*, que foram para o CSA interessados na melhoria de qualidade de vida; e os *invasores*, atraídos pelo desenvolvimento proporcionado pelo CIP-SUAPE, que ocupam terras públicas com construções irregulares. Já o grupo dos atores não locais é caracterizado por visitantes e especialistas. Os visitantes são representados por turistas em busca do lazer proporcionado pelas praias. Os especialistas, ao frequentarem a área, assumem, por vezes, o papel de visitantes. No grupo dos especialistas, estão tanto representantes de instituições públicas responsáveis pela conservação do patrimônio e pelo planejamento e gestão do território, quanto intelectuais com estudos dedicados ao CSA.

Ao total, entrevistaram-se 35 atores, dos quais 13 foram locais; 12, especialistas e 10, visitantes. As entrevistas com os atores locais ocorreram durante o mês de janeiro de 2013, na Vila de Suape e Vila de Nazaré, no Sítio da Barra, em Calhetas, Paraíso e no Vale da Lua<sup>5</sup>, nas residências ou local de trabalho dos moradores. Já os especialistas foram entrevistados entre setembro de 2012 e janeiro de 2013, nos escritórios de instituições a que estão relacionados. Foram entrevistados especialistas que são ou já foram relacionados à SUAPE, FUNCEF, PMCSA, IPHAN e AGÊNCIA CONDEPE/FIDEM; além de acadêmicos dedicados a questões da Geografia, da Conservação, do Planejamento Metropolitano e da Geologia, com trabalhos relacionados ao CSA.

Para as entrevistas, foi utilizado um modelo semiestruturado, deixando o entrevistado à vontade para seguir espontaneamente sua linha de raciocínio dentro do foco apresentado pelo entrevistador. Vale ressaltar que as questões que formam o roteiro da entrevista são fundamentadas na teoria que baseou o estudo, como também nos objetivos a serem

---

5 Por ser uma área de construções espaçadas e baixa ocupação, o número de atores locais entrevistados foi pequeno. Das 14 comunidades existentes, foram entrevistados representantes de 6 delas, uma vez que, devido a questões de criminalidade e violência, tanto especialistas quanto moradores desaconselharam a ida até algumas localidades. Além disso, as relações de muitos moradores não ficam restritas a suas comunidades, a exemplo de uma moradora entrevistada que mora na Vila de Suape e desenvolve atividades na Vila de Nazaré e no Sítio da Barra.

atingidos (TRIVIÑOS, 1987:146). Em geral, os modelos de entrevistas para os três grupos – moradores, especialistas e visitantes – seguiram roteiros semelhantes, sendo adaptados em função das especificidades dos grupos de atores, com perguntas sobre o conhecimento dos atores quanto ao objeto deste estudo; a relação que tem com o CSA e os significados que atribuem à sua paisagem. O único tópico diferente nas entrevistas foi com relação à trajetória espacial dos atores locais (Anexos A a C).

A interpretação das respostas fornecidas pelos entrevistados representou importante contribuição para alcançar os objetivos propostos por este estudo. Nessa fase de **tratamento e análise de dados**, os resultados das entrevistas foram interpretados individualmente, considerando-se o contexto social de cada entrevistado, segundo pressupõe o método hermenêutico. Depois, as respostas dadas a uma mesma pergunta foram agrupadas, e sua justaposição permitiu a comparação entre as maneiras de ver a paisagem segundo os diversos grupos. Para identificar os elementos da paisagem do CSA conforme a maneira de ver dos atores, as citações a esses elementos foram quantificadas e expressas em gráficos.

As informações interpretadas a partir das entrevistas, a respeito dos elementos da paisagem, das relações estabelecidas com o CSA, dos significados que os atores envolvidos atribuem ao CSA, assim como dos conflitos de interesses com as instituições que ali estão representadas, foram contrapostas aos dados levantados pelas pesquisas bibliográficas e documentais, para, então, ser criada uma narrativa apoiada nas diferentes maneiras de ver a paisagem do CSA.

A paisagem, como um texto, possibilita múltiplas leituras, razão por que Ribeiro (2011) afirma que é essencial adotar uma narrativa que tenha um eixo central para sua leitura. Sem um eixo norteador, é possível que a paisagem seja tratada como uma *paisagem-inventário*, na qual a coexistência espacial torna-se um único ponto que une todas as manifestações culturais listadas.

Ao propor uma narrativa para a paisagem, o pesquisador assume um dos três sentidos para o termo hermenêutica<sup>6</sup>, o de traduzir (PALMER, 2006, p. 36 *et seq.*). A construção da narrativa coloca o pesquisador no esforço de interpretar a paisagem dos grupos de atores e, então, “re-presentá-la” (COSGROVE, 1998, p. 110, grifo do autor), traduzi-la, de forma que seus significados possam ser expressos e compreendidos pelo leitor. Nesse processo, é preciso ter consciência de que o intérprete ou tradutor – no caso, a autora deste trabalho

---

6 Segundo Palmer (*op. cit.*), o termo, comumente traduzido por *interpretação*, vem do idioma grego, no qual seu significado segue em três sentidos: dizer, explicar e traduzir.

– está condicionado pelos próprios pressupostos e por filtros sociais e históricos. No entanto, não se trata de uma narrativa a sentimento, de livre interpretação. Antes, está apoiada em evidências materiais no campo, de fontes documentais, bibliográficas e de iconografia, além de diversos produtos culturais “que fornecem uma firme base a respeito dos significados que lugares e paisagens possuem, expressam e evocam” (COSGROVE, *op. cit.*, p. 110).

Pretende-se, portanto, com a construção da narrativa, responder às questões que nortearam este trabalho, quais sejam: a identificação dos elementos da paisagem do CSA que estão sendo modificados, das relações e dos interesses dos grupos de atores relacionados com essa paisagem e a interpretação dos significados dessa paisagem para os atores envolvidos em sua modificação.

A dissertação está estruturada em quatro capítulos. No primeiro, é apresentada a fundamentação teórica, em que o conceito de paisagem é abordado na geografia cultural, desde o início do século XX, com os estudos do americano Carl Sauer até os estudos mais recentes inseridos na nova geografia cultural, sob a perspectiva da abordagem dos anglo-americanos. A segunda parte desse capítulo trata da evolução do conceito de patrimônio que partiu da compreensão do monumento histórico isolado e, hoje, inclui categorias mais abrangentes, como a de paisagem cultural.

No segundo capítulo, dá-se início à construção da narrativa da paisagem do CSA, apresentando a evolução da ocupação do território em três períodos: descobrimento, esquecimento e redescoberta. O início do último período – da redescoberta – é marcado pelas iniciativas de proteção do CSA, que sempre ressaltaram o valor paisagístico do sítio. Tais iniciativas são abordadas na segunda parte desse capítulo.

Os atores envolvidos com a paisagem do CSA, bem como suas maneiras de ver e de se relacionar com essa paisagem são apresentados no terceiro capítulo. Tomando como diretriz a interpretação das respostas obtidas nas entrevistas, esse capítulo apresenta os elementos destacados nas paisagens de moradores, especialistas e visitantes, além do significado que esses grupos atribuem ao CSA.

No quarto capítulo, serão identificados os conflitos interpretados a partir das respostas dadas às entrevistas e contrapostas a informações de fontes documentais e bibliográficas. Os diferentes atores modificam a paisagem segundo seus próprios interesses, algumas vezes conflitantes, por isso, é importante que exista um pacto de gestão integrada,

conforme propõe a chancela da paisagem cultural brasileira, bem como propostas de ações baseadas na sustentabilidade desse território.

Finalmente, nas considerações finais da dissertação, reflete-se sobre os desafios da conservação da paisagem cultural do CSA, apresentando-se indicações de possíveis caminhos para futuros trabalhos que visem a aprofundar o conteúdo desta pesquisa no sentido de promover a conservação dessa paisagem.

A falta de um instrumento adequado que abranja a paisagem do CSA de forma integrada e holística deixa-a vulnerável ao acelerado processo de modificação promovido pelo rápido crescimento econômico da área. Por isso, este trabalho coloca-se diante desta questão na intenção de contribuir para a conservação desse patrimônio.

“As paisagens herdadas não são uma mera soma de objetos, mas são feitas do que restou de numerosos sistemas espaciais e funcionais: elas não são um conjunto de pontos, linhas ou áreas (para formar um mero banco de dados), mas um sistema de relações visuais, espaciais, simbólicas e também funcionais e ambientais, além de outras, que mantêm juntos os pontos, linhas e áreas que precisam ser entendidas e gerenciadas como uma unidade.”  
(SCAZZOSI *apud.* RIBEIRO, 2007, p.56)

# CAPÍTULO I

---

Paisagem e patrimônio

## 1 Paisagem e patrimônio

No presente capítulo, encontra-se o referencial teórico que serviu de base a este trabalho. Assim, primeiro, apresenta-se a concepção de paisagem na geografia cultural com especial atenção aos estudos desenvolvidos pelo que se convencionou chamar de nova geografia cultural, uma corrente de pensamento abordada por geógrafos anglo-americanos, que propõe a interpretação da paisagem. O conceito de paisagem cultural desenvolvido no âmbito da geografia cultural, que será tratado no primeiro item, tem servido de base para as políticas de patrimônio que adotam a paisagem como categoria patrimonial. O segundo item deste capítulo será dedicado a mostrar, de forma breve, a evolução do conceito de patrimônio, partindo da compreensão de monumento histórico para a incorporação mais recente de concepções mais complexas, como a de paisagem cultural, categoria que propõe uma abordagem integrada entre aspectos naturais, culturais, materiais e imateriais.

### 1.1 Paisagem cultural: uma abordagem geográfica

Atribui-se ao gênero pictórico iniciado por artistas flamengos no século XV o surgimento do termo *paisagem* na cultura ocidental. Trata-se da representação de uma parte da natureza enquadrada, a exemplo do que acontece numa janela (CLAVAL, 2004, p. 14; ROGER, 2000). Dessa forma, a paisagem, termo utilizado para se referir a uma parte do território que “a natureza apresenta ao observador” (CLAVAL, 2004, p. 15), tornou-se um dos principais gêneros de pintura no século XVII.

Iniciado nas artes e assimilado por vários campos do conhecimento, a paisagem é um termo polissêmico, podendo assumir diferentes concepções, conforme o idioma utilizado.<sup>7</sup>

Contudo, independentemente da origem etimológica em que o termo esteja sendo considerado, ele sempre esteve relacionado à ideia de recorte espacial, além de evocar a ideia de coleção, conjunto (GOMES, E., 2001, p. 60): trata-se de “uma ‘maneira de ver’, uma maneira de compor e harmonizar o mundo externo em uma ‘cena’, em uma unidade visual” (COSGROVE, 1998, p. 98).

No âmbito da geografia, o termo possui múltiplas acepções e está em permanente construção (RIBEIRO, 2010). Para Claval (2004, p. 16), a paisagem está ligada ao início

---

<sup>7</sup> Para definir o novo gênero da pintura, o termo paisagem surgiu nos Países Baixos, como *landskip*. No francês, a *paysage* é definida por uma porção enquadrada da região, *pays* (ROGER, 2000). O vocábulo alemão *landschaft* pode significar paisagem ou região e foi introduzido no inglês como, simplesmente, *landscape* (paisagem), fato apontado como provocador de certa confusão por sua ambiguidade (HARTSHORNE *apud* MELO, 2003, p. 22).

da disciplina geográfica, pois é por meio dela que os primeiros estudiosos apreenderam a natureza das regiões por onde passaram. No século XIX, os estudos tendo como objeto a paisagem ganharam uma dimensão cultural com a abordagem dos geógrafos alemães, mas é a partir de 1925, no livro *A morfologia da paisagem*, que o americano Carl Sauer incorpora a paisagem como conceito chave da Geografia a partir de uma abordagem cultural (MELO, 2003).

Apoiado na geografia alemã, Sauer utiliza a expressão *Kulturlandschaft* (paisagem cultural), criada por Schlüter (1872-1959), para se referir à paisagem transformada pelo trabalho do homem, em contraponto à *Naturlandschaft* (paisagem natural), que designa aquela em que ainda não houve intervenção humana (RIBEIRO, 2007, p. 18). Sauer dedicava-se à morfologia da paisagem, entendendo que “a cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural, o resultado” (SAUER, 1998, p. 59). O método morfológico adotado por esse geógrafo considerava apenas os aspectos visíveis da paisagem. Embora as dimensões estéticas e subjetivas da relação do homem com o meio fossem reconhecidas por Sauer, não eram foco de seu interesse científico, já que não poderiam ser cientificamente mensurados e qualificados (MELO, 2003; RIBEIRO, 2007).

A partir da década de 1970, alguns geógrafos fazem críticas à perspectiva positivista adotada por aqueles que baseavam os estudos do comportamento humano no uso de leis cientificamente verificáveis, já que, na perspectiva humanista, a paisagem é introjetada no sistema de valores humanos, definindo relacionamentos complexos entre as atitudes e a percepção do meio (RIBEIRO, 2007). Esses geógrafos adotaram como base, principalmente, as filosofias fenomenológicas, segundo as quais “o mundo que o indivíduo percebe jamais é objetivamente dado” (CLAVAL, 2004, p. 48). Entre os humanistas, destacam-se os autores David Lowenthal e Yi-fu Tuan, que, em seus estudos, terminam por se aproximar mais do conceito de lugar do que do de paisagem (RIBEIRO, 2007).

A geografia humanista influenciaria um movimento de renovação dentro da geografia cultural, a partir da década de 1980, que ficou conhecido como nova geografia cultural, diferenciando-se da iniciada por Sauer, que passou a ser chamada de geografia cultural tradicional. Esse movimento não é representado por um grupo coeso, de maneira que o geógrafo James Duncan (2000, p. 65), ao enaltecer essa diversidade de pensamento, considera a geografia cultural uma heterotopia epistemológica. Entre as diversas abordagens utilizadas pelos novos geógrafos, a metáfora da paisagem como um texto é uma de suas principais (MONDADA; SÖDERSTRÖM, 2004, p. 138). Nessa perspectiva, destacam-se os trabalhos dos geógrafos James Duncan e Denis Cosgrove, que se apoiam no conceito de cultura como um sistema de criação de signos através do qual “uma ordem

social é transmitida, reproduzida, experimentada e explorada” (WILLIAMS *apud* DUNCAN, 2004, p. 101).<sup>8</sup>

A utilização da metáfora da paisagem como um texto encontra importante influência nos estudos do antropólogo Clifford Geertz, que defende um conceito de cultura essencialmente semiótico, no qual

o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu... assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado (GEERTZ, 2008, p. 4).

Geertz afirma que os textos antropológicos são interpretações de um contexto, a cultura, dentro da qual os signos “podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade” (*ibid.*, p. 10). Essa abordagem apoia-se na hermenêutica, que se ocupa dos princípios metodológicos de interpretação e explicação de obras humanas (PALMER, 2006, p. 16), segundo a qual

o significado tem a ver com o contexto; o processo explicativo fornece o palco da compreensão. Um acontecimento só se torna significativo dentro de um contexto específico (...) um objeto não tem sentido fora de uma relação com alguém e (...) a relação determina o significado (*ibid.*, p. 34).

Assim, com a finalidade de entender a natureza relacional da paisagem, os adeptos da nova geografia cultural adotam o *significado* como termo-chave para a apreensão da paisagem. Ao apoiarem seus estudos sobre novas bases conceituais, alguns geógrafos apontam para a complexidade do próprio conceito de paisagem como “um modo especial de compor, estruturar e dar significado a um mundo externo” (COSGROVE e JACKSON, 2000, p. 18). Dessa forma, os estudos interpretativos da paisagem como texto distanciam-se da geografia cultural tradicional por: enfatizarem o papel desempenhado pela paisagem nos processos sociais e culturais; estabelecerem diálogo com pesquisadores de diferentes campos das ciências sociais e das humanidades; e admitirem questões como da não neutralidade teórica do intérprete (DUNCAN, 2004, p. 98).

Para a interpretação da paisagem, os geógrafos adeptos da nova geografia cultural propõem a adoção do método *narrativo*, no qual tanto os atores envolvidos diretamente com a paisagem, quanto os que não a vivenciam cotidianamente e a veem *de fora*, são seus intérpretes, bem como o próprio pesquisador. Essa interpretação deve ser baseada em evidências empíricas, conforme afirma Cosgrove (*apud* MELO, 2003, p. 30), quando diz ser a narrativa “a habilidade sintética de selecionar e entrelaçar teoria e evidência dentro

---

<sup>8</sup> Essa compreensão de cultura também serviu de base para estudos em outros campos disciplinares, como antropologia, história, sociologia, arqueologia, teoria literária, semiologia, crítica de arte e filosofia, conforme lista apresentada em Duncan (2004, p. 103).

de convincentes representações de momentos históricos e geográficos específicos”. A não neutralidade do pesquisador, ao ter sua própria visão de mundo e carga intelectual, faz dele um intérprete particular.

Uma das mais importantes contribuições dentro desse enfoque é o trabalho desenvolvido pelo geógrafo James Duncan, *The City as a Text*, de 1990. Ele defende que a paisagem é um dos elementos centrais num sistema cultural já que “age como um sistema de criação de signos através do qual um sistema social é transmitido, reproduzido, experimentado e explorado” (DUNCAN, 2004, p. 106). Para tanto, recorre ao que chama de “significação” da paisagem, ou seja, os significados que ela possui para diferentes atores sociais; e de “retórica” da paisagem, ao abordar a maneira como esses significados se expressam no espaço.

Para interpretar a significação da paisagem, Duncan utiliza a investigação dos relatos das pessoas locais, não locais e o sistema de significação implícito na paisagem estudada. Os relatos dos locais sobre a paisagem e a sua importância fornecem a base para que o pesquisador interprete seu significado para aqueles que “a produzem, a reproduzem ou a transformam” (*ibid.*, p. 107). Para ele, a interpretação dos depoimentos orais e escritos das pessoas locais e não locais “pode ajudar a desfamiliarizar a relação entre paisagens, ideologias dominantes e práticas políticas ou sociais” (*ibid.*, p. 109). Interessado em interpretar como as paisagens significam relações de poder, o geógrafo afirma que, ao ser parte da vida cotidiana, a paisagem “mascara a natureza artificial e ideológica de sua forma e conteúdo”, sendo “tão inconscientemente lida quanto inconscientemente escrita” (*loc. cit.*).

Com o mesmo interesse na maneira como as paisagens expressam relações de poder, Denis Cosgrove baseia seu estudo no materialismo dialético e afirma que todas as paisagens são simbólicas, porque são o produto da apropriação e transformação do meio ambiente pelo homem. Para ele, o estudo da cultura está relacionado ao estudo das relações de poder porque, em geral, um grupo dominante tentará impor sua visão de mundo:

o poder é expresso e mantido na reprodução da cultura. Isto é melhor concretizado quando é menos visível, quando as suposições culturais do grupo dominante aparecem simplesmente como senso comum [...]. Há, portanto, culturas dominantes e subdominantes ou alternativas, não apenas no sentido político, [...] mas também em termos de sexo, idade e etnicidade (COSGROVE, 1998, p. 105).

Cosgrove afirma que cada uma das culturas alternativas encontra alguma expressão na paisagem e que é necessário conhecer a *linguagem* empregada (os símbolos e seus significados) para poder compreendê-la (*op. cit.*, p. 104). Segundo ele, as culturas

alternativas podem ser residuais, quando muitos elementos da paisagem mantêm pouco dos significados originais; emergentes, muitas vezes utópicas e não raro expressas apenas no papel; e excluídas, que são passiva ou ativamente suprimidas (COSGROVE, 1998, p. 117-119). No caso da área objeto deste trabalho, por exemplo, os elementos inseridos na paisagem por invasores atraídos pelo desenvolvimento proporcionado pelo CIP-SUAPE são expressões de uma cultura excluída, passível de ser suprimida.

As expressões materiais da paisagem refletem as relações de poder e as maneiras de ver o mundo dominantes; elas não são neutras, existindo “oposição tanto entre a cultura popular e a de elite como entre a cultura dominante e a contracultura” (MCDOWELL, 1996, p. 75), pois, de acordo com Warren (*apud* MELO, 2003, p. 29) “a cultura dominante não é internalizada pacificamente, algumas vezes ela é negociada, outras vezes ela é rejeitada ou apropriada de forma seletiva pelos grupos sociais no seu cotidiano.”

Para interpretar o simbolismo das paisagens culturais, Cosgrove propõe a leitura detalhada do texto – a paisagem – por meio de trabalhos de campo, elaboração e interpretação de mapas, que são códigos simbólicos. As evidências não devem ser somente aquelas materiais encontradas no campo e nas fontes documentais de diversas naturezas, mas também as que representam produtos culturais: “pinturas, poemas, romances, contos populares, músicas, filmes e canções podem fornecer uma firme base a respeito dos significados que lugares e paisagens possuem, expressam e evocam” (*ibid.*, p. 109-110).

Neste trabalho, portanto, ao se considerar a paisagem como um recorte espacial de um determinado território dotado de uma “expressão humana intencional composta de muitas camadas de significados” (COSGROVE, 1998, p. 97), e visando a interpretar os significados da paisagem do CSA, tomou-se como base registros de mapas, fotografias, poemas, opiniões expressas em veículos de comunicação e depoimentos orais. Com o intuito de interpretar as mudanças ocorridas na paisagem do CSA, analisou-se a bibliografia que relata sua construção histórica, os projetos urbanos e ambientais ali implantados, além dos instrumentos de planejamento territoriais e de conservação do patrimônio.

Entende-se, aqui, que a paisagem é “uma aparência e uma representação (...). Só é paisagem quando percebida” (BRUNET *apud* CLAVAL, 2004, p. 48). Mas não somente isso, a paisagem também tem papel ativo, como afirmou Berque (1998, p. 84): a paisagem é uma *marca*, a expressão de uma civilização e também *matriz*, porque participa da cultura, por meio da percepção, da concepção e da ação. Ou ainda, conforme James Corner (1999, p. 4), ao argumentar que a paisagem vista como *substantivo* é simplesmente uma aparência, uma cena, e que necessita ser entendida como um *verbo* (um processo ou atividade).

A metáfora do verbo insinua uma dinâmica que é intrínseca à paisagem e considerá-la como um processo exige que o estudioso esteja alerta ao contexto histórico e espacial: “enquanto representação e reapresentação do mundo, [a paisagem] é datada” (GOMES, E., 2001, p. 56). A esse propósito, diante da diversidade de abordagens no estudo da paisagem dentro da geografia cultural, Melo Filho (2012, p. 43) destaca uns dos poucos consensos acerca do estudo da paisagem: o primeiro, é que ela muda constantemente, portanto, é dinâmica; e o segundo é que devem ser abordados os fatores naturais, culturais e subjetivos de forma integrada. Sauer (1998, p. 22) afirma que “os objetos que existem juntos na paisagem existem em inter-relação (...) constituem uma realidade como um todo que não é expressa por uma consideração das partes componentes separadamente”. Cosgrove ressalta que

ao contrário do conceito de **lugar**, [a paisagem] lembra-nos sobre a nossa posição no esquema da natureza. Ao contrário de **meio ambiente** ou **espaço**, lembra-nos que apenas através da consciência e razão humanas este esquema é conhecido por nós, e apenas através da técnica podemos participar dela como seres humanos (1998, p. 100, grifos do autor).

O caráter dinâmico, complexo e integrador entre aspectos naturais e culturais, materiais e imateriais da concepção de paisagem cultural tem motivado sua utilização nas políticas de patrimônios mais recentes, sobretudo após a difusão da concepção de desenvolvimento sustentável (RIBEIRO, 2007, p. 111), com a conseqüente preocupação dos impactos resultantes da relação do homem com o meio. Esses mesmos aspectos têm representado grande desafio à operacionalização da paisagem cultural como categoria de patrimônio, o que será abordado no próximo item, no qual também será mostrada uma breve evolução do conceito de patrimônio relacionado à conservação.

## **1.2 Patrimônio: do monumento histórico à conservação integrada das paisagens**

Ao longo do tempo, a compreensão do que seja patrimônio evoluiu de culto e proteção aos monumentos para a proteção de contextos mais complexos, como áreas históricas e paisagens. Essa evolução reflete o amadurecimento em torno da conservação de bens patrimoniais e pode ser constatada, entre outras formas, por meio das cartas patrimoniais: documentos com recomendações internacionais que, a partir da Carta de Atenas (1931), regem as medidas de salvaguarda do patrimônio.

Para Choay (2006, p. 136), o período entre o século XIX e a década de 60 do século seguinte marca a consagração do monumento histórico: “a partir da década de 1820, o monumento histórico inscreve-se sob o signo do insubstituível; os danos que ele sofre são irreparáveis, sua perda, irremediável”. Ressalta-se a importante influência de Alois Riegl

no pensamento moderno da conservação, que, por meio do seu *Culto aos monumentos* (1903), distingue *monumento histórico*, edifício que adquire valor histórico através do tempo, de *monumento*, construído intencionalmente para transmitir uma mensagem (JOKILEHTO, 2002, p. 14).

Até a década de 1960, as medidas de proteção do patrimônio estavam voltadas para a conservação e restauração dos monumentos históricos, a exemplo do que trata a Carta de Atenas de 1931<sup>9</sup>, a primeira carta internacional que trata de doutrinas e princípios gerais para proteção dos monumentos de interesse histórico, artístico ou científico. Embora o conceito de monumento histórico não esteja claramente definido, é notável que, no pensamento corrente, o termo se referia às edificações isoladas: o conjunto histórico era visto como um “conjunto de monumentos” (*op. cit.*, p. 2) e não um monumento *per se*.

Nesse período, no Brasil, é publicado o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional até os dias atuais. O decreto cria o então Serviço Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)<sup>10</sup> e regulamenta sua atuação. Em seu artigo primeiro, define patrimônio histórico e artístico nacional como

o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (*op. cit.*, p. 1).

O principal instrumento de proteção do patrimônio nacional torna-se o tombamento, com a criação de quatro livros de tombo, a saber: o livro do tombo arqueológico, etnográfico e paisagístico; o livro do tombo histórico; o livro do tombo das belas-artes e o livro do tombo das artes aplicadas. É importante destacar que, no caso brasileiro, as paisagens já são incluídas na categoria de patrimônio, embora sua concepção esteja relacionada ao monumento natural:

...são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e **paisagens** que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela Natureza ou agenciados pela indústria humana (*ibid.*, § 2º do artigo 1º – grifo nosso).

Essa concepção de paisagem relacionada à natureza e à apreciação estética está clara também na Convenção de Washington para proteção da flora, da fauna e das belezas

9 Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=232>>

10 Criado em 1937, o SPHAN teve diferentes denominações ao longo do tempo. Atualmente, corresponde ao Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional (IPHAN), nomenclatura que será utilizada no decorrer deste trabalho.

panorâmicas naturais dos países da América, de 1940<sup>11</sup>, que tinha como objetivo a proteção e conservação da paisagem de beleza rara. Ainda nessa perspectiva, a Recomendação de Paris, de 1962<sup>12</sup>, trata da proteção da beleza e do caráter das paisagens e sítios. Fala-se em “valor estético das paisagens...” e do “interesse cultural e científico oferecido pela vida selvagem” (*op. cit.*, p. 1); refere-se à paisagem e aos sítios naturais como “poderoso regenerador físico” (*loc. cit.*) e “elemento importante das condições de higiene” (*loc. cit.*). Contudo, essa recomendação reconhece que “a salvaguarda não deveria limitar-se às paisagens e aos sítios naturais, mas estender-se também às paisagens e sítios cuja formação se deve, no todo ou em parte, à obra do homem” (*op. cit.*, p. 3).

Alguns anos depois, em 1964, os princípios e doutrinas apresentados pela Carta de Atenas são revistos e reformulados na *Carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios*, a Carta de Veneza,<sup>13</sup> por ocasião do Segundo Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos. Nesta,

a noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural (*op. cit.*, p. 1).

A Carta de Veneza, que amplia a concepção de monumento histórico ao incluir nessa categoria os sítios urbanos ou rurais, passa a ser referência para a criação de vários outros documentos internacionais. No contexto brasileiro, entre as décadas de 1960 e 1970, a influência de seus pressupostos reflete-se no aumento de inscrições nos livros do tomo histórico e do arqueológico, etnográfico e paisagístico. Conforme Ribeiro (2007, p. 90), durante os primeiros 30 anos de atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a ênfase das inscrições esteve no livro do tomo de Belas-Artes, sendo grande parte representada por bens arquitetônicos.

Segundo Jokilehto (2007, p. 28), a década de 1970 é representativa para o desenvolvimento da conservação, uma vez que é marcada por grandes mudanças políticas, sociais e econômicas em várias partes do mundo. A economia global e homogeneizante ratifica a necessidade de valorizar o que é distintivo de cada cultura. Nesse contexto, a UNESCO aprova, em novembro de 1972, sua Convenção sobre a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural<sup>14</sup>, por meio da qual conclama a coletividade internacional “a tomar parte na proteção do patrimônio cultural e natural de valor excepcional” (*op. cit.*, p. 2).

---

11 Disponível em: <<http://www.oas.org/juridico/english/treaties/c-8.html>>

12 Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=235>>

13 Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>>

14 Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=244>>

Na convenção da UNESCO, a distinção entre patrimônio cultural e natural é evidente. Os monumentos e conjuntos com valor do ponto de vista histórico, artístico ou científico, além dos lugares notáveis com valor histórico, estético, etnológico ou antropológico são considerados patrimônio cultural. À classificação de patrimônio natural correspondem os monumentos naturais e as formações geológicas e fisiográficas com valores estéticos ou científicos, além dos lugares notáveis naturais, que deveriam ter valor do ponto de vista da ciência, da conservação e da beleza natural.

Alguns meses antes, em junho de 1972, a Declaração de Estocolmo<sup>15</sup> sobre o ambiente humano destaca a preocupação com o meio ambiente e os recursos naturais frente às demandas do desenvolvimento econômico. Jokilehto afirma que “o avanço decisivo para a conservação urbana coincide com o aumento de consciência e preocupação pela ecologia e o meio ambiente” (2007, p. 25, tradução nossa). Toma parte nesse avanço o conceito de conservação integrada, introduzido por meio da Carta Europeia do Patrimônio Arquitetônico e da Declaração de Amsterdã, em 1975.<sup>16</sup> Essa carta, também conhecida como Manifesto de Amsterdã, reconhece que por muito tempo “só se protegeram e restauraram os monumentos mais importantes, sem levar em conta o ambiente em que se inserem” (*op. cit.*, p. 2).

Com a progressiva ampliação da concepção de patrimônio por meio da inclusão dos conjuntos e das cidades históricas, a conservação passa a se relacionar cada vez mais com as questões da dinâmica urbana e já “não basta sobrepor as regras básicas de planejamento às regras básicas de proteção aos edifícios históricos, sem uma coordenação” (*op. cit.*, p. 4). Segundo o Manifesto de Amsterdã, a conservação integrada requer a utilização de recursos jurídicos, administrativos, financeiros e técnicos; deve estar baseada na cooperação dos poderes locais e dos cidadãos e levar em conta “a continuidade das realidades sociais e físicas existentes nas comunidades urbanas e rurais” (*ibid.*, p. 5).

Por outro lado, o aumento da preocupação com o meio ambiente e a utilização dos recursos naturais de forma exaustiva, resultantes dos modelos de desenvolvimento econômico adotado no âmbito global gerou progressivos debates com propostas para diminuir o impacto sobre o meio ambiente com base na concepção do desenvolvimento sustentável. O Relatório de Brundtland<sup>17</sup> (1987, Parte I, item 3) destaca que o impacto gerado pela visão da Terra a partir do espaço permitiu que o mundo visse sua fragilidade e dependência, regido por leis naturais. Elaborado pela Comissão Mundial de Desenvolvimento e Meio Ambiente,

---

15 Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=243>>

16 Disponíveis em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=246>>, <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=247>>

17 Disponível em: <[http://conspect.nl/pdf/Our\\_Common\\_Future-Brundtland\\_Report\\_1987.pdf](http://conspect.nl/pdf/Our_Common_Future-Brundtland_Report_1987.pdf)>

Nosso Futuro Comum, como é intitulado o relatório, propõe uma “nova agenda para a mudança” e define desenvolvimento sustentável como um “processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional são consistentes com as necessidades do futuro tanto quanto com as do presente” (tradução nossa).

Todo esse debate acerca da preservação do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável proporcionou o aparecimento de abordagens que valorizassem as relações harmoniosas entre o homem e a natureza. Ribeiro (2007) afirma que, no Brasil, a partir da década de 1980, há crescente preocupação com a integração entre os conjuntos arquitetônicos e o meio físico em que estão inseridos. Um exemplo disso é o parecer de tombamento de Natividade (1987), cidade mineradora situada no estado de Tocantins. O parecer reclama o tombamento da serra, não como moldura ao conjunto, mas ressaltando sua relação histórica com o núcleo urbano (*ibid.*, p. 94-95).

No âmbito internacional, a Conferência Geral das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento<sup>18</sup>, ocorrida em 1992, no Rio de Janeiro, reafirma a Declaração de Estocolmo (1972) e tem como um de seus princípios a integração entre a proteção do meio ambiente e o processo de desenvolvimento a fim de alcançar o desenvolvimento sustentável. No mesmo ano, a UNESCO cria a categoria patrimonial de paisagem cultural, reflexo das discussões sobre a integração dos aspectos culturais e naturais iniciadas na década anterior.

A UNESCO define paisagem cultural como bens culturais que

representam as “obras conjugadas do homem e da natureza”.. ilustram a evolução da sociedade e dos povoamentos ao longo dos tempos, sob a influência de constrangimentos físicos e/ou das vantagens oferecidas pelo seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, internas e externas (2008, p. 79).

Para efeito de inscrição na Lista do Patrimônio Mundial, a paisagem cultural deve corresponder a uma amostra representativa de sua região geocultural que tenha valor universal excepcional. Além disso, deve enquadrar-se em uma das três categorias principais: paisagem claramente definidas, paisagem essencialmente evolutiva ou paisagem cultural associativa.

As paisagens claramente definidas são aquelas criadas e produzidas intencionalmente pelo homem, a exemplo de paisagens de jardins e parques. Já as paisagens essencialmente

---

18 Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=263>>

evolutivas subdividem-se em duas categorias: a paisagem relíquia, na qual o processo evolutivo foi interrompido, mas deixou marcas materiais visíveis; e a paisagem viva, relacionada ao modo de vida e na qual o processo evolutivo continua. Por fim, as paisagens culturais associativas estão relacionadas a fenômenos religiosos, artísticos ou culturais de seus elementos naturais.

É importante também destacar a evolução da discussão sobre paisagem cultural no contexto europeu. Em 1995, o Comitê de Ministros do Conselho da Europa adota a Recomendação sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas<sup>19</sup>. Segundo essa recomendação, paisagem é a expressão formal dos vários aspectos relacionados, “existentes em determinado período entre um indivíduo ou uma sociedade e um território topograficamente definido, cuja aparência é resultado de ação ou cuidados especiais, de fatores naturais e humanos e de uma combinação de ambos” (*op. cit.*).

É considerada em um “triplo significado cultural”, pois representa tanto a forma como o território é percebido, como o testemunho do relacionamento entre os indivíduos e seu ambiente, além de ajudar a definir culturas e locais. Por outro lado, no entendimento dessa recomendação, a *área de paisagem cultural*, corresponde a

parte específica, topograficamente delimitada da paisagem, formada por várias combinações de agenciamentos naturais e humanos, que ilustram a evolução da sociedade humana, seu estabelecimento e seu caráter através do tempo e do espaço e quanto de valores reconhecidos tem adquirido social e culturalmente em diferentes níveis territoriais, graças à presença de remanescentes físicos que refletem o uso e as atividades desenvolvidas na terra no passado, experiências ou tradições particulares, ou representação em obras literárias ou artísticas, ou pelo fato de ali haverem ocorrido fatos históricos (*ibid.*).

Alguns anos depois, a Convenção Europeia da Paisagem<sup>20</sup>, realizada em Florença, no ano de 2000 e aprovada em 2004, define paisagem como “uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo caráter resulta da ação e da interação de fatores naturais e ou humanos”. Com o objetivo de promover a gestão, planejamento e ordenamento das paisagens, essa convenção, diferentemente da UNESCO, abrange todas as paisagens do território europeu, sejam elas excepcionais, ordinárias ou degradadas.

Em decorrência das orientações da convenção, os países europeus têm elaborado métodos diferentes de leituras da paisagem. O trabalho desenvolvido pela Countryside Agency, do Reino Unido, tem sido referência para muitos outros países. Trata-se de um guia para

---

19 Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=266>>

20 Disponível em: <<http://www.gddc.pt/siii/docs/dec4-2005.pdf>>

avaliação do caráter das paisagens – Landscape Character Assessment Guidance for England and Scotland (SWANWICK, 2002) –, que tenta buscar padrões homogêneos na paisagem que a distinga das demais (RIBEIRO, 2007, p. 61).

Outro exemplo europeu que vale a pena destacar é o Prototipo de Catálogo de Paisaje, Bases conceptuales, metodológicas y procedimentales para la elaboración de los catálogos de paisaje de Cataluña (NOGUÉ; SALA, 2006). O catálogo baseia-se na *unidade de paisagem* como peça-chave no planejamento territorial, entendida como uma parte do território em que a combinação de componentes ambientais, culturais, perceptivos e simbólicos, além de dinâmicas claramente reconhecíveis garantem-lhe uma idiosincrasia diferenciada do resto do território<sup>21</sup>. Dessa forma, as unidades de paisagem fundamentam a política de paisagem na Catalunha e são entendidas como áreas, estrutural, funcional ou visualmente coerentes, que correspondem a um regime diferenciado de proteção, gestão ou ordenamento.

A Convenção Europeia da Paisagem é marco representativo nas discussões sobre a categoria de paisagem no contexto patrimonial, visto que, ao se basear no conceito de desenvolvimento sustentável, reconhece que a paisagem é importante elemento da qualidade de vida das populações e propõe uma política direcionada ao planejamento, gestão e ordenamento das paisagens. A esse propósito, é válido ressaltar a evolução do conceito de desenvolvimento sustentável, passando do foco no meio ambiente frente ao crescimento econômico para, a partir do século XXI, apoiar-se na permanência físico-biológica (sustentabilidade ambiental) e na permanência de um significado simbólico (sustentabilidade cultural) como seus dois eixos principais (FLORISSI, 2010, p. 74).

No Brasil, em 2007, a Carta da Serra da Bodoquena, *Carta das paisagens culturais e geoparques*<sup>22</sup> apresenta texto em defesa da preservação da Serra da Bodoquena, no Mato Grosso do Sul, como uma paisagem cultural sob um ponto de vista predominantemente científico. Para tanto, vale-se da categoria de geoparque, institucionalizada pela UNESCO em 2004 e que, em termos gerais, constitui uma rede de locais de interesse a partir dos quais é possível entender a evolução geológica de uma região. A Carta da Serra da Bodoquena baseia-se na Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural<sup>23</sup>, publicada um mês antes e que entende paisagem cultural como

---

21 Definição disponível no site do Observatori del Paisatge (<http://www.catpaisatge.net/esp/glossari.php>): “Porción del territorio caracterizada por una combinación específica de componentes paisajísticos de naturaleza ambiental, cultural, perceptiva y simbólica, así como de dinámicas claramente reconocibles que le confieran una idiosincrasia diferenciada del resto del territorio”.

22 Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1112>>

23 Disponível em: <[http://www.icomos.org.br/cartas/Carta\\_de\\_Bage\\_PaisagemCultural.pdf](http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Bage_PaisagemCultural.pdf)>

o meio natural ao qual o ser humano imprimiu as marcas de suas ações e formas de expressão, resultando em uma soma de todos os testemunhos resultantes da interação do homem com a natureza e, reciprocamente, da natureza com homem, passíveis de leituras espaciais e temporais (*op. cit.*).

A Carta de Bagé foi um dos marcos principais na construção do instrumento criado pelo IPHAN, em 2009, por meio da Portaria nº 127, de 30 de abril, a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira (RIBEIRO, 2011). Segundo essa portaria, paisagem cultural brasileira é “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”. Também considera o reconhecimento das paisagens culturais como prática de preservação do patrimônio e, conforme o artigo 4º, prevê um pacto entre poder público, sociedade civil e iniciativa privada, visando à gestão compartilhada.<sup>24</sup> Em 2011, a primeira paisagem cultural brasileira foi chancelada, em Santa Catarina, representada por bens relacionados à imigração de povos europeus nos séculos XIX e XX. Para efeito de proteção, foram encaminhados 61 bens para tombamento, de forma a efetivar a proteção de alguns elementos expressos naquela paisagem<sup>25</sup>.

A chancela, portanto, passa a figurar entre o rol de instrumentos de proteção do patrimônio nacional juntamente com o tombamento e o registro e, por isso, está sujeita aos mesmos conceitos de excepcionalidade, exemplaridade e singularidade. No entanto, “sobre a porção do território chancelada como paisagem cultural não recairão sanções ou restrições administrativas e/ou jurídicas que impeçam sua transformação” (IPHAN, 2011, p. 03), antes, “a chancela deverá ser acompanhada, antecedida ou complementada pelo tombamento, pelo registro e/ou por outras formas de proteção” (*ibid.*, p. 4), inclusive por instrumentos de proteção ambiental, de planejamento urbano, de fomento, entre outros.

A possibilidade de “se trabalhar de forma conjugada com manifestações culturais dinâmicas, de diversas naturezas, tangíveis e intangíveis, e com forte correlação com uma determinada porção territorial” é apontada como a grande inovação desse instrumento (IPHAN, 2011, p. 10). Os primeiros passos a serem tomados com a finalidade de chancelar dada paisagem cultural são o estabelecimento do recorte territorial referente à porção do território juntamente com a definição da abordagem que lhe é particular. É necessária, ainda, a elaboração prévia de um pacto de gestão entre os atores envolvidos com a paisagem em pauta. Sem o pacto de gestão compartilhada, não há chancela, uma vez que não é proposta do instrumento tornar-se apenas um ato declaratório (*op. cit.*).

---

24 Disponível em: <[http://sigep.cprm.gov.br/destaques/IPHAN\\_portaria127\\_2009PaisagemCultural.pdf](http://sigep.cprm.gov.br/destaques/IPHAN_portaria127_2009PaisagemCultural.pdf)>

25 Conforme notícia veiculada em 03 mai. 2011, disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/montarDetalheConteudo.do;jsessionid=771336C36402524AB1F76B8A92695ADA?id=15968&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>>

Na perspectiva de utilização do conceito de paisagem cultural sob o âmbito do patrimônio é que se coloca este trabalho, apoiado no método narrativo de leitura da paisagem proposto por Cosgrove e concordando com Claval (2004, p. 71), quando afirma que

não se trata mais de contentar-se em descrever o meio ambiente no qual vivem e trabalham os homens; o que se procura compreender são as relações complexas que se estabelecem entre os indivíduos e os grupos, o ambiente que eles transformam, as identidades que ali nascem ou se desenvolvem.

Nesse processo, ouvir as populações envolvidas é essencial porque é “a partir delas que a ‘história’ da paisagem precisa ser contada” (RIBEIRO, 2011). Assim, a narrativa é construída com base nas evidências empíricas associadas à interpretação dos significados da paisagem para os diferentes grupos que a vivenciam.

Se “os textos têm muitas dimensões, oferecendo a possibilidade de leituras diferentes simultâneas e igualmente válidas” (COSGROVE, 1998, p. 101), Ribeiro (*ibid.*) adverte que, ao assumir a paisagem como um texto, é preciso deixar claro sobre quais interpretações a análise estará focada, além de ser necessário escolher uma narrativa que sirva de eixo central para a leitura da paisagem. A ausência de um eixo norteador para a narrativa pode ocasionar o que ele chama de *paisagem-inventário*: uma tentativa de englobar todas as manifestações culturais dentro de uma mesma leitura, sem uma lógica, e que, aparentemente, tem na coexistência espacial o único elo entre os elementos (*op. cit.*).

A leitura da paisagem sob a perspectiva patrimonial inova, ao permitir uma visão integrada dos diversos aspectos naturais, culturais, materiais e imateriais que compõem a paisagem, essa entendida não somente como uma cena, uma representação ou a expressão de uma civilização, mas também como a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza, pela cultura estruturada e dela estruturante (DUNCAN, 2004, p. 106). Dessa forma, uma narrativa que tome por base a interpretação dos significados da paisagem para os diferentes grupos de atores torna-se pertinente, uma vez que os traços das paisagens resultam das múltiplas decisões desses atores (CLAVAL, 2004, p. 60) e que nem sempre a realidade visível esclarece sobre aquilo que realmente acontece (*ibid.*, p. 37). Portanto, para compreender a natureza relacional do mundo, precisamos *completá-lo* com muito do que é invisível, para ler os subtextos que estão por baixo do texto visível (DUNCAN, 2004, p. 100).

Nessa perspectiva, a categoria de paisagem cultural tem muito a oferecer na área objeto deste estudo. Conforme veremos no capítulo seguinte, a paisagem do CSA foi continuamente reverenciada nos instrumentos de proteção e documentos diversos, que enfatizam seu valor e sua rara beleza. Por outro lado, desde a década de 1970, tem

ocorrido um acelerado processo de mudança, no qual grandes equipamentos começam a ser implantados, a exemplo do CIP-SUAPE, mais tarde, do *Resort Blue Tree Park*<sup>26</sup> e de outros grandes empreendimentos imobiliários. Novos atores e conflitos de interesse aparecem nesse contexto em que a paisagem, reconhecida como um bem patrimonial, expressa as alterações do meio ambiente. As políticas de proteção vigentes na área não a concebem de forma holística, em que os diversos aspectos que a compõem devem ser vistos de modo integrado.

---

26 Atualmente, Vila Galé Eco Resort do Cabo.

“O panorama que se descortina do oiteiro empolga a vista do observador. Ao nascente divisa-se a copa das matas, intervaladas de montes escavados que se alongam até formar uma ponta de lança que se vai encravar no azul do mar e definir o Cabo de Santo Agostinho, em cuja extremidade se erige o farol como um ponto de interrogação. Ao Sul, a perder de vista, o relêvo caprichoso das serras cobertas de mata exuberante. Ao Norte, os montes Guararapes aparecem distantes, emergindo da extensa várzea em que serpenteia graciosamente, por entre canaviais, o Pirapama. O caminho-de-ferro, passando pela base da montanha, risca a formosa planície com um traço firme, formando uma seta indicando Recife. O conjunto da paisagem fascina a vista e a imaginação suscita a vida no máximo esplendor de sua beleza.”

(FELIPE *apud.* FELIPE, 1962, p.52)

## CAPÍTULO II



Formação da paisagem do Cabo de Santo Agostinho e instrumentos de proteção

## **2 Formação da paisagem do Cabo de Santo Agostinho e instrumentos de proteção**

A paisagem do Cabo de Santo Agostinho (CSA) abordada neste trabalho corresponde a um recorte territorial constituído pela formação rochosa do promontório e a Baía de Suape. No entanto, o entendimento dessa paisagem não se limita à relação dos elementos físico-espaciais apresentados, pois, para entendê-la, é preciso relacioná-la a contextos mais amplos de espaço e tempo, sendo imprescindível contextualizá-la com a evolução da ocupação da região em que está situada e com os acontecimentos históricos a que está vinculada, a fim de se ter subsídios para interpretar a paisagem atual.

Para tanto, na primeira parte deste capítulo, será tratada, de maneira sucinta, a evolução da ocupação e formação da paisagem do Cabo de Santo Agostinho, em três períodos: o do descobrimento (início do século XVI até a Insurreição Pernambucana, em meados do século XVII); o do esquecimento (da metade do século XVII até a década de 1960) e o da redescoberta (a partir da década de 1960). Na segunda parte, serão tratadas as iniciativas de proteção do patrimônio incidentes no CSA, que tiveram início em 1961, com o tombamento da Igreja de Nazaré e Ruínas do Convento Carmelita.

### **2.1 Evolução da ocupação e formação da paisagem do Cabo de Santo Agostinho**

O significado da paisagem atual do Cabo de Santo Agostinho para os diversos atores que com ela relacionam-se não é a mesma do início da ocupação de seu território, nem tampouco será a mesma no futuro: ela muda continuamente porque é a expressão da interação dinâmica entre forças naturais e culturais no ambiente (ANTROP, 2004, p. 2). No entanto, Cosgrove (2000, p. 48) afirma que, “ao atribuir significado ao mundo do presente, a imaginação constrói narrativas que juntam o passado e o futuro numa forma de síntese”. Nas palavras de Geertz (*apud* DUNCAN, 2004, p. 110), a paisagem é “uma estória... [que as pessoas] contam elas mesmas sobre elas mesmas”. Nesse contexto, para construir uma narrativa da paisagem do CSA, é preciso uma visão contextual de tempo e espaço.

O Cabo de Santo Agostinho é um promontório rochoso que fica no município de mesmo nome, na Região Metropolitana do Recife (RMR), no litoral sul pernambucano (Imagem 02). Caracteriza-se por uma extrusão vulcânica que avança sobre o mar, onde estão localizadas pequenas praias – Calhetas e Paraíso –, cujas paisagens são usufruídas por banhistas e turistas, como lazer ativo e contemplativo, em virtude da beleza cênica que apresentam. Está ladeado ao norte pela praia de Gaibu e, ao sul, pelo complexo lagunar comumente chamado de Baía de Suape, um ancoradouro natural no qual deságuam os rios Massangana, Tatuoca, Ipojuca e Merepe (Imagem 01, na introdução, e Imagem 03).

**Imagem 02** – Mapa da Região Metropolitana do Recife, com o município do Cabo de Santo Agostinho e seu promontório em destaque



Fonte: FIDEM, 1998. In: ROCHA, 2000. Editada

**Imagem 03** – Vista do promontório do CSA a partir do sul



Fonte: Acervo da SMPMA, 2002.

A topografia criada pela extrusão vulcânica, uma “ponta de lança que se vai encravar no azul do mar” (FELIPE, 1962, p.52), como pode ser observado nas imagens 03 e 04, proporciona belas vistas que foram e são continuamente aclamadas – em poemas, documentos técnicos e históricos – e tornam a dimensão visual um dos aspectos mais

destacados dessa paisagem. As características físico-naturais desse território também contribuíram como principal condicionante de sua ocupação e das relações do homem que começou a se estabelecer naquele meio. Por outro lado, o território do CSA e da Baía de Suape tem sido, ao longo do tempo, palco de conflitos entre culturas dominantes e alternativas que deixaram, de alguma forma, suas expressões na paisagem (COSGROVE, 1998).

**Imagem 04** – Vista do Cabo de Santo Agostinho a partir do sul



Na foto, é possível ver o Pontal de Suape e o estuário do rio Massangana.  
**Fonte:** PMCSA, 2005.

Neste trabalho, a narrativa da formação da paisagem do CSA está dividida em três momentos, que se distinguem pelo contexto histórico e pela relação que os atores de então mantinham com aquela paisagem. Assim, denomina-se o momento referente ao início da ocupação do CSA como *descobrimto*, que abrange o século XVI até a expulsão dos holandeses de Recife, em 1654. A partir de então, segue-se o momento do *esquecimento*, até a década de 1960, quando se inicia o momento da *redescoberta*.

Embora o início da ocupação da área remonte a épocas anteriores ao descobrimento do Brasil, quando já era habitado por índios Caetés, consideraremos a formação da paisagem do CSA a partir do século XVI, uma vez que não há informações suficientes que possam contribuir para o estudo do período anterior à colonização europeia. A história conta que o Cabo de Santo Agostinho foi descoberto e assim designado por Américo Vespúcio, em 1501 (MELLO NETO, 1981, p. 38). No entanto, há versões que afirmam ter sido descoberto pelo navegador espanhol Vicente Yanez Pinzón, em 1500, que o chamou de Cabo de Santa Maria da Consolação.

Neste período de navegação a velas, a saliência rochosa do CSA era importante ponto de referência, conforme representado no poema de João Cabral de Melo Neto (1975, p. 85):

Quando os alísios empurravam  
da Europa à África as caravelas  
não buscavam farol de luz  
mas farol opaco: esta **pedra**.

Na terra de mais luz da terra  
foi um farol cego este Cabo:  
às avessas, farol sem luz  
para navegantes encandeados

(grifo nosso).

A indicação do CSA nas cartas de navegação do século XVI era constante (Imagens 05 a 07), uma vez que os viajantes que seguiam as correntes marítimas do Atlântico Sul, ao alcançá-lo, poderiam entrar na corrente do Brasil e seguir com facilidade a viagem rumo ao sul (MELLO NETO, 1981, p. 38).

**Imagem 05** – Representação do Brasil, feita em 1565, para o 3º volume da obra *Navigazioni et viaggi*, de Giovanni Battista vRamusio (imagem completa)



**Fonte:** Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://rs6.loc.gov/cgi-bin/query/r?intldl/ascrbib:@field%28DOCID+@lit%28ascr000013%29%29>. Acesso em 25/02/2013

**Imagem 06** – Detalhe da Representação do Brasil, feita em 1565, para o 3º volume da obra *Navigatio et viaggi*, de Giovanni Battista Ramusio



Detalhe no qual se vê o Cabo de Santo Agostinho. Mostra os costumes indígenas e o tráfico do pau-brasil.

**Fonte:** *idem*.

**Imagem 07** – Descripción de las Yndias Occidentales (Descrição das Índias Ocidentais), por Antonio de Herrera y Tordesillas, Amsterdam: M. Colin, 1622



Na representação da costa brasileira, aparece a indicação do “C.S. Augustin”, conforme destacado na imagem.

**Fonte:** Biblioteca do Congresso. Divisão de Geografia e Mapas. Disponível em: <http://rs6.loc.gov/intldl/brhtml/br-1/br-1-2.html#track1>

Segundo a carta de D. João II, de 1534, as terras eram pleno domínio dos índios Caetés (ANDRADE; LINS, 1984, p. 84) e, já no século XVI, o CSA é palco dos primeiros conflitos, quando os colonizadores portugueses disputam o domínio das terras com esses índios, empreendendo expedições em 1560, 1569 e, finalmente, em 1571, ocasião em que Duarte Coelho, então donatário da capitania de Pernambuco, conquista definitivamente as terras e as distribui entre nobres portugueses.

A primeira descrição conhecida do CSA data de 1614, feita por Manuel de Figueiredo, para seu Exame de Pilotos:

o Cabo de Santo Agostinho, que de longe se faz como uma terra delgada comprida, que vai direita ao mar, e faz por cima algumas quebradas pequenas e faz na ponta um morrinho, que parece ilhéu redondo, que está sobre si, mas tudo é terra do dito Cabo, e lança este morro uma ponta aguda ao mar que parece focinho de toninha, e vindo mais chegado a este Cabo da banda Sul, vereis uma escavadura branca, e de longo do mar um pouco de mato junto muito serrado, que parece ilhéu de arvoredado, que está sobre si; ao qual mato chamam Totuoqua, que está junto do rio Pojuca, vereis mais sobre este Cabo obra de uma légua por ele dentro umas poucas árvores grandes juntas, copadas como pinheiros, que parecem assim juntas mosteiro cercado de aciprestes... Vindo perto deste Cabo parece a terra dele como escavada a modo de restolho, e sem arvoredado, e sem mato, salvante umas árvores baixas longe umas das outras, e de longo do mar tem pouca areia, **porque tudo é pedra aonde o mar arreventa**, e não lança arrecife ao mar (MELLO NETO, 1981, p. 39. Grifos nossos).

Se, por um lado, o promontório significava referência para os navegantes, um **farol de pedra**; o porto seguro estava logo ao lado, na baía de Suape, um ancoradouro natural protegido por extensa linha de arrecifes e onde deságuam quatro rios. Essas características renderam à área grande importância econômica, pois, com a descoberta de que as terras do sul da capitania eram boas para o cultivo da cana de açúcar, começam a surgir, no final do século XVI, os primeiros engenhos, preferencialmente situados próximos aos cursos de rios, que serviam de canais para o escoamento da produção canavieira que seguiria para a Europa.

O porto de Nazaré, como era chamado o ancoradouro de Suape, servia para o escoamento da produção dos engenhos que mais frutificavam açúcar (MELLO NETO, 1981, p. 44). No topo do promontório, estava o povoado de mesmo nome, surgido em torno de uma ermida sobre a qual um roteiro de navegação português de 1597 já dava notícia: “na ponta do cabo estava uma ermida que parece uma vela branca” (*op. cit.*, p. 45). Um navegador holandês, em 1623, afirmava que “na planície vizinha está a igreja que os portugueses chamam de Nossa Senhora de Nazaré (Imagem 08). Em dias claros esta igreja toda branca brilha do mar à distância de 4 léguas” (*ibid.*, p. 46). Após sucessivas ampliações e reformas, acredita-se que apenas a capela-mor corresponda à ermida primitiva (*ibid.*, p. 47).

**Imagem 08** – Vista da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré



**Fonte:** Acervo da SMPMA, 2010.

Em 1630, os holandeses invadem a capitania e tomam o porto do Recife. O porto de Nazaré, então, torna-se o grande mercado de Pernambuco (ANDRADE; LINS, 1984, p. 146), por onde os luso-brasileiros mantinham comunicação com a metrópole, eram abastecidos de armamentos e enviavam sua produção. Nesse momento, inicia-se um trabalho de fortificação (Imagens 09 e 10), de modo que a área do porto e povoado de Nazaré torna-se uma das mais fortificadas da capitania.

**Imagem 09** – Mapa dos sítios históricos prospectados no Cabo de Santo Agostinho e Baía de Suape



#### LEGENDA

⊕ MONUMENTOS

⊕ ÁREAS PROSPECTADAS MONUMENTOS NÃO LOCALIZADOS

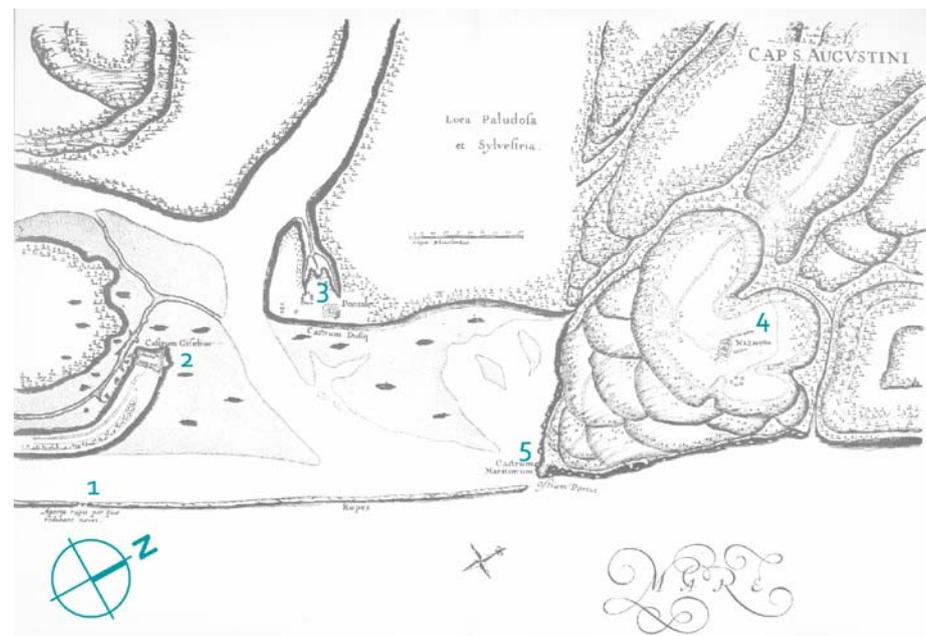
- |                         |                                  |                                 |
|-------------------------|----------------------------------|---------------------------------|
| 1. ACAMPAMENTO HOLANDÊS | 6. BARRA                         | 11. FAROL VELHO                 |
| 2. FORTE GIJSELIN       | 7. BATERIAS DE SÃO JORGE         | 12. BATERIA DA CALHETA          |
| 3. PONTAL DE SUAPE      | 8. FORTE CASTELO DO MAR          | 13. FORTE E QUARTEL DE GAIBU    |
| 4. ARRECIFES            | 9. QUARTEL DO CASTELO DO MAR     | 14. IGREJA DE NAZARÉ E CONVENTO |
| 5. FORTE DO PONTAL      | 10. SÍTIO ARQUEOLÓGICO SUBMARINO | 15. CAPELA VELHA                |

**Fonte:** Edição da autora sobre imagem digitalizada da prancha D.01 do Relatório de MELLO NETO, 1981.

Segundo Barreto (2007, p. 12), até 1631, foram construídos o Forte Castelo do Mar (Imagem 10), que ficava na barra do porto, protegendo sua entrada; as baterias de São Jorge e a bateria de Calheta. Sofrendo investidas holandesas em 1631 e 1632, os luso-brasileiros

construíram o Forte de Nazaré, em torno da ermida (Imagem 10). No ano seguinte, iniciaram o Forte do Pontal para proteção do porto, atacado em 1634 pelos holandeses, que finalizaram sua construção (Imagens 10 e 11). A investida dos holandeses logrou sucesso graças à traição de Calabar, que, conhecedor da área, fez os invasores passarem por uma estreita abertura na linha de arrecifes, a “barreta” (Imagens 10 e 12), em frente à qual estabeleceram acampamento, na Ilha de Borges (Ilha da Cocaia). Logo ergueram o Forte Ghyjselin, com o objetivo de firmar posição ao sul do CSA, sendo que, em outubro de 1634, a construção já sofria os danos causados pela pressa com que foi levantado e pela má localização, muito próxima às águas. Segundo Nestor Reis (2000), nesse período, o povoado de Nazaré era formado por vinte ou trinta casas. Esses elementos arquitetônicos eram parte da paisagem representada nesse período, resultado das relações estabelecidas pelo homem e o território.

**Imagem 10** – Mapa do Cabo de Santo Agostinho e do estuário de Suape/Pernambuco, com suas fortificações



**LEGENDA**

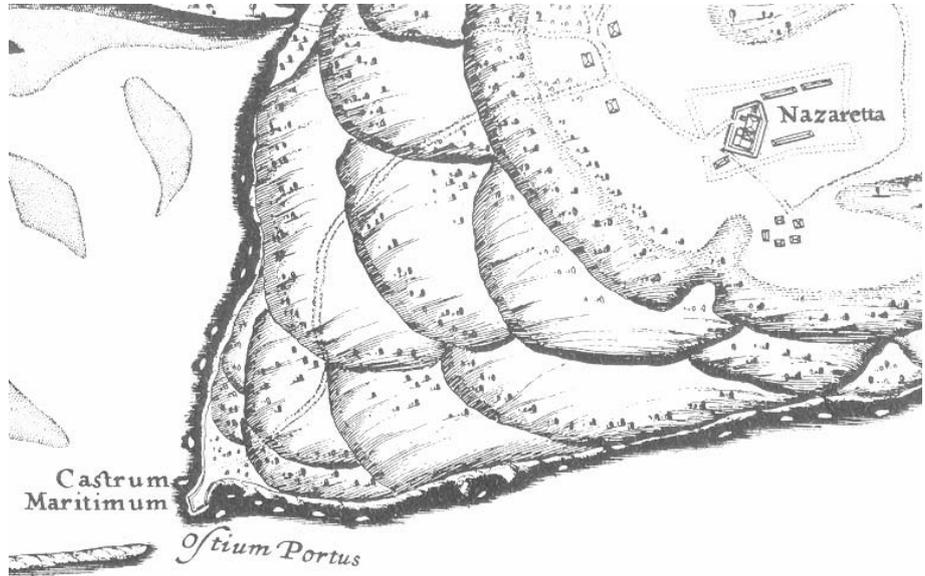
1. "Aperta rupis per qua redibant naues" - A barreta por onde passaram as naus
2. "Castrum Gijsselin" - Forte Gijsselin
3. "Pontale" - Forte do Pontal
4. "Nazaretta" - Forte de Nazaré
5. "Castrum Maritimum" - Forte Castelo do Mar

**Fonte:** BARLAEUS, 1980. Gravura nº 36. Autor desconhecido. Imagem digitalizada e editada pela autora.

A insurreição pernambucana começava a se organizar em 1645, sendo uma das metas fundamentais a retomada do porto de Nazaré. Essa reconquista não aconteceu por força das armas, e sim por meio de negociação (MELLO NETO, 1981, p. 81). Em 1652, houve um embate entre a nau portuguesa Galeão São Paulo e uma embarcação holandesa. Apesar da

vitória lusa, o navio naufragou em virtude de uma explosão acidental no paiol de pólvora<sup>27</sup> e hoje, os restos da embarcação correspondem a um sítio de arqueologia submarina.

**Imagem 11** - Detalhe: Gravura 36 (BARLAEUS,1980), em que aparece o Forte de Nazaré e o do Castelo do Mar



**Fonte:** BARLAEUS, 1980. Gravura n° 36.

**Imagem 12** - Cabo de Santo Agostinho – 1634.



Nessa representação, notam-se os fortes e a “barreta” por onde passaram os holandeses.

**Fonte:** Gravura que ilustra o livro de Commelin, Izaac (COMMELYN - 1671). Exemplar da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. In: REIS, 2000.

<sup>27</sup> O naufrágio, hoje, faz parte do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA), sob o n° 00085, sítio arqueológico “São Paulo”.

Com o sucesso da campanha restauradora, o porto do Recife foi reconquistado pelos luso-brasileiros em 1654, voltando a ser o centro do interesse econômico da capitania e colocando o porto de Nazaré em segundo plano (BARRETO, 2007, p. 18). As edificações históricas, construídas no período aqui denominado descobrimento, testemunham o florescimento econômico de Nazaré e os conflitos entre os europeus, na busca pelo domínio daquelas terras. A maior parte das ruínas que chegaram até os dias atuais foi construída em pedra, com granito do próprio promontório e utilizando também arenito dos arrecifes. Atualmente, devido ao avanço do mar, acredita-se que a área onde deveria estar o Forte Ghyjselin e o acampamento holandês esteja submersa. Do Forte do Pontal, é possível ver apenas um aglomerado de pedras quando a maré está baixa (Imagem 13).

**Imagem 13** - Vista das ruínas do Forte do Pontal: só aparecem quando a maré está baixa.



**Fonte:** Rosyonne Barreto, 2006.

O período seguinte, do esquecimento, corresponde à decadência e perda de importância em que iriam, aos poucos, entrando o povoado e o porto de Nazaré. Esse período teve como estopim a retomada do porto do Recife e, embora o porto de Nazaré continuasse em uso até meados do século XIX; sendo cuidado pelas autoridades portuguesas até o fim do século XVIII, com realização de benfeitorias nos fortes, já não se tratava da necessidade de proteger o principal ponto estratégico para a economia e defesa da capitania. Exemplo desse momento é a construção dos quartéis do Forte Castelo do Mar (Imagem 14), provavelmente do final do século XVII, e a construção do Forte de São Francisco Xavier de Gaibu (Imagem 15), iniciado em 1797 e finalizado em 1799.

**Imagem 14** – Quartéis do Forte Castelo do Mar



**Fonte:** Acervo da SMPMA, 2002.

**Imagem 15** – Forte São Francisco de Xavier de Gaibu



**Fonte:** Serviço Geológico do Brasil - <http://www.cprm.gov.br/>.

A construção do Convento Carmelita, iniciada em 1692 e finalizada em 1731, retrata bem o declínio que marca o período ora chamado de esquecimento (Imagem 15). Em 1764, há registro de 18 religiosos residentes no convento (MELLO NETO, 1981, p. 48), que, por

discordâncias doutrinárias, passaram da província carmelitana de Pernambuco para a da Bahia, o que dificultou sua manutenção. O último superior foi reeleito em 1859 e, sozinho, não demorou a abandonar o convento (*idem*). Entrou também em rápido processo de ruína uma capela construída na Vila de Nazaré, na segunda metade do século XVIII, sob invocação de Nossa Senhora da Conceição (Imagem 17).

**Imagem 16** – Ruínas do Convento Carmelita



**Fonte:** Acervo da SMPMA, 2005.

Sobre esse período, Antonio Viana (2003, p. 11), em seu texto “histórico-afetivo”, afirma que Nazaré é “uma cidade que permaneceu muito tempo adormecida, longe do progresso, dos meios de comunicação, mergulhada nas águas do esquecimento”. Uma descrição que se credita à data de 1740, apesar de citar fatos que teriam acontecido posteriormente, relata a situação daquela Vila, nesse período de esquecimento (COSTA *apud* BARRETO, 2007, p. 20):

A povoação de Nazaré do Cabo, outrora grande e florescente, mas hoje em decadência, jaz na chapada de uma elevada colina, à beira-mar, cercada de outeiros, e situada entre o cabo e os fortes de Nazaré e Gaibu. A sua população muito resumida é na sua maior parte composta de **pescadores**. Pertencente à paróquia de Santo Antônio do Cabo, tem uma capela dedicada à N. Sra. de Nazaré, junto à qual existiu um convento de carmelitas, um cemitério público, e **algumas fontes de águas** termais e ferruginosas (grifos nossos).

O cemitério a que o relato faz menção foi construído ao lado da igreja e data de 1871 (Imagem 18). Quanto às fontes, juntamente com bicas e cacimbas, eram responsáveis pelo suprimento de água para o povoado. Em texto de 1774, lê-se que o Cabo de Santo Agostinho “seria inabitável se a natureza o não refrescasse com a corrente de oito fontes de cristalinas águas que destes montes desce” (IDEIA DA POPULAÇÃO DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO

*apud* MELLO NETO, 1981, p. 68). Hoje, as cacimbas estão secas e abandonadas, restando a bica da ferrugem (Imagem 19). Viana (2003, p. 86) reflete: “E pensar que houve um tempo em que essas cacimbas eram ponto de encontro, fazendo parte da vida ativa de Nazaré, quando seus moradores vinham se abastecer de água, à luz da aurora”.

**Imagem 17** – Ruínas da Capela Velha



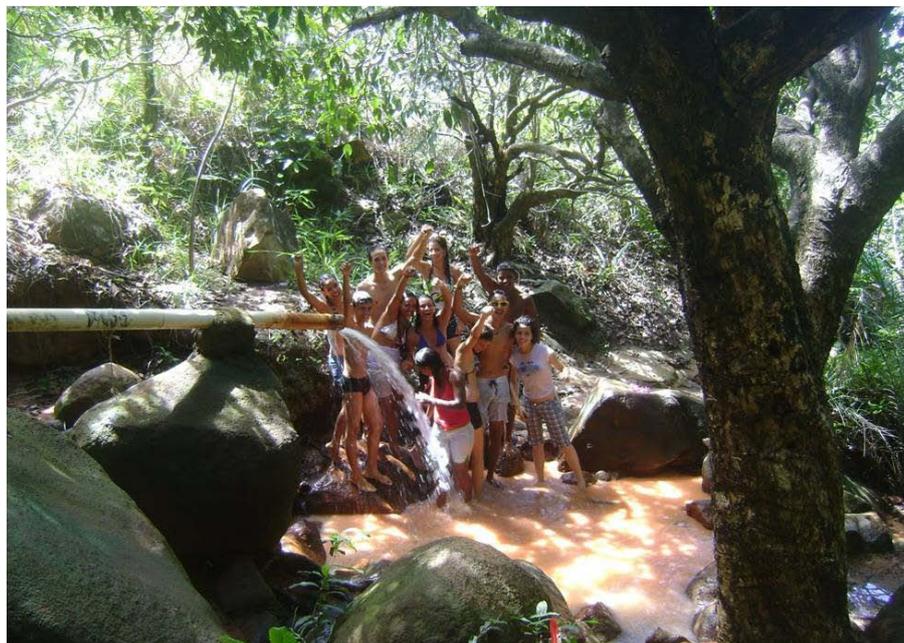
**Fonte:** Helen Palmeira, 2013.

**Imagem 18** – Vista aérea da Vila de Nazaré, com destaque para o cemitério, ruínas do convento e Igreja de Nazaré



**Fonte:** Página do NAD na internet. Disponível em: [www.mooz.com.br/parque](http://www.mooz.com.br/parque). Acesso em dezembro de 2012.

**Imagem 19** - Bica da Ferrugem



**Fonte:** Espaço Juventude e Desenvolvimento – Cabo de Santo Agostinho, 2010. Disponível em: [http://3.bp.blogspot.com/\\_jAf9ce\\_0tcU/TEBvZi225zI/AAAAAAAAANg/r-SimLnUtiw/s1600/05-06-2010+++Jade+216.jpg](http://3.bp.blogspot.com/_jAf9ce_0tcU/TEBvZi225zI/AAAAAAAAANg/r-SimLnUtiw/s1600/05-06-2010+++Jade+216.jpg)

Do período do esquecimento tem-se registro de uma relação do homem com seu meio ambiente por meio da qual tiravam do mar e das terras do promontório a sua subsistência. A ocupação nessas terras era essencialmente rural, havendo alguns aglomerados de casas de taipa nas enseadas de Gaibu e Suape, ocupadas por pescadores que iam formando pequenos povoados. A casa de farinha que existe próxima aos quartéis do Forte Castelo do Mar produzia farinha e goma de araruta para a região e esteve em funcionamento até a década de 1960 (VIANA, 2003, p. 88). Os recursos minerais também eram explorados: as jazidas de granito eram conhecidas como as “pedreiras de Nazaré”, no século XIX (MELLO NETO, 1981, p. 101).

No final do século XIX, foi erguido um farol na ponta do promontório e a seu lado foi construída uma edificação de dois pavimentos para moradia do encarregado e para apoio ao serviço (Imagem 20). O farol foi substituído por outro mais moderno, por volta de 1940 (Imagem 21). Da casa do faroleiro, restam as ruínas das fachadas. Os versos seguintes, de João Cabral de Melo Neto (2003, p.218), não poderiam representar melhor o período:

Sem a luz não se explicaria  
um Pernambuco que existia,

e seja a mesma luz, sem quebra,  
hoje é uma luz que não desperta.  
[...]

**Imagem 20** - Farol antigo



**Fonte:** Revista de Pernambuco, 1924.

**Imagem 21** - Novo farol



**Fonte:** Helen Palmeira, 2013.

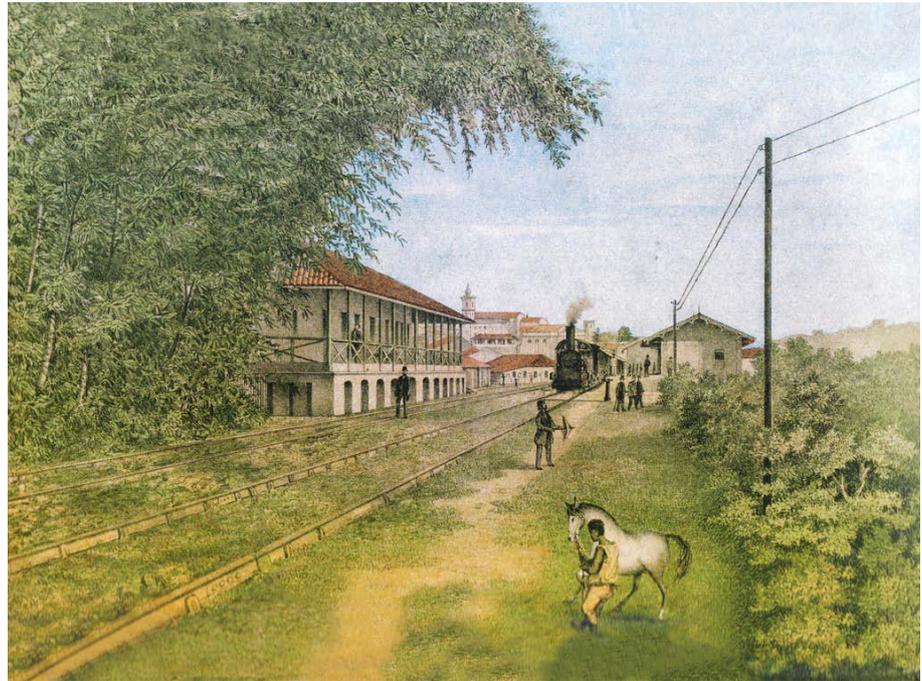
Assim, do início da ocupação do CSA – a partir do século XVI como local de defesa militar, com a construção de fortes e contribuindo para o desenvolvimento da capitania de Pernambuco, por meio do porto onde era escoado o açúcar – ficaram expressos na paisagem vestígios da cultura dominante. Entre fins do século XVII e meados do século XX, outros elementos, como pequenos povoados de pescadores e ocupações rurais, começam a se expressar na paisagem. Durante esses períodos, do descobrimento ao esquecimento, a paisagem do CSA foi-se modificando lentamente.

Apesar da progressiva decadência econômica desde a restauração pernambucana, a produção açucareira continuava a ser a alavanca do crescimento de Pernambuco, e os engenhos do sul da capitania, por aquela época, eram dos mais produtivos. Foi devido à monocultura canavieira que nasceu, ainda no período do descobrimento, o povoado de Santo Antônio do Cabo, em fins do século XVI, assim denominado pela proximidade do Cabo de Santo Agostinho, onde estava o porto de Nazaré. Segundo Andrade e Lins (1984, p. 128), após a insurreição pernambucana, contavam-se 28 engenhos na freguesia do Cabo, mais do que em qualquer outra da capitania. A dita freguesia passou a Vila do Cabo de Santo Agostinho, em 1811, e, em 1877, foi elevada à categoria de cidade: a Cidade de Santo Agostinho do Cabo (FELIPE, 1962, p. 400).

Durante todo o período colonial, o açúcar foi o principal produto de exportação brasileiro. Até o século XIX, os engenhos, movidos à tração animal ou por moinhos d'água, eram responsáveis por sua manufatura. O avanço tecnológico promovido pelo advento da estrada de ferro, em 1858 (Imagem 22), viabilizou o surgimento dos Engenhos Centrais e Usinas, unidades agroindustriais para as quais os antigos engenhos passaram a ser fornecedores de cana (GOMES, G., 1997, p. 18; ANDRADE; LINS, 1984, p. 160). A estrada de ferro também atraiu outras indústrias, a exemplo da implantação da Fábrica de Pólvora Elefante (1861), o Cotonifício José Rufino (1926) e a Destilaria Central Presidente Vargas (1940) (Imagem 23).

Na década de 1960, o município do Cabo recebeu o primeiro distrito industrial do Estado, localizado próximo à BR-101. A existência da destilaria favorecia a proposta de implantar de imediato uma fábrica de borracha à base de álcool (Companhia Pernambucana de Borracha Sintética – COPERBO). Em carta dirigida a um parlamentar, em julho de 1961, Israel Felipe (1961, p. 403) enumera as indústrias existentes no distrito: “cinco fábricas de açúcar, uma destilaria, uma fábrica de tecidos, uma de vinho e vinagre, uma de pólvora, três cerâmicas etc.”.

**Imagem 22** – Representação da estação de trem do Cabo, no século XIX



**Fonte:** Acervo da SMPMA.

**Imagem 23** – Vista aérea do Distrito Industrial do Cabo



As ruínas do conjunto fabril e a vila operária da Destilaria Central Presidente Vargas estão em primeiro plano.

**Fonte:** Acervo da SMPMA, 2004.

Não somente pela implantação do Distrito Industrial do Cabo e sua consequente consolidação como polo industrial do Estado, mas também pelas primeiras iniciativas de proteção do CSA como patrimônio, o período iniciado nos anos de 1960 e que perdura até

hoje foi denominado redescoberta. Como será visto mais detalhadamente no item seguinte deste capítulo, a Igreja de Nazaré foi tombada, em 1961, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Em 1973, o Cabo passa a fazer parte da Região Metropolitana do Recife (RMR), institucionalizada por meio da Lei Complementar Federal nº 14, de 08 jun. 1973. Esse ano também corresponde ao início do Projeto Suape, por meio do Decreto Estadual nº 2.845/1973, do governador Eraldo Gueiros. Tal projeto previa a instalação de um complexo industrial e portuário na divisa entre os municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca e estava de acordo com o projeto político brasileiro, segundo o qual se pretendia redistribuir espacialmente as atividades econômicas do país (PERNAMBUCO, 1976, p. 193).

A pedra fundamental do projeto foi lançada em 1974 e, em 1976, um grupo de trabalho interministerial<sup>28</sup> foi formado para estudar a viabilidade do complexo. Para atender ao projeto, no ano seguinte, foi desapropriada uma área de 13.500 hectares, incluindo a área correspondente ao Cabo de Santo Agostinho e à Baía de Suape. O então Secretário de Planejamento do Estado, Luiz Otávio Cavalcanti, justifica a escolha da localização<sup>29</sup>:

As características geo-topográficas [sic] da área de Suape e a existência de infra-estrutura [sic] física a ela contígua induzem a conveniência de se promover a construção do Complexo Industrial-Portuário [sic], perfeitamente compatibilizado com os objetivos nacionais de desenvolvimento.

É importante ressaltar que a área do CSA e da Baía de Suape permanecia estagnada. Se comparadas as cerca de 20 a 30 casas da Vila de Nazaré, em 1634, (REIS, 2000) com as 40 casas do povoado de Nazaré e as 35 de Gaibu, no Censo de 1900 (FELIPE, 1961, p. 62) percebe-se que, durante mais de 200 anos, não houve significativo crescimento populacional na área. O advento do CIP-SUAPE, no entanto, insere-a novamente no foco do interesse econômico de Pernambuco, como atesta o título de uma notícia de 1977: “Suape, a surpresa do progresso na vida simples do pescador”<sup>30</sup>.

A proposta de implantação do Complexo Industrial e Portuário de Suape (CIP-SUAPE) gerou reação de parte da comunidade científica, que, em 1975, publicou uma carta conhecida

---

28 O Grupo de Trabalho Interministerial foi criado por meio de portaria publicada no Diário Oficial da União em 09 abr. 1976. Era formada pelos ministros Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, o dos Transportes, o da Indústria e do Comércio e o do Interior.

29 Em notícia publicada, em 25 jan. 1977, no Confidencial Econômico, sob o título de “O Superporto de Suape”.

30 Notícia do Diário de Pernambuco, 30 abr. 1977, p. A-10.

como o “Manifesto dos Cientistas”<sup>31</sup>, na qual reivindicam a abertura do debate técnico e defendem o tombamento da área, considerada “sítio histórico de maior interesse”, “recanto de tão comovente beleza”, um “admirável cenário”, além de um “patrimônio artístico que a natureza ergueu”. Alegam que as obras, caso os investimentos não fossem efetivados, cometeriam “o crime irreparável de deformar a paisagem e profanar um sítio histórico”.

Em diversos documentos técnicos produzidos a partir da década de 1970, defendem-se os aspectos paisagísticos e históricos da área. Fala-se no CSA como um dos “marcos paisagísticos da Região do Recife” (CAVALCANTI, A., 1978), um “sítio natural notável” (PINHEIRO, 1978, p. 9). Os elementos que compõem a paisagem passam a ser continuamente ressaltados:

Aqui, são os monumentos e edificações, ali, a flora, a fauna, o mar, as fontes e bicas, a topografia e o ver ao longe imagens e a linha do horizonte. Mais adiante, a gente do lugar com seus costumes, sua vida, seu trabalho e suas expressões de comunicação.

Toda essa gama de emoções e de formas de mensagens representam um acervo de bens acumulados, os quais necessitam ser conhecidos e reconhecidos pelo próprio habitante do sítio e pelo visitante (SENA CALDAS & POLITO, 1979, p. 61)

No relatório da pesquisa arqueológica coordenada por Mello Neto (1981, p. 59) e realizada entre 1978 e 1979, lê-se:

O castelo do mar próprio, parece-nos, quer visto do alto [Foto 20], quer do mar, “**pedra nascendo da pedra**”, como disse-nos certa vez, com muita propriedade, o arquiteto Armando Holanda.

Está a parecer, inclusive, que tais edificações, pelo menos no estado em que se encontram atualmente, sem telhados e quase sem estradas de acesso, se acomodam à paisagem e à ambiência como se sempre estivessem estado ali. Vamos ainda mais adiante: **as ruínas dessas edificações vêm a conferir como que maior autenticidade à paisagem** (grifos nossos, ver Imagem 24).

Essas descrições, ao destacarem as construções humanas em combinação com os elementos naturais, refletem aspectos de uma paisagem cultural, entendida como expressão da ação humana sobre o meio ambiente. Em discurso proferido em 1979, Aloísio Magalhães fala da “monumental impassibilidade” do promontório e discorre<sup>32</sup>:

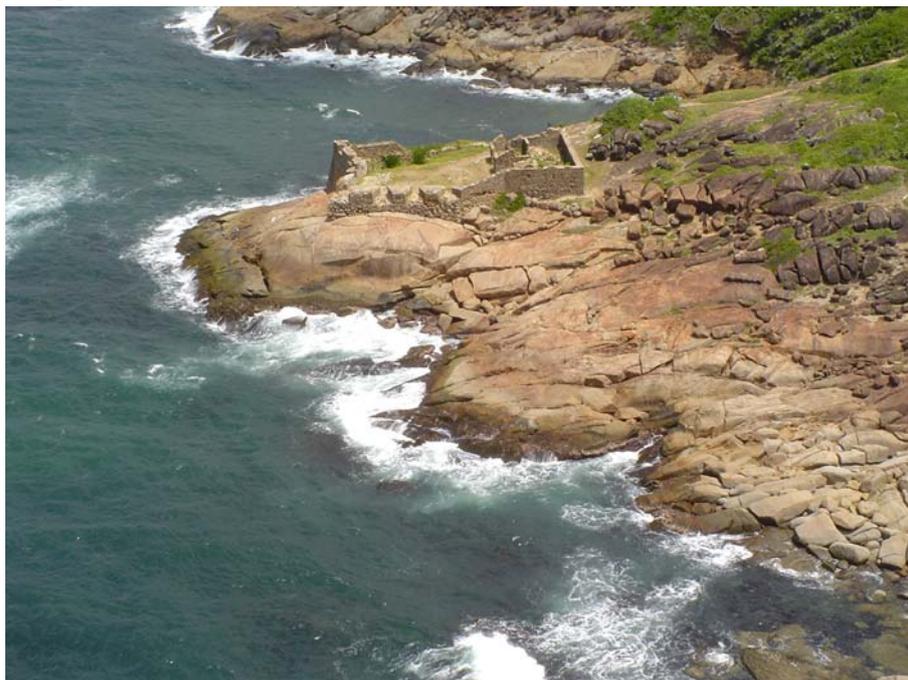
ao mesmo tempo que antecipador, como “farol cego”, o cabo foi também acolhedor, na sua configuração natural de abrigo e porto: convexo, na sua projeção de farol; côncavo, no remanso agasalhador da baía de Suape. Para ele, impassível e também imparcial, parece só contar o alimento que reiterada e continuamente lhe traz o mar que o banha e a brisa que o refresca.

---

31 Manifesto dos cientistas: A propósito de Suape. Publicado em 05 abr. 1975, no semanário do Recife, Jornal da Cidade.

32 Discurso pronunciado na solenidade de inauguração do marco ecológico do Parque Metropolitano de Santo Agostinho, em 29 jan.1979. Cópia gentilmente cedida pelo prof. Geraldo Santana.

**Imagem 24** – Forte Castelo do Mar visto do alto



**Fonte:** Acervo da SMPMA, 2005.

Nas décadas de 1980 e 1990, as áreas do litoral do Cabo, ao norte do CSA, começam a ser loteadas, a exemplo das praias de Gaibu, Enseada dos Corais e Itapoama. Enquanto na praia de Suape existiam poucas casas de veranistas, a de Gaibu era alvo do turismo de segunda residência e procurada nos fins de semana (SENA CALDAS & POLITO, 1979, p. 16) (Imagem 25). Já em 1984, foi implantado o porto externo do CIP-SUAPE, dando início às atividades do complexo.

**Imagem 25** – Vista da praia de Gaibu



**Fonte:** Acervo da SMPMA, 2005.

A implantação do CIP-SUAPE vem promovendo mudanças radicais na paisagem do CSA, tanto no aspecto visual (veem-se grandes maquinários e navios cargueiros), como nas dimensões ambiental, social e econômica (Imagens 26 e 27). Uma pesquisa na página do complexo na internet dá uma ideia da dimensão do impacto gerado por sua implantação<sup>33</sup>:

Já são mais de 100 empresas em operação, responsáveis por mais de 25 mil empregos diretos, e outras 50 em implantação. Entre elas, indústrias de produtos químicos, metal-mecânica, naval e logística, que vão fortalecer os polos de geração de energia, grânéis líquidos e gases, alimentos e energia eólica, além de abrir espaços em outros segmentos como metal-mecânico, grãos e logística. Tudo isso somado supera os 40 bilhões de reais em investimentos, gera 15 mil novos empregos e mais de 40 mil empregos na construção civil.

**Imagem 26** – Vista do CIP-SUAPE, em 2012



**Fonte:** Página da internet PE em Desenvolvimento. Disponível em: <http://pedesenvolvimento.com/>. Acesso em dezembro de 2012.

Em 1997, foi inaugurado um complexo turístico no pontal de Suape, o Blue Tree Park Cabo de Santo Agostinho, hoje Vila Galé Eco Resort do Cabo. Com uma área de 117 hectares, o projeto inicial previa condomínios residenciais de luxo e campo de golfe, que ainda não foram construídos (Imagens 28 e 29). Rocha (2000, p. 122) afirma que o complexo turístico alterou significativamente a relação de territorialidade das práticas cotidianas anteriores, já que suas terras antes eram usadas como se fossem território de uso público.

---

33 Disponível em: <<http://www.suape.pe.gov.br>>. Acesso em 15 fev. 2013.

**Imagem 27** – CIP-SUAPE visto a partir da estrada que dá acesso à praia do Paraíso.



Em primeiro plano, veem-se as edificações do complexo turístico.  
**Fonte:** Thaís Lucena, 2013

**Imagem 28** – Vista do então hotel Blue Tree Park



**Fonte:** Acervo da SMPMA, 2005.

**Imagem 29** – Projeto para o Complexo Turístico no Pontal de Suape



**Fonte:** ROCHA, 2000.

O crescimento populacional, combinado com o econômico que o CIP-SUAPE tem promovido, gera mudanças diretas e indiretas sobre toda a área de estudo, como é possível observar no relato de um morador do Cabo<sup>34</sup>:

Nossas paisagens estão ficando áridas, o ar enodado com tingimento escuro, a paz se esvaindo e o sol no horizonte a dourar cargueiros e na terra apenas gigantescas construções que expulsam o nosso povo de suas terras, assim como Hitler expulsou os judeus da Alemanha. Sem sentimento, sem dó ou compaixão.

A praia de Gaibu, antes com predomínio de ocupação de casas de segunda residência, para veraneio, passa a ser povoada por funcionários de fábricas do CIP-SUAPE (Imagem 30). Um alemão que reside provisoriamente em Gaibu afirma que, apesar de o local parecer o paraíso, “é o inferno disfarçado”<sup>35</sup>. O controle de invasões tem sido um dos maiores desafios para o controle urbano municipal. No litoral norte do Cabo, o complexo da Reserva do Paiva vem gerando intensa mudança no padrão de ocupação daquela área que, até final

34 Trecho do texto intitulado “A ti, Cabo de Santo Agostinho, meu coração, sempre”, de Jairo Lima, publicado no *Blog Jornal da Calheta – Cabo Vivo*. Disponível em: < <http://jornaldacalheta.wordpress.com>>. Acesso em: 28 fev. 2012.

35 Em notícia veiculada pelo *Jornal do Comercio*, em 03 dez. 2011.

do século XX, era destinada a extensas plantações de coqueiros, mas atualmente dá lugar a construção de edifícios residenciais e empresariais de luxo (Imagens 31 a 33). Nesse contexto, é pertinente a colocação do jornalista Bruno Albertim<sup>36</sup>:

De um lado, a Reserva do Paiva, um eldorado litorâneo onde o aluguel de uma casa de cinco quartos, 800 metros quadrados, pode custar R\$ 30 mil por mês. Na outra extremidade, o Complexo Industrial Portuário de Suape [...] Entre o luxo e o porto, há um conjunto de praias onde quintais viram cortiços, invasões ocupam matas, favelização e águas cristalinas são tão comuns como a violência típica dos subúrbios do Recife. Assaltos e homicídios constantes como coqueiros. Agora, no Cabo de Santo Agostinho, o terror tem vista para o mar.

**Imagem 30** – Ônibus e operários em Gaibu



**Fonte:** Thaís Lucena, 2013.

**Imagem 31** – Extensa faixa de coqueiros na praia do Paiva, em 2004



Vista a partir do Norte.

**Fonte:** SMPMA, 2004.

---

36 *idem*

**Imagem 32** – Localização do projeto da Reserva do Paiva, em imagem de divulgação do empreendimento



**Fonte:** Página do consórcio OR. Disponível em: <<http://www.orealizacoes.com.br/Novos-Destinos-Urbanos-Conceito.aspx?id=21>>. Acesso em jan. 2013

**Imagem 33** – Construção de edifícios empresariais na Reserva do Paiva



Na placa de divulgação, lê-se: "Breve aqui, novo mundo".

**Fonte:** Thaís Lucena, 2013.

Em 2012, foi anunciado o projeto Convida Suape (Imagem 34). De iniciativa privada, trata-se de uma cidade planejada no Cabo, que ocupará uma área de 470 hectares, com previsão de moradia para 100 mil habitantes, e devendo ser concluída até 2022.

**Imagem 34** – Perspectiva de divulgação do projeto Convida Suape



**Fonte:** <<http://www.archdaily.com.br/52296/plano-diretor-de-convida-suape-de-broadway-malyan-em-pernambuco/>>. Acesso em mar. 2013

Todos esses grandes empreendimentos no entorno do CSA alteram dramaticamente as relações dos moradores com o meio onde habitam, atraindo novos atores e gerando novas relações, com conseqüentes repercussões na paisagem. Na Vila de Nazaré, os traçados e a estrutura de ocupação do período colonial estão mantidos, devido, em grande parte, ao período de esquecimento por que passou durante séculos. Para Barreto (2007, p. 34), “isto simboliza a perpetuidade através de gerações da relação da população com o meio em que vive”. No promontório, atualmente, existem comunidades<sup>37</sup> representadas, muitas vezes, por famílias que vivem no CSA por sucessivas gerações<sup>38</sup>, sobrevivendo principalmente da pesca, da agricultura de subsistência e da coleta de frutas (Imagem 35).

Esses nativos, como se intitulam, por vezes entram em conflito com os novos moradores, muitos deles invasores, que são atraídos pelo desenvolvimento promovido pelo CIP-SUAPE. Também são constantes os conflitos com representantes estatais, sobretudo os da Empresa Suape (SUAPE), que passou a ser a proprietária das terras após a desapropriação ocorrida em 1977. Um levantamento realizado em 2008 apontou para mais de 370 construções clandestinas na área do promontório<sup>39</sup>.

Do ponto de vista da relação do morador com o meio, os pescadores de Suape se esforçam por manter sua atividade, cada vez mais ameaçada. Eles reclamam que as dragagens provocam redução de até 70% na pesca. Um deles conta:

Numa das audiências que tivemos, o juiz perguntou se Suape não tinha como conseguir trabalho no porto para a gente. Eles precisam entender que somos da

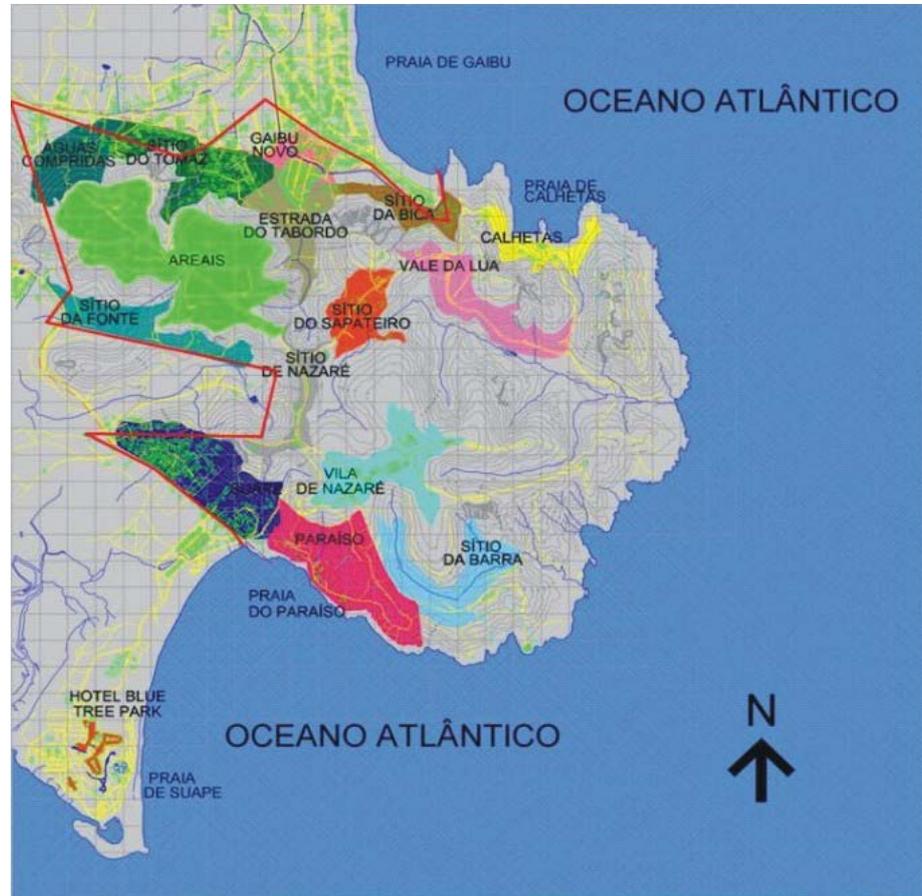
37 O Plano Estratégico para o PMAHC (2000) listou 14 comunidades na área do parque: Sítio de Nazaré, Sítio do Sapateiro, Vale da Lua, Calhetas, Areais, Gaibu Novo, Estrada do Tabordo, Sítio da Bica, Sítio do Tomás, Águas Compridas, Sítio da Fonte, Vila de Suape, Sítio da Barra e Praia da Preguiça ou do Paraíso.

38 Há informação sobre uma moradora que representa a oitava geração de sua família morando na Vila de Nazaré (VIANA, 2003, p. 89). Em pesquisa de campo, realizada em janeiro deste ano, tivemos oportunidade de conversar com uma moradora da Vila de Nazaré, neta da faroleira do CSA.

39 Conforme notícia veiculada no *site* da Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho (PMCSA), em 01/06/2009.

cultura secular da pesca. Não queremos sair da nossa atividade para ser pedreiro ou soldador.<sup>40</sup>

**Imagem 35** – Localidades do PMAHC



**Fonte:** PERNAMBUCO, 2000.

Ao longo desta narrativa, pode-se constatar que, embora os atores que vivenciam a paisagem do CSA tenham mudado ao longo do tempo, esse território foi, com frequência, palco de conflitos que deixaram na paisagem suas marcas. Como cantaria Israel Felipe ao CSA (*apud* FELIPE, 1961, p. 264-265):

[...]  
 Sempre olhando pro levante,  
 Permaneces mudamente,  
 Haja tempestade uivante.  
 Ou do mar calma somente.  
 [...]

Ou ainda, como descreve João Cabral (2003, p. 218), no poema “De volta ao Cabo de Santo Agostinho”, no qual o cabense parece resignado:

---

40 Notícia do Jornal do Commercio, publicada em 30 jun. 2012.

Sem a luz não se explicaria  
um Pernambuco que existia,

e seja a mesma luz, sem quebra,  
hoje é uma luz que não desperta.

Certo, são as facas mais vivas  
as que fazem à sua vista;

mas está menos insofrido  
o quem de lá, e menos crítico,

como se a luz, antes mais crua,  
já não desse a ver, nua e crua,

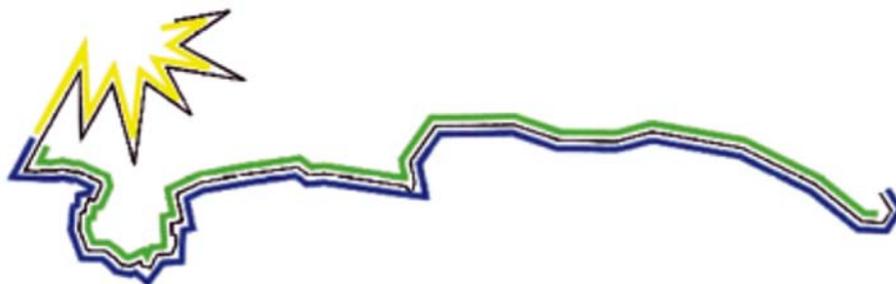
o filme que vê em seu trajeto:  
por não ter encontrado eco

ou por ver a inutilidade  
de ter dado a ver, dos debates

que fez nascer, dos protestos  
a que deu unhas par os gestos.

Sejam as fortificações do período de batalhas pelo domínio das terras, os grandes equipamentos industriais do CIP-SUAPE ou as construções desordenadas dos invasores das últimas décadas, o fato é que tanto as culturas dominantes quanto as subculturas encontram alguma expressão na paisagem do CSA (COSGROVE, 1998, p. 105), tão fortemente marcada por sua constituição geológica e topográfica, por seu côncavo e convexo. Não é por acaso que o logotipo criado pela PMCSA para seu Plano Diretor (2006) representa a linha de costa do Cabo (Imagem 36).

**Imagem 36** – Logotipo do Plano Diretor do Cabo de Santo Agostinho



O logotipo representa a linha de costa do município do Cabo, do pontal de Suape até a praia do Paiva (esquerda para direita).

**Fonte:** Acervo da SMPMA, 2006

## 2.2 As iniciativas de proteção do Cabo de Santo Agostinho

Como visto no item anterior, o período que neste trabalho é denominado redescoberta é marcado pela implantação de grandes equipamentos industriais, tanto no município do Cabo quanto, mais diretamente, nas proximidades do CSA. Desse período também são as primeiras iniciativas de proteção do CSA, em que o aspecto paisagístico sempre é mencionado. Neste item, serão vistas quais foram essas iniciativas e como a paisagem do CSA foi abordada em cada uma delas.

A primeira ação patrimonial ocorrida aconteceu em 1961, quando o então chefe do 1º Distrito da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN, Sr. Ayrton de Almeida Carvalho, solicitou a inscrição da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré e ruínas do Convento Carmelita nos livros de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e de Belas Artes. No processo de tombamento nº 619-T-61, afirmou que “a paisagem local deveria merecer preservação e, para tanto, deveria ser tombada pela DPHAN, a fim de permitir a fixação de normas para o futuro loteamento da área, que será inevitável” (BARRETO, 2007, p. 19). Embora o parecer de Carlos Drummond de Andrade<sup>41</sup> concordasse com a inclusão do bem no livro de tomo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, sugerindo, inclusive, que fosse realizada “oportuna delimitação da área paisagística a ser abrangida pelo tombamento” (*op. cit.*, p. 20), a construção foi finalmente inscrita no Livro de Tombo de Belas Artes.

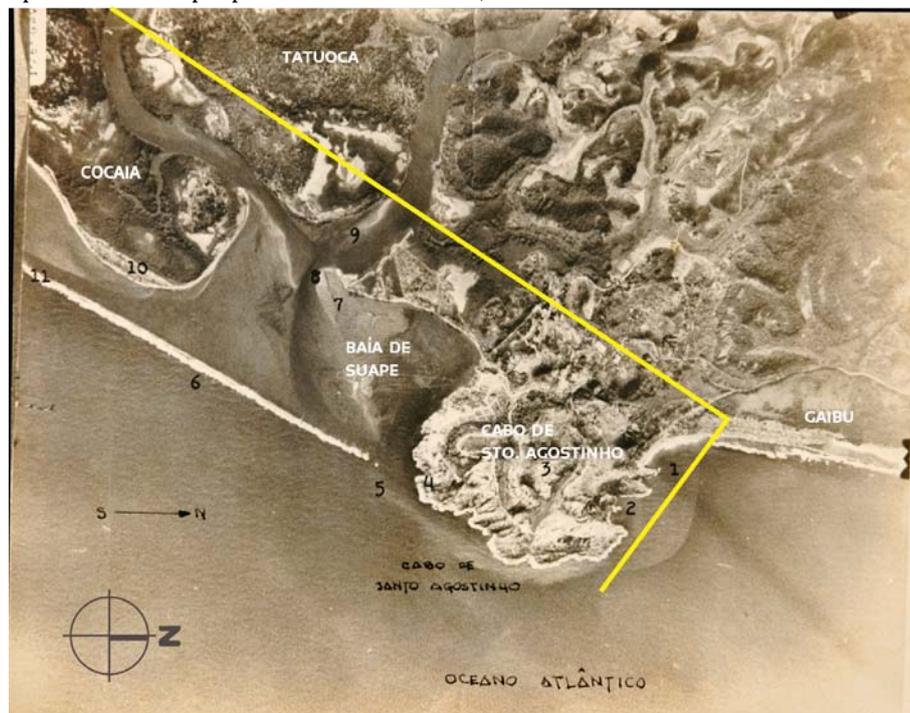
Na década de 1970, a intenção do governo de instalar um grande complexo industrial e portuário na divisa entre Cabo e Ipojuca começou a ser noticiada nos jornais locais. Por isso, em 22 de junho de 1973, o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco solicita ao IPHAN a abertura de processo de tombamento para o Cabo de Santo Agostinho e Baía de Suape como “paisagem natural notável”, conforme enunciado na Constituição Federal (*ibid.*), de forma a proteger esse bem como patrimônio (Imagem 37). A solicitação deu início ao processo 875-T-73, que até hoje se encontra em situação de sobrestado, ou seja, apesar da abertura do processo, o tombamento ainda não foi homologado. Isso ocorreu, talvez, devido à política institucional da época<sup>42</sup>, à falta de técnicos ou às pressões externas que possam ter interrompido o processo.

---

41 Carlos Drummond de Andrade era chefe da Seção de História, na Divisão de Estudos e Tombamentos do DPHAN.

42 O foco das ações do IPHAN, durante suas primeiras décadas de existência, estava no patrimônio cultural. A Coordenadoria de Patrimônio Natural, dentro da instituição, só foi criada na década de 1980 (RIBEIRO, 2007, p. 104).

**Imagem 37** – Foto aérea do CSA e Baía de Suape com indicação do perímetro apresentado na proposta de tombamento, em 1973.



Fonte: BARRRETO, 2008.

A iminência da implantação do Complexo Industrial e Portuário Governador Eraldo Gueiros (CIP-SUAPE) e a necessidade de proteção ambiental e histórica da área na qual seria instalado gerou bastante polêmica. Na carta divulgada em 1975, intitulada “A propósito de Suape”, lê-se: “[...] a decisão do projeto [de Suape] continua controversa, na medida em que Suape permite imaginar outros usos para sua feliz dotação de beleza natural e de outros recursos para o lazer, além de ser sítio histórico do maior interesse”<sup>43</sup>.

É válido lembrar que o projeto do CIP-SUAPE é tornado público no mesmo período em que a RMR é institucionalizada. No primeiro Plano de Desenvolvimento Integrado da RMR (PDI-RMR), de 1976, foram previstas algumas ações de implantação de parques metropolitanos dentro do Programa de Habitação e Urbanismo. Entre esses parques, estava o Parque Metropolitano de Santo Agostinho, que foi instituído pelo Presidente da República em 1977, por meio da Exposição de Motivos Interministerial nº 325.

Em resposta à polêmica gerada pelo projeto de Suape, o governo do Estado, por meio de um convênio firmado com o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), a então Secretaria de Planejamento do Estado (SEPLAN) e o Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco (CONDEPE), criou o Programa Ecológico e Cultural do Complexo Industrial e Portuário de Suape (PECCIPS), formado por uma equipe interdisciplinar coordenada pelo

<sup>43</sup> Publicada no Jornal da Cidade, em 5 abr. 1975.

arquiteto Armando de Holanda Cavalcanti (PERNAMBUCO, 1978). O PECCIPS realizou, entre 1977 e 1979<sup>44</sup>, diversos estudos com vistas à proteção ecológica e cultural da área-projeto, como era chamada a área de 13.500 hectares desapropriados para a implantação do CIP-SUAPE.

O momento correspondente às atividades do PECCIPS foi um dos mais profícuos para o conhecimento da área do CSA. A concepção do programa partia de uma perspectiva holística e integradora em que se percebe o homem e a natureza em interação como “parte de uma única realidade que, como tal, deve ser abordada de maneira global, transcendendo as fronteiras entre as diversas especialidades acadêmicas” (PERNAMBUCO, 1978, p. 21). Em resultado, vários estudos sobre a área foram desenvolvidos pela equipe, nos campos econômicos, antropológicos, sociais, urbanísticos, ambientais, arqueológicos, históricos, arquitetônicos etc. Essas pesquisas dariam subsídios para diversos projetos e planos que estavam sendo elaborados na mesma época ou nos anos seguintes, a exemplo do Plano Diretor de Preservação e Revitalização do Cabo de Santo Agostinho, Vila de Nazareth, Povoados de Gaibu e Suape (1979) e do Plano Diretor de Suape (1983), além do processo de tombamento estadual (1983).

Parte das preocupações da equipe do PECCIPS estava direcionada à descaracterização da paisagem nos seus aspectos naturais e culturais, conforme apontado entre os riscos e inconvenientes decorrentes da implantação do CIP-SUAPE, a saber:

- drástica alteração na estrutura e função dos recursos ambientais[...]com repercussões sobre a cultura local;
- pequeno grau de integração entre as dinâmicas particulares à população atual e os processos sócio-econômicos previsíveis para o Complexo[...];
- surgimento de tensões sociais com a migração de populações[...];
- perda de traços culturais que configurem uma identidade local;
- deteriorização de monumentos e sítio históricos de relevante papel na memória nacional, pela **descaracterização da paisagem circundante**, erosão do relevo, desmatamento e poluição. (PERNAMBUCO, 1978, p. 09; grifo nosso)

Em 1978, o Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife (PPSH-RMR) define a área do promontório como sendo o Sítio Histórico do Cabo de Santo Agostinho, classificando-o como Povoado Antigo. Apesar do reconhecimento da importância histórica e paisagística do sítio, até então, somente a Igreja de Nazaré e as Ruínas do Convento Carmelita eram institucionalmente protegidas como patrimônio, por meio do tombamento federal de 1961. O Parque Metropolitano de Santo Agostinho,

---

<sup>44</sup> O PECCIPS foi extinto no final de maio de 1979, quando o governo estadual não renovou o convênio com o CNRC (ALEPE, 1979, p. 55-56).

elencado no PDI-RMR e instituído pelo governo federal em 1977, foi finalmente criado em fevereiro de 1979, por meio do Decreto Estadual nº 5.554/1979.

Em janeiro de 1979, um evento marcou a inauguração do Parque Metropolitano de Santo Agostinho, com a inauguração do marco ecológico, a escultura de pedra sobre pedra, criada pelo arquiteto Armando de Holanda com material coletado de diferentes partes do promontório (Imagem 38). Durante o evento, foi distribuído *folder* em que se lia: “a implantação do Parque visa à valorização de importantes monumentos históricos e artísticos assim como de um sítio natural notável” (PINHEIRO, 1979).

**Imagem 38** – Marco Ecológico do Parque Metropolitano



A Pedra do Cogumelo é uma escultura feita de pedra sobre pedra, por Armando de Holanda Cavalcanti, situada em um mirante do CSA.

**Fonte:** Rosyonne Barreto, 2006.

Segundo o decreto, o Parque Metropolitano de Santo Agostinho corresponde a uma área de 270 hectares, sendo parte das terras desapropriadas para implantação do complexo portuário, sob a responsabilidade da Empresa Pública SUAPE – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros (SUAPE), criada pela Lei nº 7.763/1978<sup>45</sup>. No mesmo ano, o nome do parque foi alterado, como homenagem póstuma, para Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti (PMAHC), por meio do decreto estadual nº 5765/79. Sendo parte do território de SUAPE, a área do parque passou a ser denominada Zona de Preservação Cultural no primeiro Plano Diretor de Suape (1983) (Imagem 39).

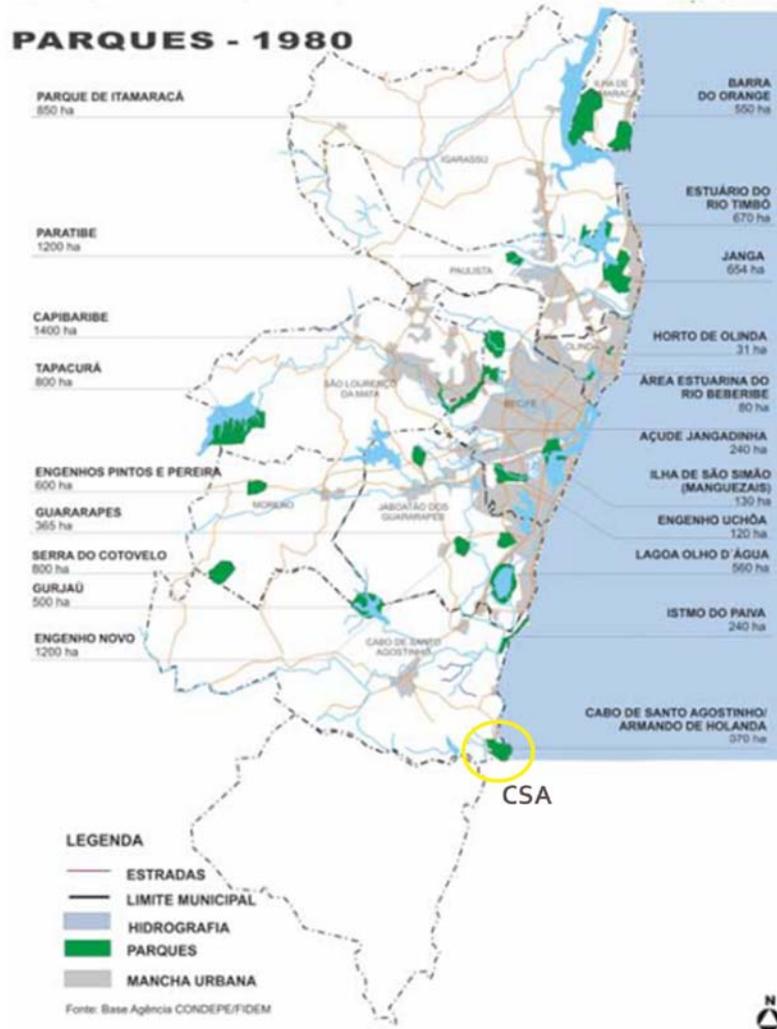
---

45 SUAPE é uma empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira (FIDEM, 1998).



ordem, em que o PMACH passa a ser de prioridade secundária. Não há razão explícita para essa requalificação, embora se suponha que a viabilidade de implantação de alguns parques possa tê-la fundamentado (CAVALCANTI, M.J., 2005). Em 2002, o documento Parques Metropolitanos traz o PMAHC novamente como prioritário, de mesmo modo, sem explicações para isso (*idem*) (Imagem 40).

**Imagem 40** – Mapa do Sistema de Parques Metropolitanos, em 1980



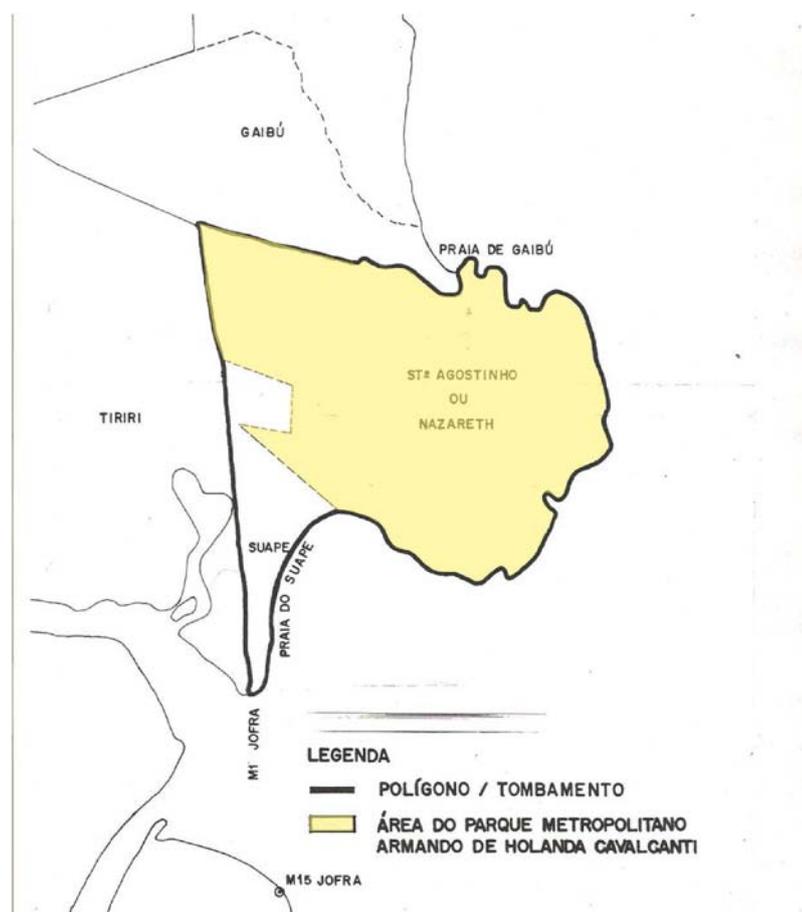
**Fonte:** CAVALCANTI, 2005.

Ao delimitar a área do parque como equivalendo ao promontório, sem incluir a Baía de Suape, o decreto separava o que deveria ser tratado em conjunto. Como visto, os eventos que trouxeram notoriedade histórica ao CSA estão diretamente relacionados à existência do ancoradouro natural de Suape e é a combinação do “côncavo” e do “convexo” que conformam a paisagem do CSA. No relatório da pesquisa de arqueologia e história desenvolvida no contexto do PECCIPS, apresenta-se crítica à incoerência em se proteger o CSA, enquanto os equipamentos previstos para o funcionamento do complexo portuário promoveriam a destruição do território de Suape (MELLO NETO, 1981, p. 32):

No caso do Cabo de Santo Agostinho, preserva-se a paisagem, detém-se a erosão, revitaliza-se a vegetação, estabiliza-se, restaura-se e reutiliza-se a edificação histórica. Em Suape, destroem-se os valores de ambiência, negam-se os da paisagem, enterram-se os históricos.

Em consequência da implantação do CIP-SUAPE, a FUNDARPE iniciou, em 1982, o Processo de Tombamento Estadual nº 0166/1982 do Sítio Histórico do Cabo de Santo Agostinho e Baía de Suape. Ao longo do texto referente a esse processo, é ressaltada a importância dos aspectos históricos e paisagísticos do sítio, afirmando que, “em conjunto, o Cabo e a Baía constituem a mais bela paisagem da área costeira do Estado”. O documento resalta a “paisagem natural”, e o tombamento inclui – conforme descrito em ofício da FUNDARPE destinado à prefeitura do Cabo e anexado ao processo (Imagem 41).

**Imagem 41** – Delimitação dos perímetros de tombamento do Sítio e do PMAHC.



**Fonte:** Cópia escaneada do arquivo da FUNDARPE, 1982.

A homologação só aconteceu em 1993, pelo Decreto Estadual nº 17.070/1993. No parecer conclusivo, lê-se:

[...] reconhecendo ainda o dever de “defender o que há de mais digno de preservar, que são as realizações do povo e o direito deste de transmitir sua experiência aos vindouros”, e tendo em vista a excepcional **beleza da paisagem natural** do

Cabo de Santo Agostinho e da Baía de Suape, mesmo considerando-se os danos irremediáveis que comprometeram essa paisagem, a FUNDARPE é de Parecer Favorável ao Tombamento do Cabo de Santo Agostinho e Baía de Suape [...] <sup>46</sup> (grifos nossos).

É interessante notar como os aspectos paisagísticos ressaltados nos documentos técnicos estão fortemente vinculados às questões naturais e como a compreensão de paisagem é referenciada, até então, fortemente vinculada aos elementos da Natureza (“beleza da paisagem natural”) ou como entorno do bem (“paisagem circundante”). Essa concepção é coerente com o pensamento corrente nas políticas de patrimônio até a década de 1990, quando a paisagem começa a ser tratada como um bem cultural, com a criação da categoria de paisagem cultural pela UNESCO, e passam a ser ressaltados os aspectos culturais, naturais e imateriais que constituem a concepção de paisagem patrimonial.

Antes da homologação do tombamento do sítio histórico, em 1989, um grupo privado, o PREFASA Empreendimentos e Construções LTDA, demonstra interesse em implantar um complexo turístico numa área de 117 hectares no pontal de Suape, composto de um hotel de luxo, com 215 quartos, três restaurantes, um parque aquático, um clube náutico e condomínio de casas residenciais. Para tanto, assumiu, por 99 anos, por meio de uma Permissão de Bem Imóvel a Título Oneroso, a contrapartida de restaurar, conservar e manter os prédios públicos, equipamentos e monumentos históricos existentes no PMAHC.

Sem dúvida, a instalação de um complexo hoteleiro vizinho ao CIP-SUAPE e em local de belas praias seria um investimento promissor para a iniciativa privada. Por outro lado, repassar para a PREFASA os encargos com a administração do PMAHC poderia viabilizar a implantação do parque, que ainda não havia saído do papel, apesar de uma década de sua criação. A empresa permissionária foi sucedida, em 1993, pela IPOJUCA Empreendimentos e Participações Ltda. e, posteriormente, pela Fundação dos Economiários Federais (FUNCEF), que assumiu as obrigações sobre o PMAHC.

Em 1997, em reunião do Conselho de Desenvolvimento da RMR, a prefeitura do Cabo (PMCSA) propõe a criação de um Conselho Gestor do Parque, o que se efetiva diante da constatação da necessidade de rever o Plano Diretor de Preservação e Revitalização do Cabo de Santo Agostinho, Vila de Nazareth, Povoados de Gaibu e Suape, elaborado 18 anos antes. Além disso, parte dos compromissos assumidos pela permissionária não estavam sendo cumpridos, sob a alegação de ausência de um plano de ações (CUNHA, 2005, p. 85). Nesse contexto, é produzido, entre 1998 e 2000, o Plano Estratégico do Parque Metropolitano Armando de Holanda, que recomenda a adoção da categoria de Área

---

46 Parecer conclusivo do processo de tombamento estadual do Cabo de Santo Agostinho e Baía de Suape. Recife, dezembro de 1992. Arquivo da FUNDARPE.

Especial de Interesse Turístico em detrimento da de parque. Por questões institucionais, o modelo de gestão proposto não foi implementado e, conseqüentemente, poucas ações do plano foram implantadas (*op. cit.*, p. 88).

A falta de compromisso por parte da FUNCEF, como permissionária, em cumprir todos os encargos e obrigações, impulsionou uma reunião, em julho de 2005, da qual participaram FIDEM, Conselho de Desenvolvimento Sustentável do Cabo de Santo Agostinho (CDSCSA), FUNCEF, SUAPE e representantes da sociedade civil organizada. Por falta de entendimento entre as partes, em junho de 2006 o CDSCSA encaminhou denúncia aos Ministérios Públicos Federal (MPF) e Estadual (MPPE), uma vez que creditava à inoperância da FUNCEF os casos de invasões, venda de posses irregulares, depredação do patrimônio histórico, assaltos e pontos de drogas.

Do ponto de vista da permissionária, para cumprir a contento as obrigações expressas no título de 1989, seria necessário investir quantias elevadas e grandes esforços, o que não era interessante para uma empresa que registrava, em 2005, déficit de mais de R\$ 300 mil no hotel do Cabo de Santo Agostinho<sup>47</sup>. Além disso, há obrigações próprias do poder público, tais como a fiscalização do uso do solo urbano, que deveriam ser inalienáveis.

Diante da complexidade de tantos interesses e atores envolvidos, o MPPE elabora, em 2006, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), com o objetivo de pôr em prática um modelo de gestão para o PMAHC, definindo as atribuições dos representantes de um Conselho Gestor provisório, composto por: AGÊNCIA CONDEPE/FIDEM, FUNDARPE, Agência Estadual do Meio Ambiente (CPRH), SUAPE, FUNCEF, PMCSA e representante da comunidade local.

Apesar da proposta, contida no TAC, de um Conselho Gestor provisório, nem o definitivo foi constituído, nem o parque foi implementado. As demandas imediatas estão relacionadas ao controle das erosões, bem como das invasões decorrentes do atrativo populacional gerado pelas ofertas de trabalho oferecidas pelo CIP-SUAPE e do processo continuado de ocupação, que não foi interrompido com a desapropriação da área. Uma pesquisa realizada pela empresa SUAPE, em 1998, aponta para uma população residente de 2.102 habitantes dentro da área do PMAHC (CAVALCANTI, R., 2006).

Em um contexto mais amplo, a AGÊNCIA CONDEPE/FIDEM coordenou, entre 2006 e 2008, o Plano Território Estratégico de Suape – Diretrizes para uma ocupação sustentável. O

---

47 Conforme noticiado pela FUNCEF, em 03 jun. 2006. Disponível em: <<http://www.funcef.empauta.com>>. Acesso em 18 fev. 2013.

plano contou com a participação dos municípios que sofrem influência direta do CIP-SUAPE (Cabo e Ipojuca) e indireta (Jaboatão dos Guararapes, Moreno e Escada), com vistas ao desenvolvimento integrado da região. Nesse plano, as diretrizes e ações propostas estão dentro dos eixos de organização do território, de mobilidade e saneamento ambiental (Imagem 42).

**Imagem 42** – Localização do Território Estratégico de Suape



**Fonte:** AGÊNCIA CONDEPE/FIDEM, 2008.

Mais recentemente, com o desenvolvimento de pesquisas no campo da geologia, tem-se defendido a proposta de criação do Geoparque do Litoral Sul de Pernambuco. A Rede Mundial de Geoparques foi criada em 2004, pela UNESCO, com o objetivo de preservar e conservar elementos geológicos e paleobiológicos que testemunhem a formação da Terra<sup>48</sup>. Defende-se o caráter excepcional do patrimônio geológico associado aos aspectos biológico, turístico, cultural e histórico da área, que abrange os municípios do Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Sirinhaém, Rio Formoso e Tamandaré, em 636 quilômetros quadrados<sup>49</sup> (Imagem 43). A Carta da Serra da Bodoquena afirma que “paisagens culturais e geoparques em última instância dizem respeito mais às pessoas que às coisas, uma vez que as premissas de conservação e preservação atendem à necessidade humana fundamental do conhecimento e do pertencimento a uma cultura e a um lugar”<sup>50</sup>.

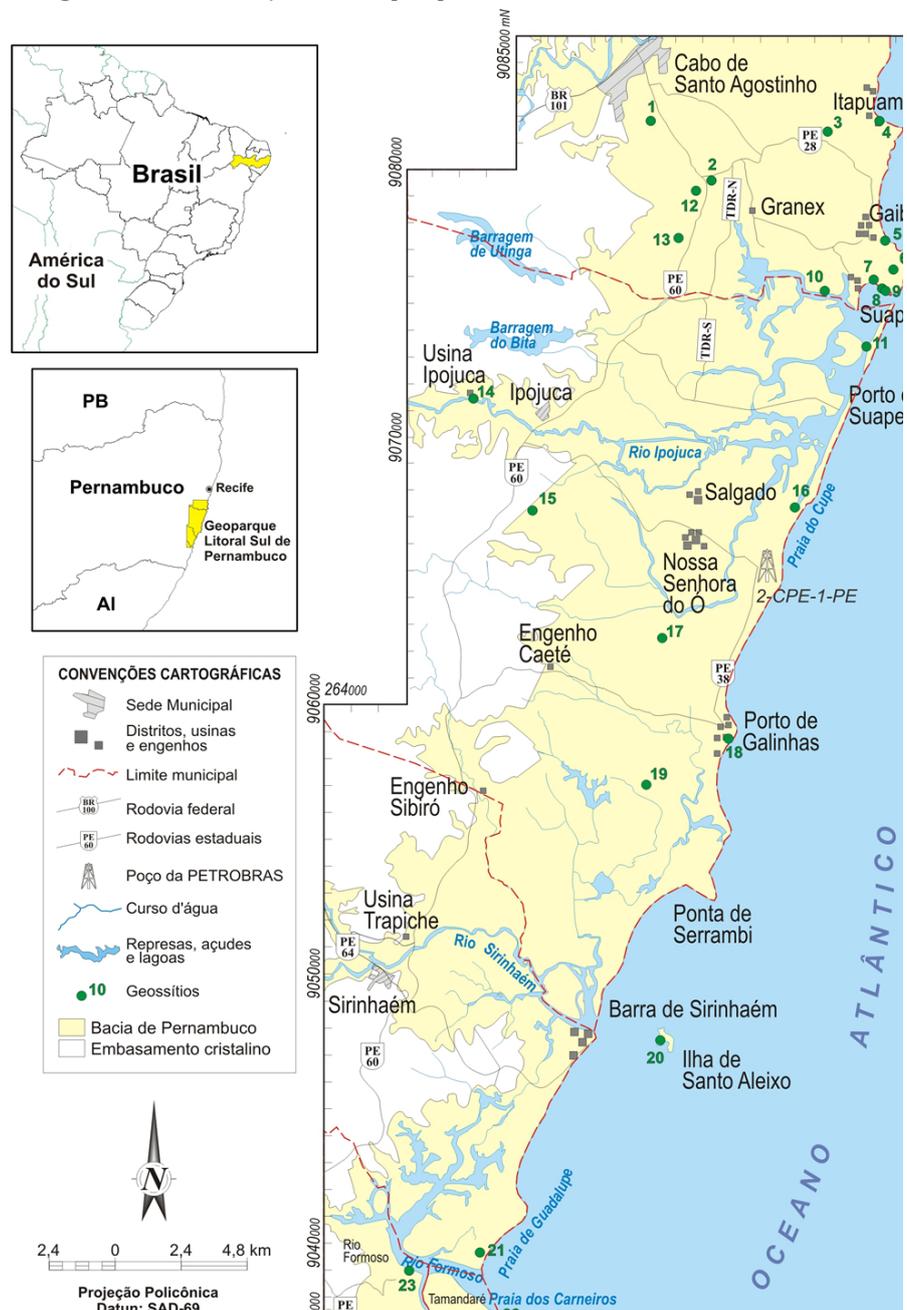
48 Conforme Carta da Serra da Bodoquena – Carta das Paisagens Culturais e Geoparques, 2007. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1112>>. Acesso em 25 fev. 2013.

49 De acordo com relatório disponível em: <<http://www.cprm.gov.br/geocoturismo/geoparques/litoral/>>. Acesso em 25 dez. 13.

50 *op. cit.*, p. 5.

Já em 2011, foi instituído o Plano Diretor – SUAPE 2030, pelo Decreto Estadual nº 37.160, de 23 set. 2011, que revê o zoneamento do plano diretor anterior e exclui de sua Zona de Preservação Cultural (ZPC) parte da área correspondente ao PMAHC. Essa ZPC prevê os princípios e diretrizes propostos pelo plano de preservação (1979) que deverá ser atualizado. No artigo 53, afirma que as atividades e usos permitidos na ZPC inserida no PMAHC “ficam condicionados à conservação da sua paisagem cultural”. No entanto, o documento não menciona, em nenhuma outra parte, o termo *paisagem cultural*, não o define, nem mesmo faz menção de documentos ou estudos que possam servir de referência para a conservação da paisagem cultural do PMAHC.

**Imagem 43** – Localização do Geoparque do Litoral Sul



**Fonte:** <<http://www.cprm.gov.br/geoturismo/geoparques/litoral/introducaolitoral.html>>. Acesso em jan. 2013.

Como visto, não é possível conceber a paisagem do CSA sem associá-la de imediato ao conjunto de elementos formado pela Baía de Suape e pelo acidente geográfico do promontório, “o farol cego” a orientar os navegantes do século XVI e que hoje se imprensava entre grandes empreendimentos industriais e imobiliários. A paisagem do CSA é resultado das relações que foram se estabelecendo ao longo do tempo no espaço daquele território e é fortemente caracterizada pelas relações que hoje se estabelecem entre o homem e aquele meio ambiente, como testemunham os remanescentes históricos, os atuais equipamentos industriais do CIP-SUAPE ou, ainda, as marcas deixadas pela gente que resiste, de algum modo, em manter a forma de vida tradicional que herdaram de seus pais.

Os elementos que compõem a paisagem do CSA são testemunho dos vários períodos por que passou, além de evidenciarem os conflitos entre culturas dominantes e alternativas existentes no território. Nesse contexto, devem ser tratados não como parte de um cenário, mas como resultado da ação do homem sobre esse território, portanto, devem ser entendidos a partir de uma visão holística e integradora que caracteriza a paisagem cultural.

Conforme foi tratado neste capítulo, durante a evolução da ocupação do CSA e formação de sua paisagem, vários elementos foram sendo inseridos ou modificados. Assim, atinge-se, em parte, um dos objetivos específicos desta pesquisa, que visa a identificar os elementos da paisagem que estão sendo modificados e deverá ser plenamente alcançado ao longo dos capítulos seguintes. O próximo capítulo será dedicado à identificação dos atores que se relacionam com o CSA, às maneiras como esses atores veem a paisagem, bem como à interpretação dos significados que lhe atribuem.

“A paisagem daqui é muito bonita. Olhe, tudo. Porque, de tarde, eu vou ali para baixo, aquele ventinho fresco, só Deus mesmo pra fazer. O homem não consegue fazer o que Deus faz, não. A natureza completa, bonita e boa que Ele nos dá. O mar. É tudo, tudo e mais alguma coisa, se der. Só assim a destruição do homem. Aos poucos você vê o homem destruir, acabar... aí, isso aí dói. A gente tá [sic] vendo e não pode fazer nada.”

(C.F., moradora da Vila de Nazaré)

“[...] E como sítio, como paisagem mesmo, ele é um pouco diferente do litoral de Pernambuco. O litoral de Pernambuco é muito praia, aquela plataforma... e ali aparece uma configuração diferente, aí eu acho que ele ganha também como singularidade, como particularidade.”

(G.M., arquiteto e urbanista)

“O Cabo significa, por enquanto, uma boa opção de lazer perto da cidade onde moro.”

(A.F.M., visitante, morador da RMR)

## CAPÍTULO III

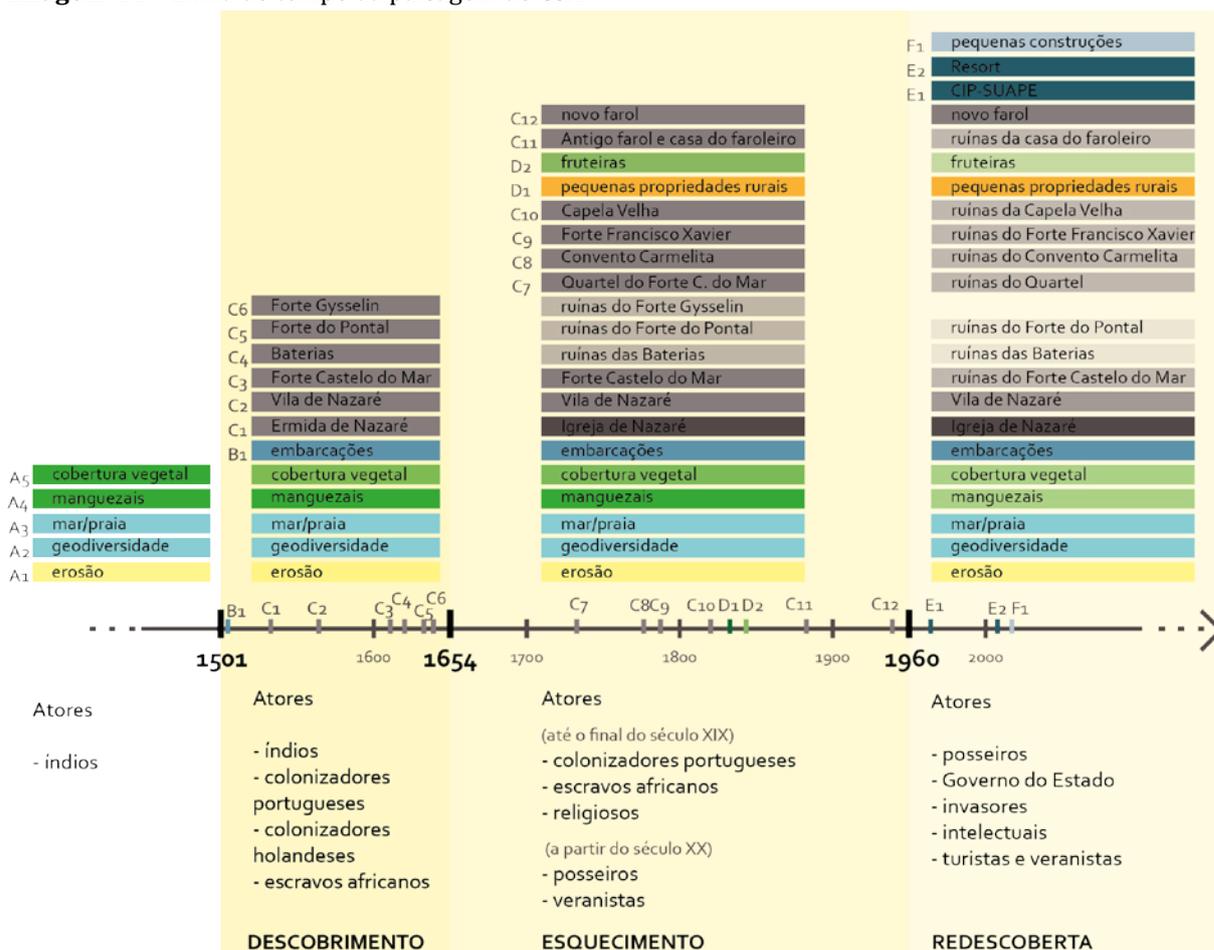


**Os grupos de atores e suas maneiras  
de ver a paisagem do Cabo de Santo  
Agostinho**

### 3 Os grupos de atores e suas maneiras de ver a paisagem do Cabo de Santo Agostinho

No capítulo anterior, foi apresentada uma narrativa temporal que considerou a evolução da ocupação do CSA e a formação de sua paisagem a partir do século XVI até o presente, conforme esquematizado na Imagem 44, a seguir.

**Imagem 44** – Linha do tempo da paisagem do CSA



Com destaque para a presença dos elementos ao longo dos períodos e os atores envolvidos em cada um deles.

**Fonte:** A autora, 2013.

A narrativa da paisagem do CSA aqui proposta é baseada na interpretação das *maneiras de ver* dos atores que com ela se relacionam. Nessa perspectiva, este trabalho assume uma abordagem hermenêutica, na qual a paisagem é interpretada como um texto que precisa ser lido e traduzido para ser compreendido. Segundo Palmer (2006, p. 33), a compreensão resulta da interpretação e baseia-se em um método que a molda e condiciona:

o método já delimitou o **que** veremos. [...] A explicação apoiar-se-á certamente nas ferramentas de análise objectiva [*sic*], mas a selecção das ferramentas relevantes é já uma interpretação da tarefa compreensiva. A análise é interpretação, sentir a necessidade de análise é também uma interpretação. (grifo do autor)

Nesse contexto, o texto, que é a paisagem, só poderá ser interpretado por meio do entendimento da relação estabelecida entre o observador e o meio. Assim, é necessário interpretar as diversas maneiras de ver dos diversos atores envolvidos com o CSA. Como afirma Cosgrove (1998, p. 103), “revelar os significados na paisagem cultural exige a habilidade imaginativa de entrar no mundo dos outros de maneira autoconsciente e então, re-presentar [*sic*] essa paisagem num nível no qual seus significados possam ser expostos e refletidos” (grifo do autor). Assim, a narrativa apresentada neste trabalho é resultado da leitura da paisagem, entendida como um texto cultural, e do esforço de análise, compreensão e tradução desse texto.

É válido lembrar que, entre os elementos da estrutura de uma narrativa, estão o enredo, a ação, o foco narrativo, os personagens, o tempo e o espaço (CAMPEDELLI; SOUZA, 1998, p. 99). Enredo ou história é um conjunto de incidentes. É uma ficção, mesmo que baseada em aspectos da realidade: Cosgrove (2000, p. 48) afirma que, para dar significado ao mundo do presente, “a imaginação constrói narrativas que juntam o passado e o futuro numa forma de síntese”. A história é contada por um narrador – no caso, esta pesquisadora –, que se vale de um foco narrativo, um eixo norteador – aqui, a interpretação dos diferentes significados da paisagem do CSA, decorrentes das diversas *maneiras de ver* que expressam os conflitos provenientes dessas diferenças. A ação, situada no tempo e no espaço, envolve a produção, reprodução e modificação da paisagem do CSA no presente e é desenvolvida por personagens – os diferentes grupos de atores que com ela se relacionam e atribuem-lhe significados.

Assim, a primeira parte do presente capítulo será dedicada à identificação dos personagens, ou seja, os atores, que têm sua própria visão de mundo e sua maneira de ver a paisagem, condicionadas por diferentes filtros, inclusive, socioculturais e econômicos (GOMES, E., 2001, p. 56). Diante disso, os atores foram divididos em dois grupos: os locais e os ‘não locais’. A maneira de ver dos locais – moradores do CSA – fornece importante matéria-prima para a interpretação hermenêutica. De outra forma, os não locais – visitantes e especialistas – mantêm certo distanciamento crítico quando interpretam a paisagem (DUNCAN, 2004, p. 108).

Na segunda parte, o foco está na interpretação das maneiras de ver a paisagem do CSA desses atores, dos significados que eles lhe atribuem. Para tanto, vale-se das respostas dadas às questões utilizadas nas entrevistas semiestruturadas, realizadas entre setembro de 2012 e janeiro de 2013. Também serviram de referência publicações em que os atores expressam opiniões sobre o CSA.

### 3.1 Atores envolvidos na produção da paisagem do Cabo de Santo Agostinho

Como visto, as expressões materiais que são os elementos que constituem a paisagem resultam das múltiplas ações dos atores que com ela se relacionam e a ela atribuem significados. Ao longo do tempo, essas relações, por serem dinâmicas, podem mudar, e novos atores, surgirem. Essa dinâmica torna-se mais evidente quando se constata que durante os períodos aqui denominados de descobrimento, esquecimento e redescoberta, diferentes atores – representantes de culturas dominantes, residuais, emergentes e excluídas – geraram impactos diferentes (COSGROVE, 1998, p. 111) e contribuíram para a formação da paisagem do CSA.

No início do período do descobrimento, por exemplo, ainda era possível notar a presença dos índios Caetés no território. Naquele período, esses indígenas representavam uma cultura excluída, alvo de intensas investidas do colonizador português, até que esse adquiriu pleno domínio do território, subjugando também africanos, que, traficados, serviam como escravos. A hegemonia portuguesa sobre o território do CSA foi interrompida por dez anos, enquanto os holandeses ocuparam a área.

No período seguinte, do esquecimento, houve a continuação da presença hegemônica lusa e do excluído escravo africano. A partir do século XVIII, com as reformas na Igreja de Nazaré e a construção do Convento Carmelita, os representantes da Igreja Católica passam a ser expressivos no CSA enquanto o convento esteve em operação. No século XIX, o Brasil tornou-se independente de Portugal e, já no fim desse século, a escravidão foi abolida. É bem possível que muitos dos atuais moradores do CSA – representantes de gerações seguidas de ocupantes que viviam da policultura de subsistência, da pesca ou do trabalho nas lavouras de cana nos engenhos do Cabo – tenham como seus ancestrais escravos libertos por Joaquim Nabuco, que foi proprietário das terras de Nazaré (FELIPE, 1962, p. 160).

A partir de 1960, inicia-se o período da redescoberta, marcado pela continuidade da presença daqueles que ocupavam, geração após geração, a área do CSA. A esses, chamaremos moradores nativos. O advento do CIP-SUAPE e o conseqüente movimento em defesa do *sítio histórico* e *sítio natural notável* deu destaque a novos atores, como aqueles vinculados ao poder público, os intelectuais, os moradores *de fora* e os invasores, que, atraídos pela promessa de progresso do CIP-SUAPE, passaram a ocupar a área.

Para este trabalho, considera-se a perspectiva dos atores locais – moradores do CSA – e dos não locais – visitantes e especialistas. Os atores locais relacionam-se diretamente com

a paisagem, “a produzem, reproduzem e transformam” (DUNCAN, 2004, p. 107), portanto, têm uma maneira de ver diferente da dos não locais (especialistas e visitantes), por manterem certo distanciamento crítico, têm perspectivas diferentes daquelas dos locais.

Entre os locais, há a presença dos moradores *nativos*, que têm sua história de vida e familiar intimamente vinculada ao território. São representantes de uma cultura residual que, mesmo diante das intensas transformações promovidas pelo desenvolvimento econômico da área, insistem em viver, basicamente, da pesca tradicional e da agricultura de subsistência. Mas nesse grupo existem também os moradores *de fora*, que chegaram ao CSA atraídos por oportunidades de trabalho proporcionadas pelos grandes empreendimentos que o cercam ou pela perspectiva de melhoria da qualidade de vida, longe dos grandes centros urbanos. Há ainda os invasores, representantes de uma cultura excluída, que ocupam irregularmente terras do CSA com pequenas construções, na maioria, residenciais.

No grupo dos não locais, há a presença dos visitantes, turistas que são atraídos, sobretudo, pelas praias. Para esses, o CSA, devido à beleza cênica que apresenta, é uma paisagem de consumo, que, muitas vezes, também o é para os especialistas, quando frequentam a área como turistas. Entre os especialistas, existem os intelectuais, que utilizam a área como objeto de seus estudos, e o poder público, representante da cultura dominante, que regulamenta, por meio do planejamento e da gestão, o uso e a ocupação do território. No caso do CSA, o poder público, em diferentes instâncias, assume o papel de proprietário, de empreendedor, de planejador e de gestor.

O trabalho de identificação dos atores que atualmente se relacionam com a paisagem do CSA iniciou-se antes mesmo do início desta pesquisa, quando se teve oportunidade de participar da construção do Plano de Ação para Cidades Históricas do Cabo de Santo Agostinho (PACH-CSA), entre 2010 e 2011. Realizado pela SMPMA em parceria com o IPHAN e a FUNDARPE, esse plano teve como finalidade traçar diretrizes para as futuras ações de conservação patrimonial no município do Cabo, tomando o PMAHC como principal objeto. Na ocasião, foi possível participar de reuniões do conselho gestor do parque, de oficinas com a população local e de uma audiência pública. Acrescenta-se a essa experiência, a pesquisa documental e bibliográfica, além da observação livre, complementando as informações levantadas anteriormente.

Elaborou-se, então, uma lista dos atores que fazem parte do conselho gestor do parque, dos intelectuais que têm trabalhos publicados sobre o CSA e dos moradores que poderiam ser entrevistados, considerando a sua representatividade no CSA. Nesse processo, contribuíram significativamente os trabalhos desenvolvidos por ocasião do PECCIPS e a

dissertação desenvolvida por Danielle Rocha (2000), que entrevista os atores locais de trecho do litoral cabense, compreendido entre as praias de Gaibu e Suape.

Do conselho gestor, fazem parte: SUAPE, proprietário da área do parque; FUNCEF, por meio do núcleo administrativo do parque (NAD), responsável por sua implantação, conforme o título de outorga onerosa em troca da área do *resort*; a AGÊNCIA CONDEPE/FIDEM, como órgão de planejamento metropolitano; a FUNDARPE, uma vez que o Sítio Histórico do Cabo de Santo Agostinho e Baía de Suape é tombado em nível estadual; a prefeitura do Cabo (PMCSA), responsável pela regulação de uso e ocupação do solo; e CPRH, regulamentadora dos recursos ambientais do Estado.

A fase posterior foi a escolha dos atores que deveriam ser entrevistados, segundo critérios de representatividade e não numéricos, já que esta é uma pesquisa qualitativa. Como consequência, foram entrevistados 35 atores representativos, dos quais 13 são moradores; 12, especialistas e 10, visitantes. É válido ressaltar a dificuldade em conseguir entrevistar alguns atores importantes. Entre os especialistas, houve dificuldade em conseguir disponibilidade de horário em suas agendas. Embora se tenha tentado, não foi possível entrevistar um representante de SUAPE, da FUNDARPE, e alguns dos que coordenaram o NAD mostraram-se resistentes. No entanto, recorreu-se a publicações de autoria de representantes dessas instituições para auxiliar na interpretação dos significados da paisagem.

Por outro lado, muitos moradores mostraram-se resistentes à entrevista, por se sentirem constantemente ameaçados, conforme será visto adiante. Então, além de recorrer a publicações, o acesso à maioria dos entrevistados do grupo dos moradores só foi possível graças à intervenção de uma moradora antiga e bastante respeitada pela comunidade, que nos apresentou pessoalmente a cada entrevistado. Aqueles a que tivemos acesso por outro meio mostraram-se bastante desconfiados e reticentes em responder às perguntas da entrevista.

Entre os 13 moradores entrevistados, 08 são nativos, 03 são *de fora* e 02 são *invasores*. As entrevistas foram realizadas na Vila de Suape, na Vila de Nazaré, no Sítio da Barra, em Calhetas, e no Vale da Lua (Imagem 45).

A maioria dos moradores vive da pesca, da agricultura de subsistência, da coleta de frutos e do comércio. Há algumas décadas, existia o plantio da araruta, tendo como testemunha uma casa de farinha localizada no Sítio da Barra. Segundo informação da dona da casa,

Sra. O.S.<sup>51</sup>, a plantação de araruta realizada por suas tias foi se escasseando em função da concorrência com uma goma produzida no sul do país. A casa foi transformada em restaurante pela Sra. O.S., mas atualmente o sítio é cedido como residência para uma família.

**Imagem 45** – Fotomontagem em que se apresentam as localidades onde foram feitas as entrevistas semiestruturadas.



**Fonte:** A autora, 2013 (sobre foto do acervo da SMPMA, de 2004).

A coleta de frutos é também muito praticada pela população. Os frutos são colhidos e vendidos, como explica a Sra. M.M.H.<sup>52</sup>: “Vendem para padaria, na feira mesmo. Caju, do mesmo jeito; manga, do mesmo jeitinho. Vêm pessoas com carro, compram na porta, aqueles caminhões, pra vender em grosso, né? E muitos vão vivendo assim”. Os frutos também se transformam nos tradicionais doces, passas e licores, que são vendidos em barracas (Imagem 46). Do total de entrevistados, 04, residentes no Paraíso e na Vila de Suape, já viveram da coleta de frutos ou da produção dos doces e licores.

Os pescadores que moram no CSA dedicam-se à pesca marítima de peixes e lagosta, bem como à manual, em áreas ribeirinhas e de mangue, onde encontram aratu, caranguejo, siri e assemelhados. Em pesquisa antropológica, Roberto Mota (1978) identificou que 25% da população de Suape vivia da pesca, fora aqueles que viviam da venda do pescado. É possível que essa proporção não corresponda aos dias atuais, embora a pesca ainda seja o meio de vida de muitos moradores (Imagem 47). Dos entrevistados, 03 são pescadores, e 1 é filha de pescador.

51 O.S., 66 anos, moradora da Vila de Suape, criada na Vila de Nazaré e dona da casa de farinha.

52 M.M.H., pescadora aposentada, moradora nascida e criada na Vila de Nazaré.

**Imagem 46** – Barraca de venda de doces caseiros e licores, no Vale da Lua



**Fonte:** Thaís Lucena, 2013.

**Imagem 47** – Embarcações de pesca e passeio na baía de Suape



**Fonte:** Thaís Lucena, 2013.

Muitos moradores do CSA vivem do comércio ou da prestação de pequenos serviços turísticos, como bares (Imagem 48) e pousadas informais, barracas para venda de frutos e doces, guias de trilhas. No caminho para a praia de Calhetas, é possível encontrar quem ganhe dinheiro com o estacionamento de carros. Dos que foram entrevistados, 03 são donos

de restaurantes<sup>53</sup>, e 02, de barracas para venda de doces e afins<sup>54</sup>. Com o desenvolvimento econômico do município e o aumento das ofertas de emprego, boa parte dos filhos desses moradores já começa a se dedicar a atividades formais, fora do CSA, conforme contou o Sr. M.J.<sup>55</sup>, ao falar que sua filha trabalhava no estaleiro.

**Imagem 48** – Restaurante na praia de Calhetas



**Fonte:** Thaís Lucena, 2013.

Quanto aos atores não locais, os visitantes são frequentemente atraídos pelo turismo de praia. São moradores da RMR ou de outros Estados que vão para o CSA à procura de turismo e lazer. Passam o dia, usufruem do banho de mar, fazem trilhas, passeios de barco, frequentam bares e restaurantes, acampam, hospedam-se em pousadas e hotéis, ou seja, utilizam os serviços prestados por aqueles que vivem da exploração turística da área, principalmente nas praias de Calhetas e Suape. Em geral, esses visitantes estabelecem uma relação superficial com o CSA, muitas vezes ignorando os significados que essa paisagem tem para moradores e especialistas. Dos visitantes entrevistados, 06 são moradores da RMR e 04 são de outros Estados. A escolha dos visitantes entrevistados ocorreu conforme suas disponibilidades, seguindo critério aleatório.

---

53 São donos de restaurantes o Sr. A.S., morador de Calhetas; N.S., moradora de Paraíso; Sra. M.T., moradora do Vale da Lua.

54 São donos de barracas o Sr. M.J., morador da Vila de Nazaré; e a Sra. M.C., moradora de Paraíso.

55 M.J., guia turístico e comerciante informal, morador da Vila de Nazaré há 20 anos.

No grupo dos especialistas, encontram-se intelectuais e acadêmicos que, especialmente a partir da década de 1970, vêm dedicando seus estudos à área. Nesse grupo estão Clóvis Cavalcanti e Heitor Costa<sup>56</sup>, com os quais não foi possível realizar entrevistas, mas que, na referida década, reagiram por meio de manifestos na imprensa local à implantação do CIP-SUAPE e têm publicações recentes sobre o tema. Outros diversos pesquisadores e trabalhos científicos com relação ao CSA, são voltados ao turismo, à geologia, ao planejamento territorial, à antropologia.

Dos 12 especialistas entrevistados, 8 são arquitetos que trabalham na área de patrimônio ou em órgãos de planejamento; um geólogo; um geógrafo; uma bióloga e um estatístico envolvido com o planejamento metropolitano. Desses, 6 são ou já foram membros do conselho gestor do parque. É importante salientar que se tentou entrevistar algum representante da Empresa SUAPE, o que não foi possível. No entanto, conseguiu-se entrevistar um dos consultores responsáveis pela elaboração do novo plano diretor de Suape e recorreu-se a entrevistas e reportagens publicadas em jornais, com o intuito de superar essa lacuna.

Dos especialistas entrevistados nenhum nasceu ou mora na cidade do Cabo; 7 moram no Recife; 2 moram em outros municípios da RMR; 2, em outros Estados e 1 está morando fora do país. Quando questionados quanto ao tipo de relação que mantinham com o Cabo de Santo Agostinho, 10 falaram ser profissional; 9 deles mantêm algum tipo de relação afetiva, e 3 frequentavam a área desde a infância e adolescência.

Sob a ótica da teoria contemporânea da conservação, a perspectiva dos intelectuais é importante porque eles são treinados para conhecer, usar e apreciar o objeto patrimonial além de, em muitos casos, serem mediadores entre os objetos de conservação e o resto da sociedade, que, por sua vez, aprende a apreciá-lo devido a essa mediação (VIÑAS, 2009, p. 210, tradução nossa).

A seguir, serão abordadas as maneiras de ver a paisagem do CSA para esses diferentes grupos de atores e os significados que lhe atribuem. Para isso, tomou-se como referência inicial a interpretação das respostas dadas pelos 35 atores entrevistados. Contudo, também serviram como evidências produtos culturais (COSGROVE, 1998) baseados em publicações diversas, principalmente aquelas em que os atores expressassem opiniões ou anseios.

---

56 Clóvis Cavalcanti é economista, pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) e professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Heitor Costa é físico, professor da UFPE.

### 3.2 As maneiras de ver a paisagem do Cabo de Santo Agostinho

As maneiras de ver a paisagem são diferentes, porque as visões de mundo dos atores e as relações que estabelecem com o meio são distintas. Como foi dito, a relação dos atores locais com o CSA envolve aspectos de moradia e de subsistência, enquanto que para os não locais, a relação está vinculada a questões científicas, de trabalho ou de consumo. Por isso, nesta sessão, serão apresentadas as maneiras de ver a paisagem para esses grupos distintos, não como um reflexo espelhado da realidade, mas como uma interpretação “construída dentro dos limites da linguagem e das estruturas intelectuais de quem a descreve” (DUNCAN, 2004, p. 95).

Nesse contexto, serviram como evidências para esta pesquisa as respostas dadas às perguntas feitas durante as entrevistas, além de pesquisas bibliográficas e documentais. Assim, merecem destaque os informes técnicos produzidos pelo Programa Ecológico e Cultural do Complexo Industrial-Portuário de Suape (PECCIPS), entre 1977 e 1979; a já referida dissertação de Rocha (2000); a dissertação de Renata Cavalcanti (2006), que, sob o enfoque da gestão do turismo, entrevistou moradores, gestores públicos e visitantes; e a pesquisa desenvolvida durante o PACH-CSA. Além disso, serviram de referências também publicações e entrevistas de atores cedidas a diferentes veículos de comunicação, tal como jornais e *blogs* da internet.

Para esta pesquisa, foi escolhida a técnica de entrevistas semiestruturadas, pois essa direciona a conversa para o interesse do pesquisador ao passo que deixa espaço para o entrevistado se expressar livremente, podendo gerar novas perguntas (TRIVIÑOS, 1987, p. 146). Os roteiros elaborados para as entrevistas com moradores, visitantes e especialistas apresentam quatro tópicos semelhantes, com pequenas adequações para os grupos de atores a serem entrevistados (Anexos A a C).

Assim, o primeiro tópico abordava o conhecimento sobre o CSA e servia de introdução, dando uma noção contextual do que seria dito no decorrer da entrevista. O segundo tópico objetivava inferir as relações que os entrevistados estabelecem com o território, envolvendo questões sobre sua utilização e a importância que lhe atribuíam. No tópico seguinte, sobre o conhecimento de ações para o CSA, a abordagem estava direcionada às intervenções do poder público no território, contribuindo, sobretudo, para a interpretação dos conflitos expressos na paisagem. No último tópico, falava-se da significação e representação da paisagem do CSA, com o objetivo de interpretar as maneiras de ver a paisagem pelos diversos atores. Apenas no roteiro utilizado para os moradores foi acrescentado um quinto tópico, sobre a trajetória espacial, que deu subsídio para interpretar as relações

estabelecidas com o CSA, na medida em que os entrevistados expõem suas motivações para ocupação da área.

É importante destacar que, embora o termo paisagem fosse abordado claramente somente em um dos tópicos, todos contribuíram para a interpretação das maneiras de ver a paisagem, uma vez que forneceram o contexto para a compreensão do texto, ou seja, a paisagem. Além disso, a palavra *paisagem* no senso comum evoca à natureza e ao pitoresco; enquanto que, conforme este trabalho, ela é mais do que uma cena (um substantivo), é dinâmica (um verbo), estruturada por e estruturante da cultura (CORNER, 1999; DUNCAN, 2004).

Por se tratar de entrevista semiestruturada, os entrevistados, ao responderem uma pergunta seguindo suas linhas de raciocínio, faziam menção às questões de mais de um dos tópicos preestabelecidos pela pesquisadora. Por isso, as entrevistas foram analisadas numa abordagem hermenêutica, em que o significado tem a ver com o contexto (PALMER, 2006). Assim, não apenas as respostas serviram de base para a interpretação, mas também a maneira como os atores entendiam as questões da pesquisadora, bem como as diferentes associações que faziam durante seus discursos, quando abordavam temas fora do tópico corrente. Todas essas nuances, tanto quanto as respostas em si, foram consideradas como expressões da visão de mundo dos entrevistados.

Neste trabalho, para a *tradução* da maneira de ver a paisagem dos diferentes grupos de atores, prestou-se atenção aos elementos que os atores destacaram na paisagem do CSA e aos significados que lhe atribuíam, bem como às relações que os entrevistados estabeleciam com o meio. Para o tratamento das informações levantadas a partir das respostas fornecidas pelos entrevistados, recorreu-se a uma classificação dos elementos em naturais (de biodiversidade e geodiversidade); construídos; vistas; e outros. Os elementos naturais foram divididos entre os de biodiversidade<sup>57</sup>, que dizem respeito à diversidade biológica da Terra; e os de geodiversidade<sup>58</sup>, representados pelo meio físico de natureza abiótica. Os elementos construídos referem-se tanto às ruínas quanto às demais

---

57 O conceito de biodiversidade teve origem em 1986, no 1º Fórum Americano sobre Diversidade Biológica, organizado pelo Conselho Nacional de Pesquisa dos EUA, ganhando força a partir da Conferência Geral das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, em 1992. Entende-se como “a variabilidade genética, a totalidade de espécies, sua distribuição e estrutura ecológica” (SANDEVILLE JUNIOR, 2002, p. 147).

58 O termo geodiversidade começou a ser utilizado em 1993, durante a Conferência de Malvern sobre a Conservação Geológica e Paisagística, em 1993 (LOPES; ARAÚJO, 2011, p. 67). Segundo o Serviço Geológico do Brasil (CPRM), trata-se do “estudo da natureza abiótica (meio físico) constituída por uma variedade de ambientes, composição, fenômenos e processos geológicos que dão origem às paisagens, rochas, minerais, águas, fósseis, solos, clima e outros depósitos superficiais que propiciam o desenvolvimento da vida na Terra [...]” (*apud*. SILVA, 2008, p. 12).

edificações. As vistas foram incluídas numa categoria própria devido à frequência com que foram mencionadas e por representarem um aspecto intangível da paisagem. Os demais elementos citados foram agrupados numa só categoria, já que não foram constantemente mencionados pelos atores, a exemplo da luz, das embarcações e dos doces caseiros.

Para a análise e interpretação das respostas, foram utilizados gráficos que facilitassem a visualização das informações levantadas. Embora esta pesquisa não seja quantitativa, a frequência com que respostas semelhantes eram fornecidas serviu de indício da visão de mundo dos diferentes grupos de atores. No tratamento dos dados, apesar da classificação utilizada para os elementos destacados na paisagem, buscou-se manter as expressões tais como elas foram ditas pelos entrevistados, a fim de evitar generalizações.

### 3.2.1 A maneira de ver a paisagem conforme os atores locais

Para interpretar a maneira de ver a paisagem do CSA pelos atores locais, recorreu-se, inicialmente, às respostas do tópico sobre *significação e representação da paisagem do CSA*, que trazia as seguintes questões: **O que lhe agrada ou desagrada na paisagem do CSA? O que o CSA significa para você? Como você descreveria a paisagem do CSA? Que elementos você destacaria na paisagem? Quando alguém vem visitá-lo (a), qual a primeira coisa que você lhe mostra no CSA?** Durante a análise, para manter uma visão contextual, essas respostas foram interpretadas dentro do discurso dos entrevistados e justapostas a outras, com a finalidade de clarear, contextualizar e comparar respostas de um mesmo entrevistado ou dos entrevistados entre si.

Quando os moradores foram solicitados a descrever a paisagem do CSA e destacar elementos dessa paisagem, foram citados, na grande maioria, elementos relacionados a aspectos naturais (Gráfico 01). Do total de 24 elementos destacados, 20% estavam relacionados à biodiversidade; 68%, à geodiversidade; e 12%, aos elementos construídos. Percebe-se claramente o predomínio dos elementos da geodiversidade compondo essa paisagem, sendo o mar e as praias citados 8 vezes (36% de todos os elementos citados). A Sra. C.F.<sup>59</sup> comenta que “Todos os elementos que fazem essa coisa são importantes aqui. Não tem um mais que o outro. O mar, se você olhar assim, que coisa bonita! As pedras, aqueles morros...”.

No que diz respeito à biodiversidade, foram destacados os manguezais, as fruteiras e as matas. Para os moradores, esses representam mais do que a beleza cênica: são meios de

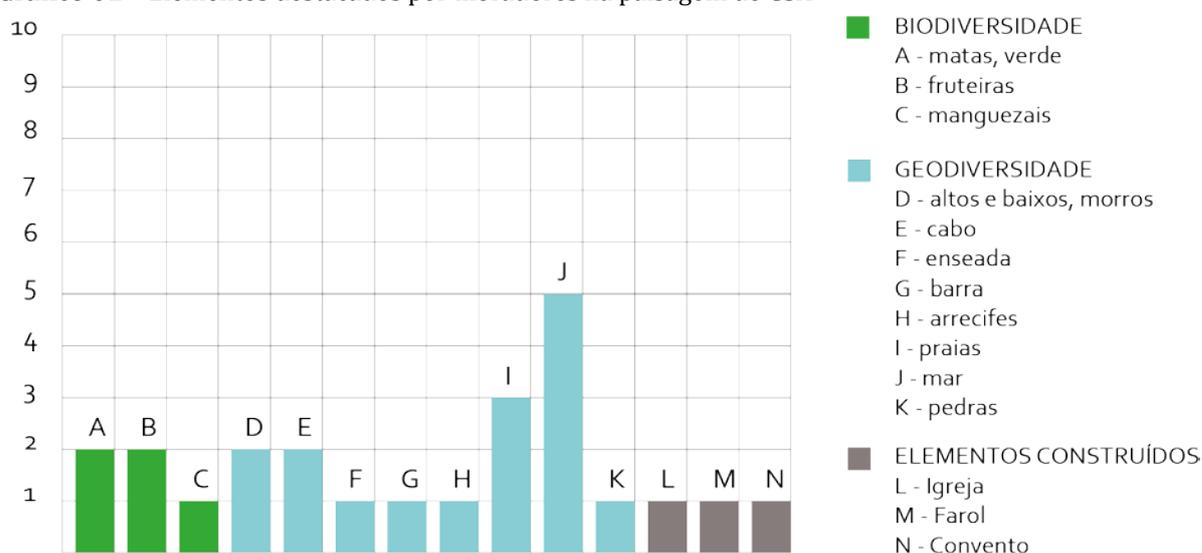
---

59 C.F., professora, moradora da Vila de Nazaré.

sobrevivência, já que muitos vivem da pesca nos mangues ou da coleta de frutos. A fauna não é mencionada na descrição que os locais fazem da paisagem do CSA.

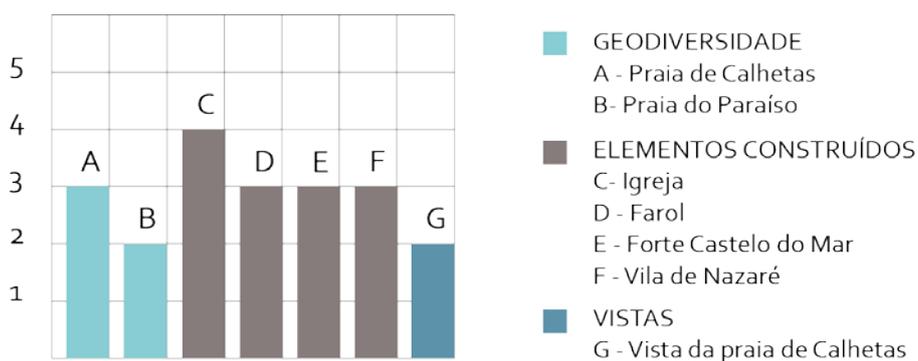
Já nas respostas à pergunta seguinte – **Acompanhando um visitante no CSA, o que você primeiro mostraria?** –, vários elementos construídos foram citados, tendo mais representatividade do que os elementos naturais (Gráfico 02). A comparação das respostas às duas perguntas evidencia como o termo paisagem evoca, para os moradores, elementos relacionados à natureza.

**Gráfico 01** – Elementos destacados por moradores na paisagem do CSA



Fonte: A autora, 2013.

**Gráfico 02** – Elementos que os moradores primeiro mostrariam a visitantes.



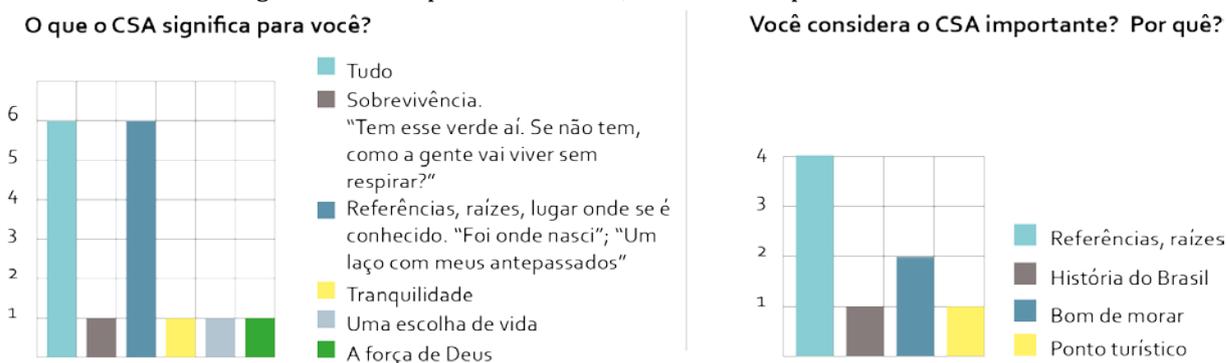
Fonte: A autora, 2013.

Não foram citadas as demais ruínas do sistema fortificado, nem a Bica da Ferrugem. O hotel também não é destacado como elemento componente da paisagem, mas é citado ao longo das entrevistas, quando os moradores falam de ações que afetam seu cotidiano, a exemplo de quando se menciona a estrada construída para lhe dar acesso, por onde os ônibus coletivos circulam, facilitando a vida dos moradores da Vila de Nazaré. O hotel

também é citado por moradores de Paraíso e da Vila de Suape, ao se falar do aterro do mangue anteriormente existente no pontal onde está construído.

Em relação às respostas dadas à questão **O que o CSA significa para você?**, para a maioria dos moradores, o CSA significa tudo (Gráfico 03). É lá onde estão as referências e raízes da maioria dos entrevistados, onde vivem e de onde tiram seu sustento. Como explica a Sra. M.M.H.<sup>60</sup>: “Significa tudo: minha vida, vida dos meus pais, dos meus antepassados, do que eu vivo passando hoje. Para mim, ele é tudo, adoro viver aqui”. É o lugar onde se conhece e se é conhecido por todos. Uma relação tão íntima que, ao serem questionados quanto ao que primeiro mostrariam a um visitante, os moradores geralmente indicavam pontos próximos a suas residências. Para eles, acompanhar um visitante no CSA é receber alguém em casa. Os moradores também consideram o CSA importante para a história do Brasil e um ponto turístico, mas, principalmente, é referência direta da vida do povo, de sua existência (Gráfico 04).

**Gráficos 03 e 04** – Significados e importância do CSA, conforme resposta dos moradores



**Fonte:** A autora, 2013.

Enquanto conversavam, os moradores sempre citavam as ruínas como pontos de onde se podem ter belas vistas – por trás do Forte Castelo do Mar, o mirante do farol:

Você em Calhetas... eu mesma fico com ar de graça porque eu acho lindo. Só o mar, essas coisas assim, acho lindo. Se vou para aqui, para o lado do forte [Castelo do Mar], chegando aqui como quem vai para o Paraíso, você fica olhando assim no fim de tarde, o pôr do sol é lindo. À noite, o sair da lua é lindo. O que mais eu quero? Nada. Aqui é lindo de viver. Aqui é bom demais. Aqui é tudo. Pra mim, é tudo.<sup>61</sup>

O interessante é que os moradores não citaram especificamente o mirante da Pedra do Cogumelo, nem mesmo o porto, que se vê a partir desse mirante. Para a Sra. M.C.<sup>62</sup>, a paisagem antes era mais bonita, porque estão destruindo o verde, “não via essas coisas todas que estamos vendo”, fala, apontando para os equipamentos portuários, vistos de

60 M.M.H., moradora da Vila de Nazaré.

61 *Idem*.

62 M.C., comerciante informal no Paraíso e moradora da Vila de Suape.

frente para sua barraca de lanches, no Paraíso (Imagem 49). Nos elementos da paisagem, segundo a maneira de ver do morador, não existe a referência ao CIP-SUAPE, uma vez que esse representa constante ameaça, como será visto no próximo capítulo, sobre os conflitos.

**Imagem 49** – Instalações do porto, vistas a partir da praia do Paraíso



**Fonte:** Thaís Lucena, 2013.

Alguns aspectos que se inserem na dimensão imaterial da paisagem, como as festas do Bom Jesus dos Passos e da Ouriçada, embora não tenham sido destacados nas respostas às questões sobre a significação e representação da paisagem, foram mencionados pelos moradores ao longo das entrevistas. A primeira acontece na Vila de Nazaré e une povoados de Gaibu, Nazaré e Suape<sup>63</sup> na celebração que dura uma semana, com festa religiosa e profana. Já a Ouriçada está associada à devoção de Santa Luzia e acontece no dia 13 de dezembro. Os barcos, em procissão, seguem para a pesca do ouriço, que é preparado pelos pescadores na praia de Suape (Imagem 50). Anteriormente, a festa acontecia na Ilha da Cocaia, não mais ocorrendo lá por questões de segurança.

Nas respostas às questões do tópico sobre a trajetória espacial, aqueles que escolheram morar no CSA destacam a *vida simples, mais humana* e a *inocência das pessoas*. Falam do prazer de contemplar o mar, das noites de luar e do amanhecer. Lê-se em uma reportagem publicada no Diário de Pernambuco, em 1998<sup>64</sup> que uma moça chamada Madalena,

63 Em “Festa do Bom Jesus dos Passos: religiosidade e reflexão no cenário histórico da Vila de Nazaré”. Notícia veiculada no *site* da Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho, em 16 jan. 2007.

64 “Devotos de Krshna se casam em ritual de fogo”. Reportagem publicada no caderno Vida Urbana, do Diário de Pernambuco, em 04 fev. 1998.

“retornou ao Brasil interessada na religião Hare Krshna, que conheceu na Europa. Em busca de **uma vida mais simples** foi morar num sítio em Calhetas” (grifo nosso). O Sr. M.J.<sup>65</sup> argumenta que “não é à toa que eu saí de Olinda para morar aqui, não é, minha filha?”. Para a Sra. F.M.<sup>66</sup>, o CSA “significa uma opção de vida; uma coisa muito séria pra mim”.

**Imagem 50** - Pescadores separando ouriços coletados, Suape.



**Fonte:** Página do Centro Escola do Manguê, 2011. Disponível em <http://www.centroescolamanguê.com.br/noticias/festa-da-ouricada-dia-de-santa-luzia>. Acesso: 11/06/2012.

Ao descreverem a paisagem do CSA, os moradores mencionam, quase que exaustivamente, a paz, o sossego e a tranquilidade. Falam de segurança, quando comparam Nazaré aos povoados de Suape e Gaibu. No entanto, reclamam da violência que começa a amedrontá-los. Como afirma a Sra. O.S.<sup>67</sup>, “aqui tem tudo de bom e de bonito. Com tudo isso, com toda a violência, mas aqui é ainda é um lugar muito calmo, muito tranquilo isso aqui”.

### 3.2.2 A maneira de ver a paisagem conforme os atores não locais

O grupo de atores não locais é bem diversificado, pois é formado por representantes do poder público, intelectuais e turistas. Esse grupo é tão diverso que, mesmo dentro do poder público, há atores representantes das três esferas do governo, em instituições com diferentes interesses. Os intelectuais envolvidos com o CSA tem, por sua vez, diferentes formações: são economistas, geógrafos, arquitetos, biólogos, historiadores, geólogos etc. Entre os visitantes, tanto podem ter moradores da RMR, que vão ao CSA a fim de fazer

65 M.J., morador da Vila de Nazaré há 20 anos.

66 F.M., moradora da Vila de Nazaré há 8 meses.

67 O.S., moradora da Vila de Suape.

trilhas e ir às praias, quanto turistas de outros estados, que se hospedam em pousadas e hotéis da região, para usufruto de lazer ativo e contemplativo.

Apesar da diversidade, neste trabalho, o grupo dos atores não locais foi subdividido em função das relações estabelecidas com o território do CSA. Como visto no item 3.1 deste capítulo, as relações estabelecidas pelos especialistas é principalmente de trabalho e estudo – portanto, a maneira de ver a paisagem é influenciada por suas formações culturais e intelectuais. Em geral, são os atores que possuem conhecimento técnico e científico mais aprofundado sobre a área. Por outro lado, os visitantes mantêm uma relação mais superficial com o CSA e buscam usufruir do lazer ativo e contemplativo como observadores da paisagem.

Segundo a maneira de ver dos especialistas entrevistados, ao responderem a questão sobre quais elementos destacariam na paisagem do CSA, foram destacados tanto os elementos que lhes agradavam quanto aqueles que não apreciavam, a exemplo da “erosão maltratada” e do porto, “que não é a melhor visão do mundo” (Imagem 51). Entre os elementos destacados pelos especialistas, o porto foi tão citado quanto o conjunto arquitetônico e histórico. Para os especialistas entrevistados, a geodiversidade é marcante na paisagem, representada por diversos elementos: promontório, rochas, arrecifes, baía, mar etc.

**Imagem 51** – Vista da Baía de Suape e do porto, a partir da estrada construída para dar acesso ao *resort*.



**Fonte:** Thaís Lucena, 2013.

Para G.S.<sup>68</sup>, a paisagem do CSA é a de “um litoral armado”. Em suas palavras, a leitura dessa paisagem poderia ser feita a partir do poema *Cabo de Santo Agostinho*, de João Cabral de Melo Neto, em que se fala da pedra, do mar e da luz (Imagem 52). Nas palavras desse arquiteto:

[...] de importância na delimitação e, eu diria, conceituação desse lugar, é que você vai descobrir quais são esses dois elementos que estão tanto no poema de João Cabral, como nessa foto [fala com um volume do plano diretor do Cabo aberto na página em que está a única imagem interna do documento]. Não é do homem, não. É de antes do homem, entendeu? Então, no poema de João Cabral, há este cabo, esta **pedra**. Então, há uma pedra. Ele falou da água depois, porque essas coisas estão na linha de água, né? Deste **mar**. Mas dentro do poema o que tem de muito bonito também é a **luz**. Entendeu? É a luz. E o trecho do poema que está lá, você pega cada um dos elementos que são visuais importantes dessa leitura da paisagem. Entendeu? Começando pela luz. Então, ele diz que aqui é o lugar de mais luz na Terra (grifos nossos).

**Imagem 52** – Paisagem do CSA – luz do céu, mar e terra. No canto inferior direito, a ruína casa do faroleiro



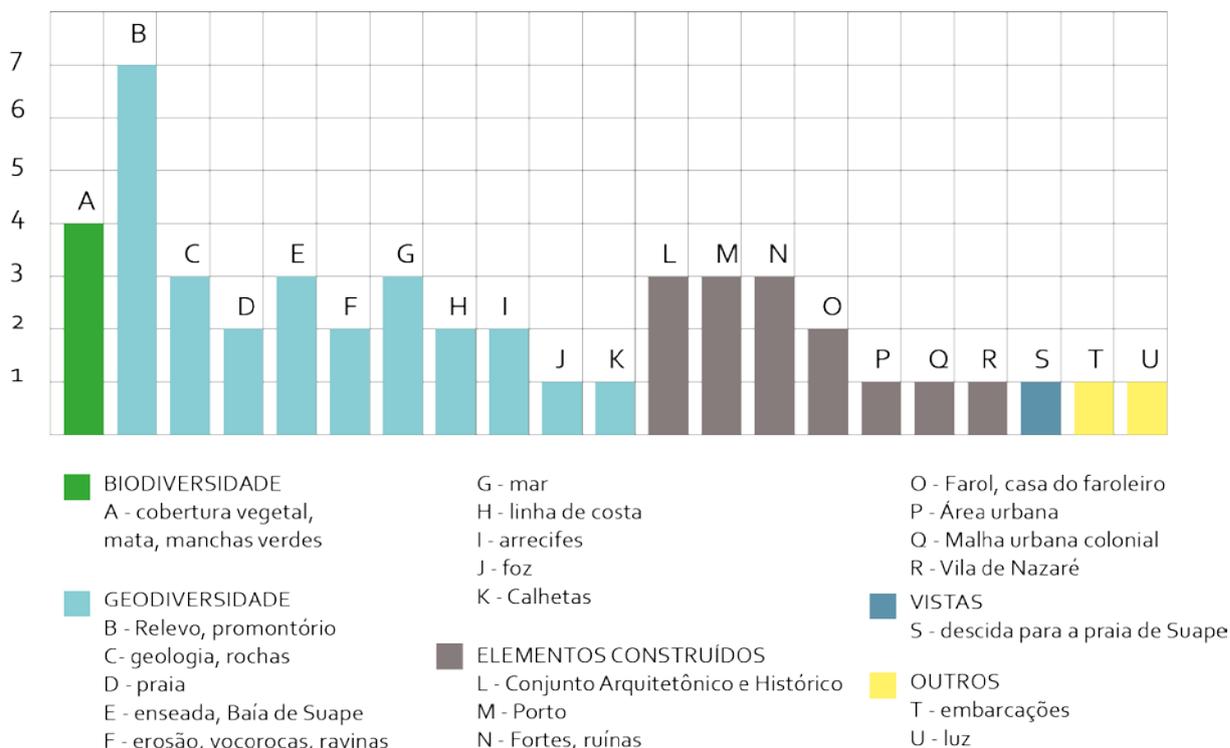
**Fonte:** A autora, 2012.

Em resposta à pergunta **Que elementos você destacaria na paisagem do CSA?**, os especialistas destacaram, ao todo, 21 elementos em 47 citações. Dessas, 4 referiam-se à biodiversidade; 26, à geodiversidade; 14, a elementos construídos; e 3 relacionavam a outros aspectos, como a luz, as embarcações e as vistas (Gráfico 05). Os elementos naturais corresponderam a 63,8% dos elementos destacados pelos especialistas na paisagem do CSA. Se forem considerados juntos os elementos relacionados à praia e ao mar (praia, enseada, mar, Calhetas), tem-se o total de 9 destaques, o que equivale a 19,1% dos 47 elementos citados.

---

<sup>68</sup> G.S., arquiteto, contratado em 1973 para acompanhar o plano diretor do complexo portuário. Trabalhou na FIDEM e é professor aposentado da UFPE. Atualmente, é assessor técnico da SMPMA.

**Gráfico 05** – Elementos que compõem a paisagem do CSA interpretados a partir das respostas dos especialistas.



**Fonte:** A autora, 2013

A proporção muda um pouco quando se analisam as respostas à questão **Acompanhando um visitante, o que primeiro você lhe mostraria?** Os elementos mais citados são os construídos, sendo mencionados 12 vezes (Gráfico 06). Os elementos naturais (de biodiversidade e geodiversidade) somados equivalem a 34,6%. As vistas foram citadas 4 vezes, e os doces caseiros, 1 vez. O elemento mais destacado foi a Vila de Nazaré, citada 4 vezes. As vistas a partir dos mirantes foram citadas pela possibilidade de se ter uma visão global da área. Assim, para A.A.<sup>69</sup>:

[do mirante da casa do faroleiro] ele olharia coisas que chamariam a atenção. A paisagem de três cenários distintos: o complexo industrial portuário, à direita; a sua frente, você teria a linha de costa e o mar; a sua esquerda, a linha de costa completa do Cabo, por conta da posição do promontório. E se olhar pra trás, você veria o parque.

Já M.C.<sup>70</sup> destacou, em sua descrição:

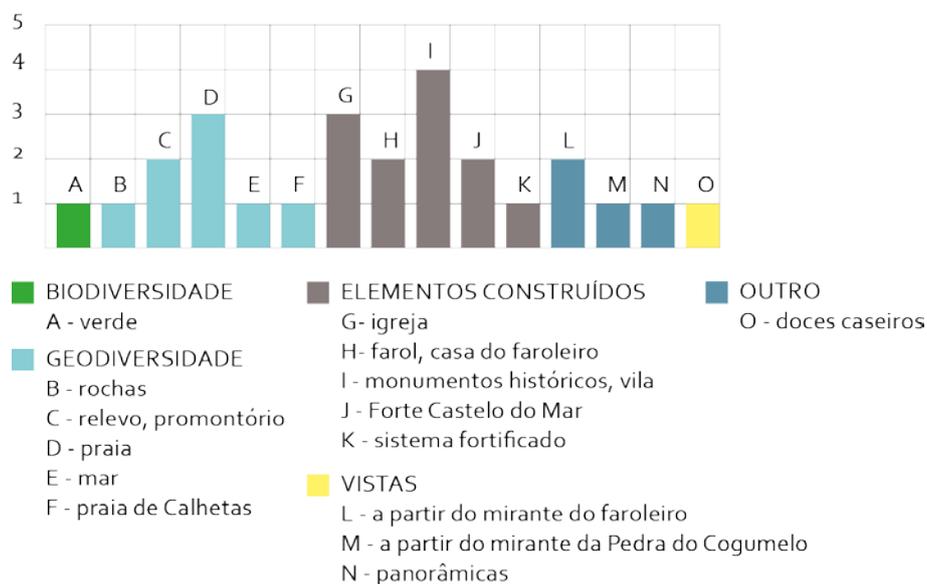
O verde sempre presente, o ar pacato, rural. Muito mais que as praias, aquela paisagem (que se apropria também da praia para compor) é fascinante. Os vestígios históricos do sistema fortificado, a casa do faroleiro, o promontório, tudo, tudo, se compõe perfeitamente. De lá, se têm visões panorâmicas para

69 A.A., geógrafo, mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente, assessor de gabinete da SMPMA.

70 M.C., arquiteto e urbanista, mestre em Desenvolvimento Urbano. Trabalhou na SMPMA e, atualmente, é técnico do IPHAN.

o norte e para o sul. E para o leste, a imensidão do mar e do céu que nos faz emudecer.

**Gráfico 06** – Elementos que os especialistas primeiro mostrariam a um visitante.



**Fonte:** A autora, 2013.

No discurso de Aloísio Magalhães, na ocasião da inauguração do Parque Metropolitano de Santo Agostinho (1979), o promontório era descrito como um gigante passivo, mudo, que cede sua grandiosidade, sua ancianidade, à beleza do lugar e aos eventos humanos. Perspectiva semelhante à que apresenta A.A., quando descreve a paisagem do CSA, alertando que a altitude do promontório possibilita “uma visão de paisagem do entorno dele, e não do promontório em si. Porque, quando você está em cima dele, a visão que você tem não é dele. Os mirantes dão para o seu entorno”.

Quanto ao que a paisagem significa para os especialistas, as respostas foram diversificadas, embora a ideia do local como um marco histórico e ambiental predomine (Gráfico 07). É válido perceber que mais de um especialista relacionou o CSA como um local místico, que remete à espiritualidade. No que diz respeito à importância, os especialistas ressaltam, principalmente, os aspectos históricos, de beleza natural e de preservação ambiental (Gráfico 08). Heitor Costa, físico e professor da UFPE, fala da área de Suape como um “patrimônio artístico erguido pela natureza”.<sup>71</sup> Em muitos momentos, os especialistas destacam a peculiaridade e singularidade da área, como C.M.<sup>72</sup>: “para mim, é um local mágico de contemplação, onde a natureza foi pródiga, ao reunir tantos elementos

71 “Complexo Industrial de Suape: os limites do desenvolvimento”. Publicado em EcoAgência Solidária de Notícias Ambientais, em 16 ago. 2012.

72 C.M., arquiteta e urbanista, técnica do IPHAN. Desenvolveu trabalho de pós-graduação sobre o CSA, em 1974, e foi orientadora de outro trabalho de especialização sobre o CSA, no âmbito do Programa de Especialização em Patrimônio IPHAN/UNESCO, em 2007.

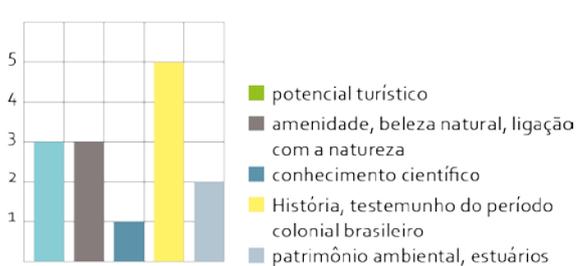
significativos que fazem daquele lugar o mais belo do Estado de Pernambuco”. Para V.T.<sup>73</sup>, “é o mais diverso e o mais incomum litoral de Pernambuco”.

**Gráficos 07 e 08 – Significados e importância do CSA, conforme resposta dos moradores**

O que o CSA significa para você?



Você considera o CSA importante? Por quê?

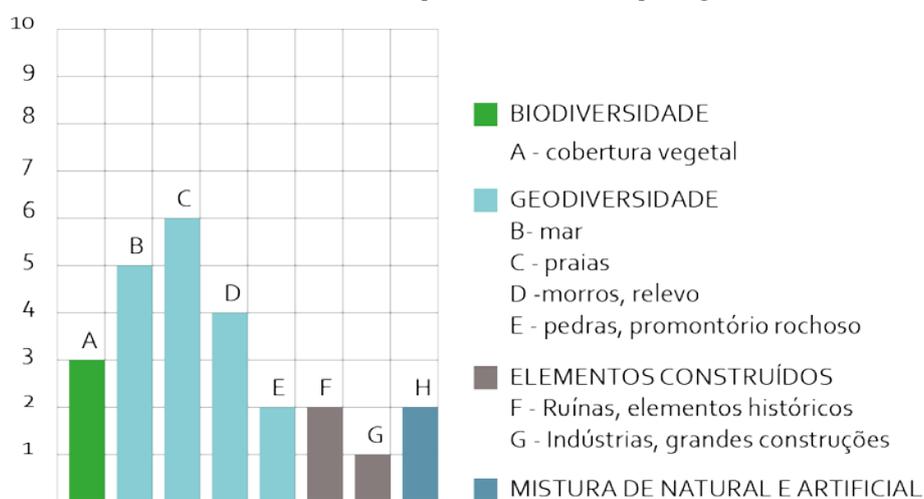


Fonte: A autora, 2013.

Em relação aos visitantes entrevistados, as respostas foram mais superficiais do que as de outros grupos de atores, reflexo da relação que estabelecem com o CSA, temporária, de consumo e de passagem. Quando solicitados para descrever a paisagem do CSA, os visitantes citaram 3 vezes a vegetação; 17, elementos da geodiversidade; 3, elementos construídos e, por 2 vezes, destacaram a combinação de elementos construídos e naturais (Gráfico 09). Ao total, os aspectos naturais foram citados 20 vezes – dessas, 11 foram destaques para as praias e o mar, elementos mais usufruídos pelos visitantes.

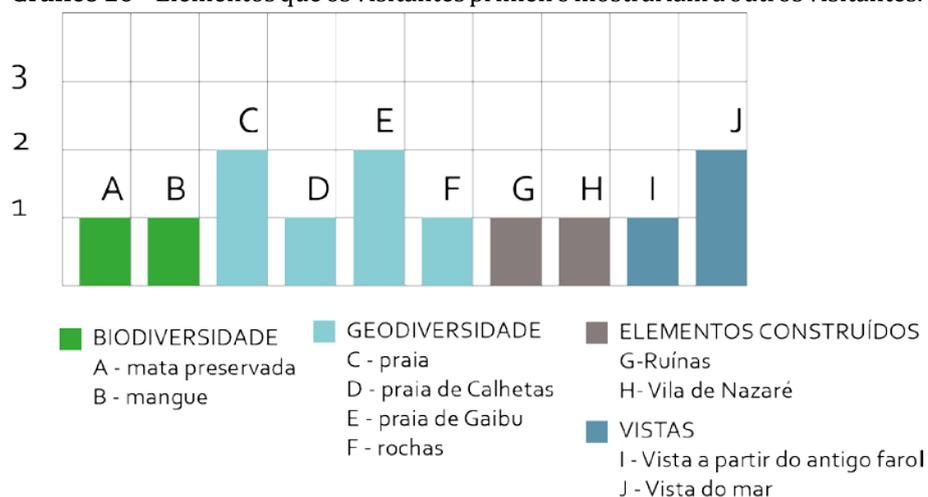
Entre as primeiras coisas que os entrevistados mostrariam a outros visitantes, foram destacados 10 elementos em 12 citações, das quais 2 são relacionadas à biodiversidade; dos elementos da geodiversidade, foram 6 citações; dos construídos, 2, e as vistas foram mencionadas 3 vezes (Gráfico 10). Ao total, foram citados 8 (61,5%) elementos naturais, dos quais 5 (38,5%) eram praias e mar.

**Gráfico 09 – Elementos destacados pelos visitantes na paisagem do CSA**



Fonte: A autora, 2013.

73 V.T., arquiteta e urbanista, membro do Conselho Gestor do parque e Secretária de Planejamento e Meio Ambiente da PMCSA.

**Gráfico 10** – Elementos que os visitantes primeiro mostrariam a outros visitantes.

**Fonte:** A autora, 2013.

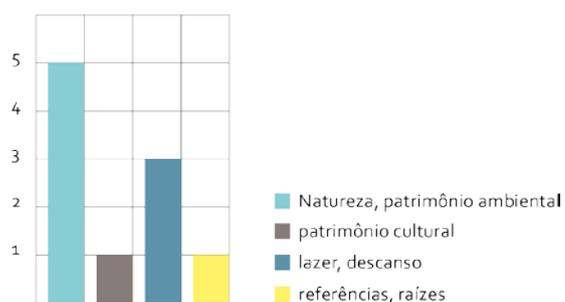
As descrições dos visitantes, por vezes, parecem extraídas de uma peça publicitária de agência de turismo: fala-se em areia branca, mar de piscinas de águas claras e cristalinas, praias limpas e quase desertas, natureza bem conservada, de tranquilidade. As ocupações urbanas não passam despercebidas pelos visitantes, que as consideram degradadas e caóticas. Os grandes equipamentos do porto também são notados. A.F.P.<sup>74</sup> afirma: “A paisagem do Cabo é, hoje em dia, uma mistura de natureza com indústria”. Para os visitantes, o CSA significa patrimônio histórico e ambiental, mas, principalmente, descanso (Gráficos 11 e 12).

**Gráficos 11 e 12** – Significados e importância do CSA, conforme resposta dos visitantes

O que o CSA significa para você?



Você considera o CSA importante? Por quê?



**Fonte:** A autora, 2013.

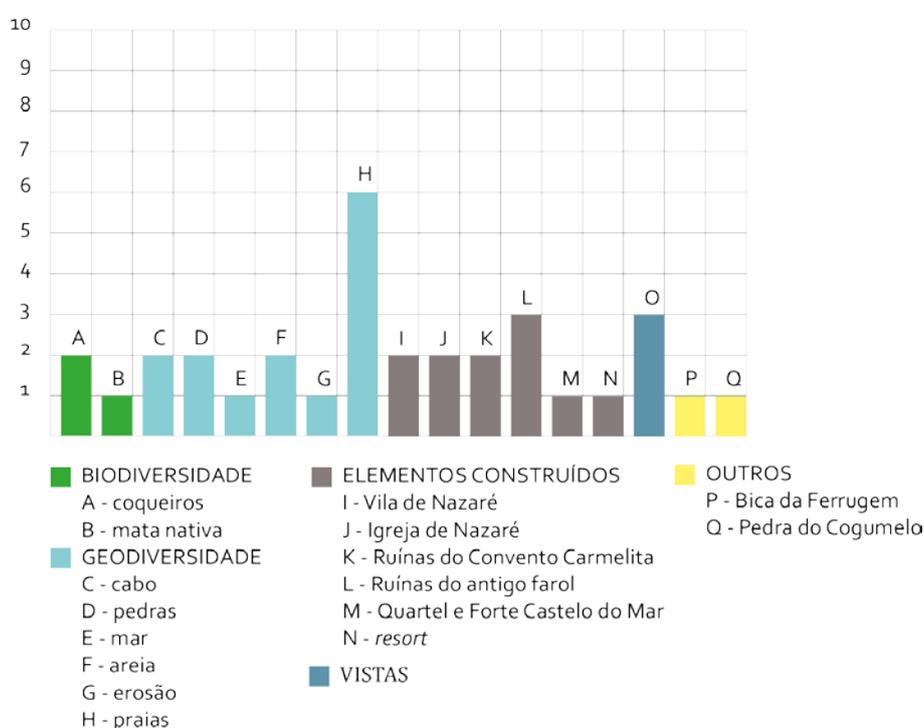
Além das entrevistas, também foram consultadas publicações de cadernos de viagens de jornais locais e *blogs*, que funcionam como páginas pessoais na internet. Foram acessadas postagens de 5 *blogs*, nas quais os autores narravam suas visitas ao CSA. Desses, 3

74 A.F.P., estudante universitário e morador da RMR.

textos<sup>75</sup> foram escritos por pessoas de outros Estados que estiveram no CSA entre 2010 e 2012, sendo duas advogadas e uma fotógrafa. Um dos textos<sup>76</sup> foi escrito em 2012, por uma estudante universitária, e outro<sup>77</sup>, em 2009, por um professor de história, ambos moradores da RMR.

Nas 5 postagens, foram citados 33 elementos do CSA, sendo 3 referentes a elementos vegetados; 14, a elementos da geodiversidade; 11 são elementos construídos; 3 são vistas e mirantes, e 2, elementos diversos, como a Bica da Ferrugem e a Pedra do Cogumelo, escultura criada por Armando de Holanda (Gráfico 13).

**Gráfico 13** – Elementos que compõem a paisagem do CSA interpretados a partir das postagens de *blogs* analisados.



**Fonte:** A autora, 2013.

75 “Cabo de Santo Agostinho, natureza e história”. Publicado no *blog* A espada de Dâmocles, em 12 set. 2012.

“Cabo de Santo Agostinho”. Publicado no *blog* Giselle Ventura, fotógrafa, em 23 set. 2010.

“Pernambuco – Cabo – Praia do Paraíso e do Suape”. Publicado no *blog* Lugares Inesquecíveis, em 12 ago. 2012.

76 “Praia do Cabo – PE”. Publicado no *blog* Dentro da Paisagem, em 07 jan. 2012.

77 Publicado no *blog* PE Redescoberto, em 24 mai. 2009.

Giselle Ventura<sup>78</sup>, fotógrafa, descreve assim a paisagem do CSA: “Areia branca, piscinas naturais com águas cristalinas, coqueiros e vegetação exuberante desenham a paisagem paradisíaca da praia”. Por vezes, a beleza natural é exaltada<sup>79</sup>:

Em quaisquer dos pontos onde tivemos, a natureza se impôs absoluta, plena, por sua extraordinária beleza. O mar límpido, de um azul inimitável, oferta ao observador imagens belíssimas. [...] O acidente natural do Cabo cria paisagens deslumbrantes onde até mesmo a erosão se apresenta com contornos e desenhos por vezes semelhantes um bordado.

Os títulos das matérias publicadas em cadernos de viagem e turismo dos jornais locais exemplificam como o CSA é visto, no contexto do turismo: “Município guarda acervo de monumentos, alguns apenas ruínas”<sup>80</sup>; “O Sul maravilha de Pernambuco”<sup>81</sup>, “Praias selvagens e badaladas”<sup>82</sup>; “Cabo de Santo Agostinho: cartão postal do Estado”<sup>83</sup>. A análise foi de 6 reportagens de cadernos de viagens sobre o CSA, no ano de 1998. Entre os elementos citados, 45 ao total, 4 (8,9%) são dedicados aos elementos de biodiversidade; 19, (42,2%) aos de geodiversidade; 14, (31,1%) aos construídos; 4 (8,9%) às vistas e mirantes e 4 (8,9%) a outros elementos, como bares e restaurantes, doces caseiros e a Bica da Ferrugem (Gráfico 14).

Nos textos publicados, o termo paisagem aparece constantemente, referindo-se à beleza cênica do local e destacando-se os aspectos naturais: “Do alto do Cabo de Santo Agostinho [...], a paisagem é tão impressionante”<sup>84</sup>; “Uma caminhada de 2 km pela praia do Paraíso leva os visitantes a mirantes formados por rochas de onde se pode contemplar a belíssima paisagem da praia de Suape”<sup>85</sup>.

Em geral, considerando as respostas dadas às entrevistas, os grupos destacaram, com pequenas variações, os mesmos elementos e atributos na paisagem do CSA. Para os três grupos considerados – locais (moradores) e não locais (especialistas e visitantes) –, a presença de elementos naturais é predominante nessa paisagem, correspondendo a 69% de todos os elementos citados por moradores; 60,2%, por especialistas, e 72,2%, por visitantes (Gráficos 15 a 17). Vale salientar que há preponderância dos elementos que correspondem à geodiversidade – como rochas, relevo, mar, acidentes geográficos

---

78 Disponível em: <<http://www.giselleventura.com.br/2010/09/cabo-de-santo-agostinho.html>>. Acesso em 13 set. 2012.

79 transcrito do *blog* A espada de Dâmocles.

80 Diário de Pernambuco, caderno Viagem. Publicado em 26 mai. 1998.

81 Diário de Pernambuco, caderno Viagem. Publicado em 06 jan.1998.

82 Diário de Pernambuco, caderno Viagem. Publicado em 06 jan. 1998.

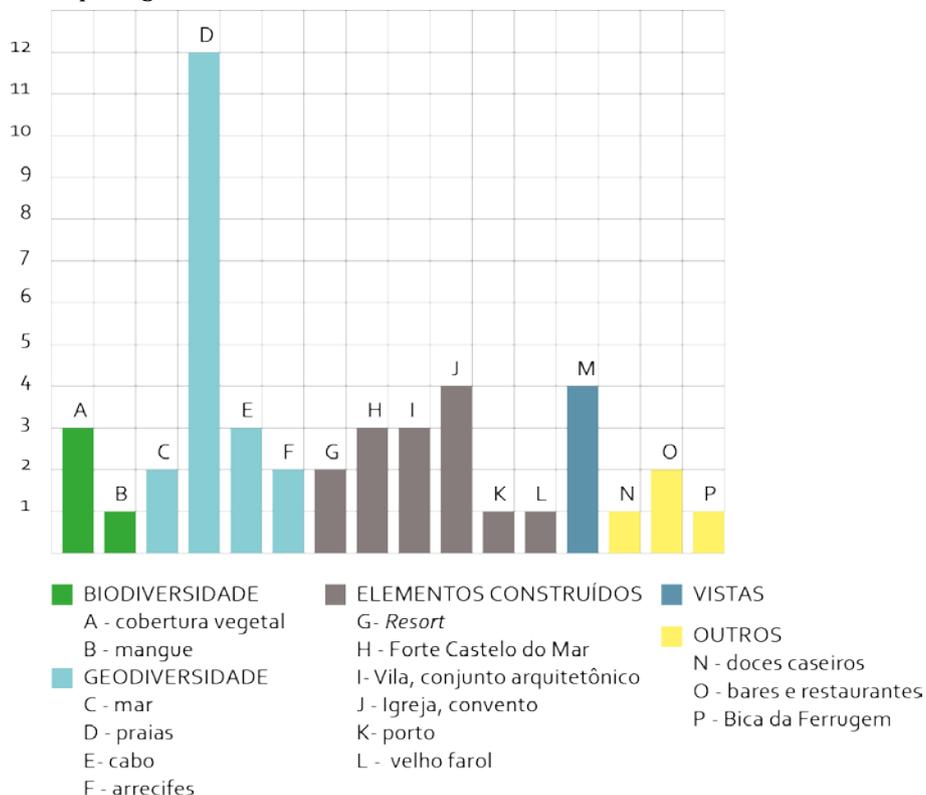
83 Site Pernambuco.com. s/d. Disponível em: <<http://www.old.pernambuco.com>>. Acesso em: 31 jan. 2013

84 “Praias selvagens e badaladas”, Diário de Pernambuco, 6 jan. 1998.

85 “Cabo de Santo Agostinho: Cartão Postal do Estado”, *op. cit.*

–, correspondendo entre 75% e 80% dos aspectos naturais ressaltados pelos atores entrevistados.

**Gráfico 14** - Elementos que compõem a paisagem o CSA interpretados a partir das reportagens analisadas.



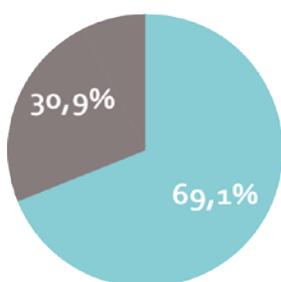
**Fonte:** A autora, 2013.

Os aspectos visuais representam elemento peculiar dessa paisagem, ressaltados pela beleza cênica. Os altos e baixos do relevo do promontório e sua saliência na linha de costa, que avança em direção ao mar, promovem mirantes naturais, por meio dos quais é possível ter vistas panorâmicas do litoral, para o norte e para o sul. Essas relações de vista, de fato, foram citadas pelos entrevistados, que apontaram para o Forte Castelo do Mar, o mirante do farol velho e o mirante da Pedra do Cogumelo como locais contemplativos, de onde se têm as melhores vistas (Imagem 53). Desse último, vê-se o CIP-SUAPE, com seus equipamentos, e o *resort*. É interessante notar que, apesar de sua presença imperiosa, os moradores ignoraram a presença do porto na paisagem do CSA, que só foi citado por especialistas e visitantes. Já as edificações que compõem o *resort* não foram citadas por nenhum grupo de atores. Embora os atores dos três grupos entrevistados considerem basicamente os mesmos elementos, as relações que estabelecem com o meio e os significados que atribuem à paisagem são bem diferentes. Cerca de 75% dos moradores entrevistados relacionaram o CSA às suas raízes e sobrevivência. Para os atores locais, sua subsistência depende materialmente do CSA, pois tiram do mar e da terra seu sustento; como também tem para eles conotação simbólica, uma vez que suas histórias de vida estão,

por décadas continuadas, intimamente relacionadas com o local. Quando questionados sobre a importância do CSA, alguns moradores até reconhecem o aspecto histórico ou turístico (geralmente, aqueles que sobrevivem de serviços prestados a turistas), mas a maioria o considera importante por fazer parte da história de sua família.

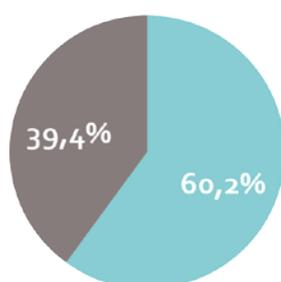
**Gráficos 15 a 17** – Relação dos elementos naturais citados pelos atores entrevistados.

Moradores



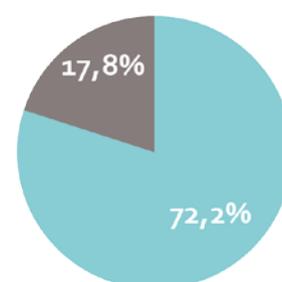
■ elementos naturais  
■ demais elementos

Especialistas



■ elementos naturais  
■ demais elementos

Visitantes



■ elementos naturais  
■ demais elementos

**Fonte:** A autora, 2013.

**Imagem 53** – Mirante da Pedra do Cogumelo



**Fonte:** Thaís Lucena, 2013.

Por outro lado, a relação dos atores não locais com o CSA não é tão intimista. Especialistas consideram o sítio como um marco metropolitano, uma referência histórica e ambiental que é essencial para o turismo. Dessa forma, têm interesse em sua conservação e no

aproveitamento de seu potencial turístico. Nem sempre os especialistas frequentam o CSA e, quando o fazem, ou é para embasarem seus estudos ou assumem o papel de visitantes, que, por sua vez, estão interessados em contemplar belos cenários, usufruir do banho de mar e dos serviços ofertados. O visitante vê no CSA um local de lazer. Para os não locais, a importância dessa área está vinculada a questões históricas e ambientais, além das de lazer, diferentemente, portanto, dos interesses dos atores locais.

Neste capítulo, visou-se a atingir os objetivos específicos da pesquisa, quais sejam: identificar os atores envolvidos, seus interesses e relações que estabelecem com o CSA, e interpretar os significados dessa paisagem para os atores com ela relacionados. A abordagem do objetivo de identificar os elementos da paisagem do CSA que estão sendo modificados começou a ser feita desde o capítulo anterior e continuará sendo foco do capítulo seguinte, no qual também será abordado o objetivo de identificar os conflitos expressos na paisagem do CSA.

Todos os elementos destacados pelos diferentes atores evidenciam suas maneiras de ver a paisagem do CSA. Cada grupo, com interesses próprios, apresenta um forma de se relacionar com o meio, interferindo de modos diversos na paisagem, modificando-a. Por terem interesses diferentes, as modificações promovidas pelos atores nem sempre são aceitas pelos demais, gerando conflitos, que serão abordados no capítulo seguinte.

**“Todas as coisas que estamos falando se encontram sempre num mesmo ponto: falta de controle urbano”  
(L.P., funcionário da AGÊNCIA CONDEPE/FIDEM).**

**“Faltam reparos dos órgãos competentes, que não vêm tomar providência contra a erosão que está aqui há muitos anos. Eles precisam olhar pra isso aqui, porque aqui é um ponto turístico em que eu atendo gente de toda parte do mundo”  
(M.J., morador da Vila de Nazaré).**

## **CAPÍTULO IV**



**Conflitos de interesses e conservação  
da paisagem cultural do Cabo de Santo  
Agostinho**

## **4 Conflitos de interesses e conservação da paisagem cultural do Cabo de Santo Agostinho**

No capítulo anterior, foram apresentados os grupos de atores atuantes no CSA, as relações que esses estabelecem com o meio e os significados que atribuem àquela paisagem. Foram expostos os elementos e atributos destacados pelos atores durante entrevistas semiestruturadas, evidenciando a maneira de ver de cada grupo de atores entrevistado.

As diferenças na maneira de se relacionar com o meio e, por conseguinte, os significados atribuídos pelos atores estão expressos na paisagem do CSA (COSGROVE, 1998, p. 105) e, em geral, os grupos dominantes tentarão impor sua maneira de ver, nem sempre pacificamente aceita. Esses conflitos expressos na paisagem do CSA, que é um bem patrimonial, serão abordados na primeira parte deste capítulo. Na segunda, será apresentada a contribuição da categoria de paisagem cultural para a conservação da paisagem do CSA, por meio de uma visão holística e integradora.

### **4.1 Conflitos de interesses expressos na paisagem do Cabo de Santo Agostinho**

Como foi dito em capítulos anteriores, em um território coexistem culturas diferentes que, por sua vez, têm maneiras distintas de ver a paisagem. Também se disse que essas culturas podem ser dominantes ou alternativas e, mesmo que uma tente impor sua visão de mundo, cada cultura alternativa encontrará uma forma de expressão na paisagem (COSGROVE, 1998).

No caso do CSA, existe uma cultura dominante representada por especialistas e empreendedores privados, entre os quais destacam-se: a empresa pública SUAPE, principal proprietária do território onde está inserido o objeto deste estudo; a FUNCEF, proprietária do hotel e com várias responsabilidades sobre o PMAHC, e o Conselho Gestor do PMAHC<sup>86</sup>, formado por instituições que lidam diretamente com ações de planejamento e gestão para o parque. Juntos, esses atores formulam e tentam implementar regulações de uso e ocupação do território, controlam as ocupações e as alterações no sítio histórico.

Os moradores nativos constituem uma cultura residual e veem no porto, nos grandes empreendimentos industriais do município do Cabo a representação do *desenvolvimento*, que é promovedor de benfeitorias, mas também de mudanças negativas a que tentam resistir. Os invasores, que atualmente ocupam o CSA por questões de moradia ou interessados no lucro gerado pela especulação imobiliária, representam uma cultura

---

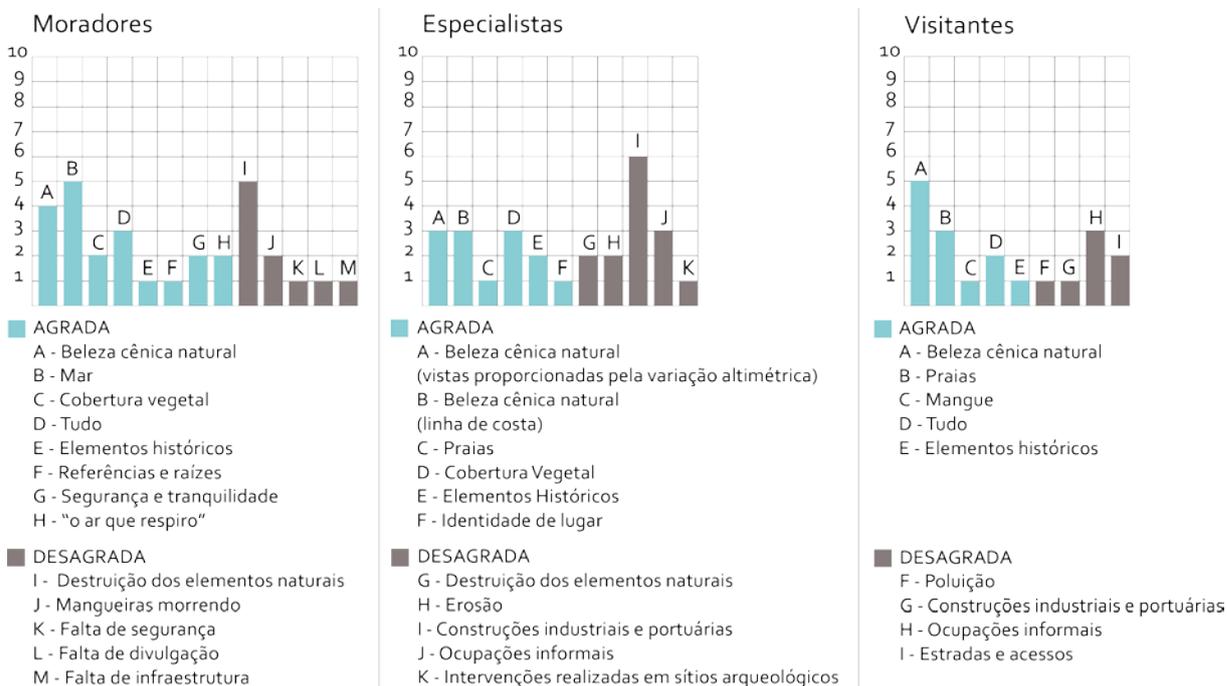
86 Formado por SUAPE, FUNCEF, AGÊNCIA CONDEPE/FIDEM, FUNDARPE, CPRH, PMCSA.

excluída. A eles são atribuídas ações criminosas e, algumas vezes, reagem violentamente quando se tenta controlar o avanço de suas ocupações pelo território.

Para identificar os conflitos existentes no CSA, recorreu-se, basicamente, aos depoimentos contidos nas entrevistas semiestruturadas, a notícias de jornais e a textos técnicos e científicos. Nas entrevistas, valeu-se da análise e interpretação das respostas dadas a questões como: **O que lhe agrada ou desagrade na paisagem do CSA?; Quais são os principais problemas encontrados no CSA? Você acha que existe solução?; Quando você chegou a essa área, ela era assim ou diferente? O que mudou?; Cite três pontos positivos e três negativos do CSA.; Poderia indicar algumas intervenções que o poder público tem feito na área do CSA?; Desde a implantação do CIP-SUAPE, que mudanças tem ocorrido no cotidiano da comunidade?.** As respostas dadas às entrevistas mostrou os problemas e dificuldades existentes no CSA, as quais, lidas no contexto da fala dos atores, proporcionaram a interpretação dos conflitos apresentados. A justaposição entre o que foi dito pelos atores entrevistados e os textos acadêmicos, técnicos e de veículos de comunicação em massa possibilitou a confirmação e a complementação das informações levantadas.

Para a interpretação dessas informações, as respostas dadas pelos diferentes grupos de entrevistados à questão **O que lhe agrada ou desagrade na paisagem do CSA?** foram comparadas em gráficos. Representam indícios dos conflitos de interesses expressos na paisagem do CSA. Por exemplo, enquanto que, para a maioria dos moradores, o mar – de onde tiram o sustento por meio da pesca – é o que mais agrada na paisagem do CSA, para especialistas e visitantes – interessados no usufruto do lazer contemplativo –, é a beleza cênica natural. Da mesma forma, se a destruição dos elementos naturais – fonte de recursos para a sobrevivência – é o que mais desagrade os moradores do CSA, especialistas e moradores reclamam da interferência das construções industriais e da ocupação informal na paisagem, comprometendo a beleza do cenário natural.

Seguindo a interpretação dos conflitos de interesses expressos na paisagem, elaborou-se um quadro, no qual foram evidenciados os interesses dos atores que se relacionam com o CSA, a partir das respostas fornecidas às demais questões das entrevistas (Anexo D). Os conflitos levantados pela pesquisa foram agrupados dentro de quatro categorias: 1. Ocupação desordenada do território; 2. Construção de grandes empreendimentos industriais; 3. Destruição dos recursos naturais; e 4. Ações de planejamento territorial e de conservação do patrimônio cultural. Em seguida, esses conflitos foram interpretados tomando como referência os interesses dos atores envolvidos, sistematizados no quadro elaborado inicialmente, bem como as falas dos entrevistados.

**Gráficos 18 a 20 – O que agrada e desagrada os atores entrevistados na paisagem do CSA**

Fonte: A autora, 2013.

#### 4.1.1 A ocupação desordenada do território

A referência a problemas gerados pela ocupação desordenada do território é frequentemente feita pelos diversos atores. Entre os atores locais entrevistados, esse é um ponto constantemente mencionado, exceto pelos 2 invasores entrevistados, que representam o principal grupo gerador de conflito, promovendo a modificação da paisagem. Os conflitos que se referem a essa questão estão vinculados a: invasões e ocupações informais, sobretudo de residências, no território; falta de controle urbano; ocupações irregulares voltadas para comércio e serviço a turistas; e processos de desapropriação existentes na área.

As invasões representam um problema sério com o qual os atores envolvidos com a gestão do território precisam lidar (Imagens 54 e 55). Uma notícia veiculada na página da PMCSA, em 2009<sup>87</sup>, afirmava que, segundo levantamento do NAD, existiam mais de 370 construções clandestinas na área do PMAHC. Na notícia, lia-se: "a chegada dos invasores constitui um risco para a segurança de toda a área, apontada pelas autoridades policiais como um potencial ponto de prostituição e narcotráfico". Em outra notícia, veiculada

87 "Invasões ameaçam destruir o Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti, no Cabo". Publicada no *site* da Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho, em 01 jun. 2009.

pelo Jornal do Commercio<sup>88</sup>, fala-se em “indústria de invasão”, referindo-se à prática de tomar posse de terras públicas com o intuito de conseguir vantagens financeiras com as desapropriações pagas pelo governo do Estado.

Na perspectiva de especialistas e visitantes, a presença dessas construções expressas na paisagem é algo bastante negativo. Alguns visitantes falaram em “paisagem urbana degradada e caótica” e em “favelização”. Para uma especialista, desagrada a “deterioração causada pelas ocupações”<sup>89</sup> e, nas palavras de outro, “a ocupação desordenada, desenfreada, antropiza a paisagem”<sup>90</sup>. Esse mesmo especialista explica:

intervenções privadas, tipo formiguinha, que alteram a paisagem e o uso: são intervenções residenciais, de forma intensiva, pulverizada e de uso específico, que é o residencial. São intervenções pequenas, mas, por serem pulverizadas e em grande quantidade, se tornam uma intervenção relevante em termos de paisagem e ordenamento territorial também.

**Imagem 54** – Vista aérea da praia do Paraíso, onde é possível ver as construções informais



A área destacada evidencia as ocupações informais no Paraíso.

**Fonte:** A autora, 2013 (sobre foto da SMPMA, 2004).

Um dos consultores privados envolvidos na elaboração do Plano Diretor Suape 2030, G.M., reclama que “aquele chuvisco de posseiros que tem ali mesmo [nas bordas do parque], ainda assim é muito descaracterização do sítio”. No zoneamento de Suape proposto no novo plano diretor, a Zona de Preservação Cultural (ZPC), que antes coincidia com o perímetro do PMAHC, teve uma pequena alteração, sendo subtraído trecho da área invadida no oeste do parque (Imagem 56). Na perspectiva dos moradores nativos, há certo inconformismo pela incapacidade do poder público em conter as invasões, ao passo que se sentem lesados pelo excessivo controle a que são submetidos. Para eles, os invasores

88 “Crescimento e conflito no Porto de Suape: Derrubada de casas é alvo de denúncia contra a diretoria do complexo”. Publicada em 05 mai. 2012.

89 V.T., arquiteta e urbanista, membro do conselho gestor do parque e Secretária de Planejamento e Meio Ambiente da PMCSA.

90 A.A., geógrafo, mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente, assessor de gabinete da SMPMA/PMCSA.

são pessoas estranhas e, apesar de existirem aqueles que recorrem a essa atitude por necessidade, são vistos como malfeitores. Segundo M.M.H.<sup>91</sup>:

o melhor aqui é controlar essas invasões que têm, pra chegar a paz que a gente tinha. O povo foge de lá da cidade para aqui, começa com uma barraquinha, aí invade tudo, depois vem trazendo mais e mais pessoas. E a paz da gente vai se acabando. [...] Certas coisas que estão acontecendo aqui eu nunca vi acontecer.

Ainda, para C.F.<sup>92</sup>,

Quem vai para Calheta tem lá um lugar chamado o Sapateiro, que tem o bar da Maria 30, tem escrito: Bar da Maria 30. Pessoa nativa daqui, sofrida. Abaixo do terreno dela, assim oh [faz gesto com a mão indicando que tem bastante], invasão. Depois, lá perto de quem vai pra Calheta, da pedra de Gaibu, pra cá [para a Vila de Nazaré], invasão. O Areal, ali na primeira guarita, como quem vai para o Areal, tem muitas invasões. Eles [os fiscais de controle urbano] nem entram porque sabem que, se entrar, entra vivo e só sai morto. Agora, aqui em cima [na Vila de Nazaré], se a gente for fazer [construção], só chegam com trator, com polícia.

**Imagem 55** – Ocupação informal na praia do Paraíso. Na placa, lê-se: “vende-se chalé c/ piscina e área de lazer”.



**Fonte:** Thaís Lucena, 2013.

91 M.M.H., moradora nativa da Vila de Nazaré, em resposta à pergunta: “Quais são os principais problemas encontrados no CSA? Você acha que existe solução?”

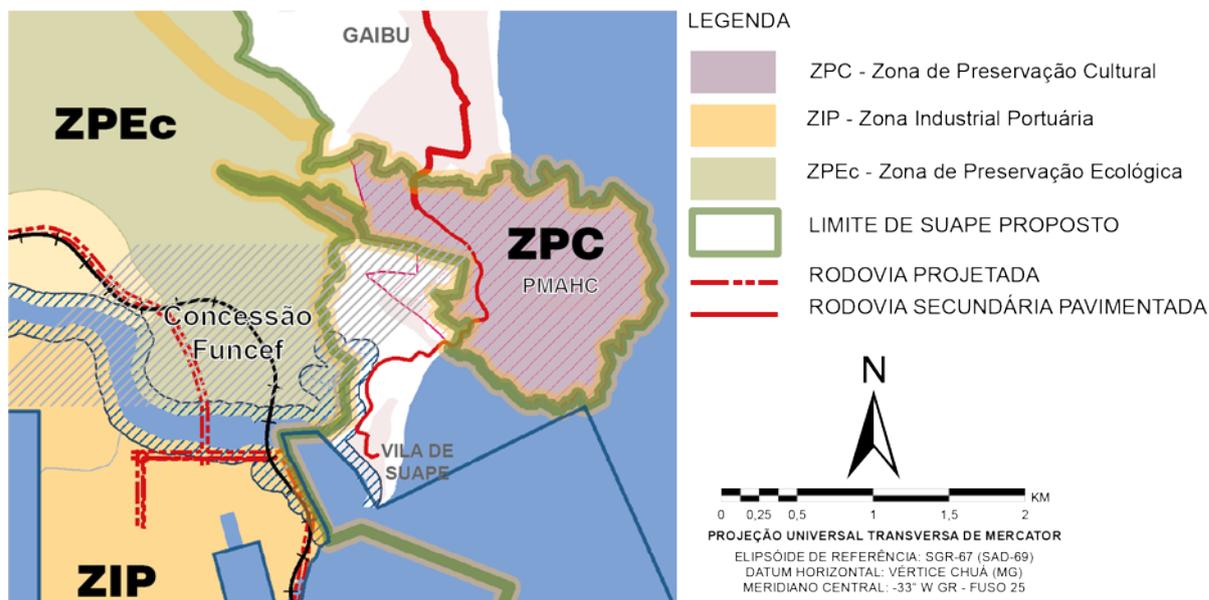
92 C.F., moradora da Vila de Nazaré.

**Imagem 56** – Mapa de zoneamento do Plano Diretor SUAPE 2030

**NOVO PLANO DIRETOR - SUAPE 2030**

COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO GOVERNADOR ERALDO GUEIROS

RECORTE DO MAPA DE ZONEMANETO PROPOSTO



**Fonte:** <http://www.slideshare.com>. Acesso em 17 jul. 2013.

Os especialistas, conforme a declaração de V.T.<sup>93</sup>, apontam para a “incapacidade de atender à problemática do controle urbano”. Os representantes da prefeitura queixam-se de SUAPE: “As ocupações irregulares no parque têm sido ruins. O Governo e Suape não conseguem pôr rédea na situação. O desenvolvimento econômico de Suape atrai gente de todo lugar para ocupar a área pública” (*idem*). De outro modo, G.M.<sup>94</sup> afirma:

eu atribuo isso [as invasões] a um complexo da mais absoluta irresponsabilidade compartilhada de Município, Estado, em todas as esferas. Não existe controle urbano na nossa região, é zero. Absoluto zero. O município não pratica, CPRH não pratica. SUAPE ainda tinha pelo menos uma vigilância privada que faz algum tipo de controle, é o sujeito que eu menos reclamaria, na verdade. Pode parecer contraditório, mas SUAPE, pelo menos, tem uma prática de ter uma vigilância privada atenta e acompanhando tudo.

Ainda no contexto de ocupações irregulares, há a questão de comércios e serviços turísticos que ocupam principalmente as áreas mais próximas da praia. Esse aspecto foi bastante citado por especialistas e visitantes. Entretanto, praticamente não houve menção a esse fato por parte dos locais, visto que a maioria desses pequenos empreendimentos pertence a eles mesmos. Dos 13 atores locais entrevistados, 5 eram comerciantes, dos quais, pelo

93 V.T., arquiteta e urbanista, secretária da SMPMA

94 G.M., arquiteto e urbanista, professor da UFPE e consultor do plano diretor de SUAPE.

menos 3 estavam em ocupações irregulares. G.M. comenta que “aqueles botequins, aquelas coisas de cozinha ali poderiam ser uma coisa superequilibrada, mesmo com o mercado popular, mas podia ser bem equilibrada... mas não é”. F.M., moradora há oito meses da Vila de Nazaré (e a única a fazer menção a essa questão) e um especialista membro do Conselho Gestor como representante da AGÊNCIA CONDEPE/FIDEM, concordam quanto à ocupação de bares na praia de Calhetas: “Olha, eu gosto de ir no bar do Artur, mas às vezes dá vontade de dizer: ‘Artur, com licença’ e tirar aquilo tudinho. Porque aquele lugar é estonteante” (F.M.). Para M.N.<sup>95</sup>, “desagradam intervenções turísticas como bares mal planejados” (Imagem 57).

**Imagem 57** – Vista aérea da praia de Calhetas



Nota-se, na área destacada da imagem, a proliferação de construções e barracas próximas à areia.

**Fonte:** A autora, 2013 (sobre foto da SMPMA/PMCSA, 2004).

Um último conflito envolvendo a ocupação do território do CSA está relacionado aos processos de desapropriação de terra. Nesse ponto, a questão extrapola a área que está sendo considerada neste estudo e envolve todo o território de SUAPE. Heitor Costa<sup>96</sup> afirma que, para os moradores, “a construção de Suape é um pesadelo” e que “os moradores que ali vivem há mais de 50 anos serão tratados como posseiros, como ‘invasores’”.

No CSA, invasores em áreas irregulares, como os 2 entrevistados na praia do Paraíso, lamentam ter que sair de onde estão há mais de 20 anos. Os moradores nativos comentam, sensibilizados, as dificuldades enfrentadas por moradores da Ilha de Tatuoca, que estão

<sup>95</sup> M.N., doutor em geodinâmica e professor do Departamento de Geologia da UFRN.

<sup>96</sup> “Complexo Industrial de Suape: os limites do desenvolvimento”. Publicado em EcoAgência Solidária de Notícias Ambientais, em 16 ago. 2012.

sendo relocados para dar lugar a instalação de estaleiros na área, incompatível com o uso residencial:

Olhe, essa senhora tem mais de 80 anos. Agora, tira ela da ilha, vai morar num outro canto, sem preparo nenhum. O que essa mulher vai passar? Adoecer. Que tem que ter um preparo, fazer um passeio com ela. Olhe, vocês vão morar aqui, mas não vai ter casa livre como a sua, como um sítio. Vocês vão morar junto de outros moradores.<sup>97</sup>

No caderno de Economia do Jornal do Commercio<sup>98</sup>, uma notícia falava do conflito entre posseiros e a diretoria do porto: “De um lado do *front*, o governo do Estado tem pressa em desapropriar as terras e conter a escalada das invasões. Do outro, os moradores se queixam dos baixos valores pagos pelas indenizações e da truculência no processo de retirada das casas”. Em julho de 2012, durante um encontro nacional, os geógrafos brasileiros aprovaram uma moção de repúdio em que se contestavam as “arbitrárias e ilegais” desapropriações.<sup>99</sup>

#### 4.1.2 Construção de grandes empreendimentos industriais

Os conflitos envolvendo os grandes equipamentos industriais, embora estejam fora do recorte adotado por este trabalho, abrangendo o cabo e a baía de Suape, vão além da interferência visual da massa edificada na paisagem do CSA. Essas edificações, em certa medida, simbolizam o *desenvolvimento*, que amedronta os moradores e a que tantas vezes eles se referem como se fosse ele mesmo um ator, também chamado de *progresso* ou *crescimento acelerado*. A esse desenvolvimento é atribuída responsabilidade pelas mazelas sociais que acometem a área.

Para os atores entrevistados, a presença de edificações industriais na paisagem do CSA é algo negativo. Entre os visitantes, houve quem fizesse menção à “mistura de natureza com indústria”. Dos 12 especialistas entrevistados, 8 falaram diretamente sobre isso. Eles argumentam que “SUAPE é uma agressão à paisagem original dali, ela é irreversível” (G.M.), que “as estruturas operacionais do porto são desproporcionais” (Imagem 58) e que “são grandes equipamentos, que às vezes têm gabaritos muito elevados e ocupam extensões grandes, e isso acinzentam muito a paisagem” (A.A.). Clóvis Cavalcanti (2008, p. 20), ao narrar uma visita feita ao complexo portuário, afirma:

A paisagem de Suape hoje é desoladora. Trata-se de uma área sem beleza, sem vegetação agradável, sem construções elegantes. Com mangues destruídos,

97 Sra. O.C., moradora da Vila de Suape.

98 “Crescimento e conflito no Porto de Suape: Derrubada de casas é alvo de denúncia contra a diretoria do complexo”. Publicada em 05 mai. 2012.

99 A moção de repúdio faz alusão ao processo de aquisição do território de Suape, na década de 1970, considerando-o ilegal. Disponível em: <<http://www.ecoagencia.com.br/>>. Acesso em 13 set. 2012.

a silhueta dos arrecifes esplêndidos que ali havia radicalmente alterada, as fruteiras banidas. Na verdade, Suape mais parece uma base militar de feição horrorosa, talvez até um campo de concentração.

As mudanças promovidas na paisagem do CSA pela implantação do porto são vistas por um dos especialistas entrevistados como traumática: “pra quem conheceu antes do porto de SUAPE, do ponto de vista de paisagem, é uma mudança brutal [...] é uma mudança muito forte” (G.M.). Antrop (2004, p. 2), em artigo sobre a importância das paisagens do passado tendo em vista o futuro, afirma que as paisagens sempre mudam porque são a expressão da dinâmica interação entre forças naturais e culturais no meio ambiente. No entanto, reconhece que as mudanças na paisagem muitas vezes são vistas como ameaças, como uma evolução negativa, por caracterizarem perda de diversidade, coerência e identidade das paisagens existentes.

**Imagem 58** – Vista a partir do mirante da Pedra do Cogumelo



Em primeiro plano, uma pequena embarcação de pesca em contraposição aos grandes equipamentos portuários, ao fundo.

**Fonte:** Thaís Lucena, 2013.

No que se refere aos atores locais, as preocupações em relação ao complexo portuário envolvem questões mais imediatas, já que lidam com a interferência do *desenvolvimento* no seu cotidiano. Por várias gerações, famílias de moradores nativos ocupam a área até que novos atores (responsáveis pelo *progresso*) a redescobrem, trazem elementos globais para uma realidade local, controlam o espaço e alteram práticas cotidianas dos moradores (ROCHA, 2000, p. 120). Uma moradora desabafa:

quando SUAPE ali chegou, a Vila de Nazaré já existia e existia com moradores. Mas se hoje a gente quiser fazer [construções], é a pior encrenca. Aí vem prefeitura, SUAPE, FUNDARPE, vem um monte de órgão e você, pequeno, não pode fazer.

Enquanto que outros têm primeiro andar. Mas se você disser, “isso aqui é meu, foi dos meus avós”, “é não, é de SUAPE. Prove que é do seu avô.”<sup>100</sup>

Clóvis Cavalcanti (2008, p. 1) argumenta que o estudo de viabilidade do complexo considerou apenas fatores econômicos, como um sistema isolado, “sem um entorno com o qual se relacione”. Ele afirma que “não se levou em conta nesse raciocínio que a área do projeto, de beleza natural ímpar, tinha ocupação antiga, era bastante habitada e teria que ser muito desfigurada”. (*ibid.*, p. 5)

O crescimento acelerado proporcionado pelo CIP-SUAPE não assusta apenas os moradores. Em reportagem publicada no Diário de Pernambuco<sup>101</sup>, o Diretor-Presidente da AGÊNCIA CONDEPE/FIDEM destaca que a velocidade da chegada de empreendimentos é maior do que o esperado: “O que esperávamos para 10 anos está acontecendo agora”. Numa reportagem sobre a violência no litoral sul<sup>102</sup>, lê-se que “são pelo menos 47 mil homens envolvidos nos três maiores equipamentos econômicos do complexo”. Assim, “observa-se um processo de *masculinização* das praias, e associados a este processo, graves impactos sociais, tais como aumento da prostituição, da gravidez na adolescência, do uso de drogas, da violência etc.”, argumenta D.R.<sup>103</sup> (Imagem 59).

**Imagem 59** – Movimentação de trabalhadores da Refinaria Abreu e Lima e da Petroquímica (ambas localizadas no CIP-SUAPE) em greve.



**Fonte:** Galeria de Fotos da página Pernambuco.com, 2012. Disponível em <http://www.pernambuco.com.br>. Acesso em 06/05/2013.

100 C.F., moradora da Vila de Nazaré.

101 “A conta não é somente do Estado”. Publicada em 26 set. 2011.

102 “Violência se espalha rapidamente pelo Litoral Sul”. Publicada pelo Jornal do Commercio, em 03 dez. 2011.

103 D.R., arquiteta e urbanista, doutora em Geografia, uma dos intelectuais entrevistados; já foi Superintendente de Planejamento e Projetos na SMPMA.

Os impactos sociais causados pelo *desenvolvimento* foram destacados por vários especialistas e moradores entrevistados. Há relato de mais de um morador, além de especialistas sobre o consumo e tráfico de drogas na área:

peessoas que vieram para aqui, [sussurrando] mas você sabe, para traficar, essas coisas assim... e a gente tem que falar pouco. Porque eu tenho filho, tenho filha, tenho uma netinha e marido, tudo... e a gente tem que se limitar. Aí isso avançou muito e isso é um ponto negativo para aqui.<sup>104</sup>

Segundo Heitor Costa<sup>105</sup>, em nível local, as populações nativas pagam pelo progresso, “obrigadas a saírem de suas moradias, criando grandes problemas sociais”. Para ele, o interesse econômico predominante está em conflito com o coletivo da população, além do meio ambiente, “onde são despejados produtos tóxicos e suprimida a vegetação, com reflexos na vida animal, nos rios e riachos.”

#### 4.1.3. Destruição dos recursos naturais

Relacionados aos problemas já citados neste capítulo, estão os conflitos no que diz respeito a questões ambientais. Nesse contexto, o *desenvolvimento* e o interesse no *crescimento econômico* são vistos como os grandes causadores de danos ao meio ambiente. Em defesa desse, mais do que os técnicos de instituições públicas, estão os intelectuais ambientalistas e também os atores locais, para quem a preservação dos recursos naturais significa garantia de subsistência.

Segundo Jaime Alheiros, diretor de Planejamento e Urbanismo do CIP-SUAPE, como resposta aos desafios ambientais, o novo plano diretor de SUAPE aumentou em 11% a área destinada à conservação, que era de 48% no plano de 1984<sup>106</sup>. Uma notícia veiculada no Jornal do Commercio de junho de 2012<sup>107</sup> informava que SUAPE foi obrigado, pelo Ministério Público Federal (MPF), a prestar auxílio aos pescadores do Cabo. A queixa dos pescadores é que as dragagens, realizadas para proporcionar a instalação de estaleiros, o desmatamento do mangue e a destruição dos arrecifes estão matando, prejudicando a reprodução e forçando a fuga dos peixes.

Como na reportagem mencionada, os atores locais entrevistados também reclamam das dragagens e do aterro dos mangues (Imagem 60): “Muita gente vive de pesca aqui. A

104 M.M.H., moradora da Vila de Nazaré.

105 “Complexo Industrial de Suape: os limites do desenvolvimento”. Entrevista com Heitor Costa. Publicada em EcoAgência Solidária de Notícias Ambientais, em 16 ago. 2012.

106 “A conta não é somente do Estado”. Publicada em 26 set. 2011.

107 “Suape obrigado a prestar ajuda a pescadores do Cabo de Santo Agostinho: Associados vão receber cesta de R\$ 79 e ajuda financeira de R\$ 400 por três meses”. Publicada no Jornal do Commercio, em 30 jun. 2012.

mudança que há no dia a dia é que o pescador, principalmente o pescador, não é? Eles estão acabando com o manguezal. O porto que está acabando. O pescador não tem o siri, não tem o aratu, não tem o caranguejo”<sup>108</sup>. Uma moradora alertou:

Olhe, uma coisa que eu também acho berrante, ninguém vê ou, se vê, não comenta, mas é crítico, muito crítico: que muitos pescadores ainda pescam nessa região aqui. Então, fazem uma dragagem pra aprofundar a área do porto. Aí pega essa draga com essa areia e joga lá perto do cabo, do farol, daquelas áreas. Isso vai mexendo com a água, ficando tudo suja, eles não podem pescar. E isso também vai matando o pescado e aterrando outras áreas.<sup>109</sup>

**Imagem 60** – Vista aérea do estuário do Rio Massangana, na qual se veem as manchas verdes dos manguezais.



**Fonte:** Acervo da SMPMA, 2006.

Para Cavalcanti (*op. cit.*, p. 2-3), “pensa-se o ecossistema como uma espécie de berloque ou balangandã, como penduricalho da economia; como uma dispensa ou almoxarifado de onde se saca o que se quer (e onde se joga lixo)” e “não se pode aceitar que intervenções econômicas não contemplem suas repercussões ecológicas”. Heitor Costa considera que a concentração de indústrias utilizando combustíveis fósseis em uma área de 13.500 hectares é um erro, “pois certamente provocará graves agressões ambientais para a terra, água e o ar, além de afetar a saúde das pessoas com doenças características deste ambiente de muita liberação de gases tóxicos, e que também são causadores do efeito estufa” (*op. cit.*).

Por outro lado, há também os danos atribuídos aos atores locais. Em notícia publicada na internet, a prefeitura do Cabo atribui aos invasores o aumento de lixo; a retirada de recursos

108 C.F., moradora da Vila de Nazaré

109 O.S., moradora da Vila de Suape

naturais para as construções, como barro, areia e pedras; o desmatamento e a retirada de madeira dos manguezais. Segundo o texto, as invasões são a causa do “desaparecimento das nascentes de água, causado pelas construções das edificações sobre essas áreas” e da “perda da diversidade biológica, que resulta no desaparecimento de espécies”<sup>110</sup>. Para M.N., um dos intelectuais entrevistados, o que desagrada na paisagem do CSA é a “destruição da geodiversidade (rochas quebradas) e biodiversidade (árvores queimadas) e destruição dos monumentos históricos”, que ele atribui à “falta de conscientização dos próprios moradores dos valores que o local possui”.

#### 4.1.4 Ações de planejamento territorial e de conservação do patrimônio cultural

Como foi dito, a área do CSA é de propriedade de SUAPE e faz parte do município do Cabo, sendo um sítio histórico estadual e um parque metropolitano, que tem sua implementação como ônus da FUNCEF, por meio do título de outorgada onerosa. Assim, no planejamento e gestão dessa área, estão envolvidas diversas entidades públicas, decidindo questões que repercutem no cotidiano dos atores locais.

Cada instrumento de planejamento, segundo seus próprios critérios, propõe zonas, perímetros e poligonais para delimitação da mesma. No Anexo E, é apresentada uma tabela na qual são listados os principais instrumentos que incidem sobre o planejamento territorial do CSA, sua definição e abrangência, além de um mapa com a sobreposição dos perímetros referentes a esses instrumentos e zoneamentos. Conforme mencionado anteriormente, no novo plano diretor de SUAPE, a Zona de Preservação Cultural (ZPC) referente ao PMAHC foi alterada em relação ao plano anterior. O consultor entrevistado explica que a linha de fronteira entre a ZPC e o parque, conceitualmente, é a mesma coisa,

ela foi se estreitando pela ocupação urbana, pelas invasões, e hoje ela é uma tirinha assim, que a gente conseguiu manter, [...] mas o parque e a ZPC, em princípio, eles são a mesma coisa. O parque, ele é particularizado pela memória histórica, arqueológica, arquitetônica, mas ele é a mesma lógica da expressão da ZPC [...], ele tem um plus, é a questão histórica, arqueológica.<sup>111</sup>

No que se refere ao sítio histórico estadual, o polígono de tombamento ultrapassa o perímetro do parque e passa a envolver também a baía de Suape. Do ponto de vista do patrimônio nacional, C.M., arquiteta e urbanista, técnica do IPHAN, afirma que se “estuda a proposta de delimitação de poligonais de tombamento e de entorno do ‘Conjunto das áreas da Baía de Suape e Cabo de Santo Agostinho’, em continuidade ao Processo nº 875-T-73”, conforme representado na Imagem 37 do segundo capítulo.

110 “Invasões ameaçam destruir o Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti, no Cabo”. Publicada em 01 jun. 2009.

111 G.M., consultor do Plano Diretor de Suape.

Em termos de ações de proteção e de implementação do PMAHC, SUAPE, como proprietária da terra, é responsabilizado algumas vezes pelos especialistas entrevistados. Eles reclamam de gestões anteriores da empresa pública, da “ausência de atuação significativa” e da “falta de ação mais efetiva da empresa SUAPE”. G.M. explica que

o parque foi legalmente constituído antes mesmo de SUAPE, mas ele já foi concebido no contexto de SUAPE. [...] O parque é responsabilidade de SUAPE. Ele foi concebido como uma compensação de SUAPE, assim como toda ZPEC, a Zona de Preservação Ecológica, que contorna todo o SUAPE.

Os especialistas também lembram o papel da FUNCEF na implantação do parque: “Até o dia primeiro de dezembro de 2088, a FUNCEF ou seu sucessor será o agente responsável pelas ações de implantação, restauração, manutenção e gestão do Parque.”<sup>112</sup> – mas reconhecem que a FUNCEF tem desenvolvido pequenas ações.

Quanto às ações de proteção do patrimônio, no segundo capítulo deste trabalho viu-se que o tombamento estadual do *Sítio Histórico do Cabo de Santo Agostinho e Baía de Suape* estendia-se não só às edificações, mas também à arborização. Entretanto, é preciso que se conservem elementos naturais e construídos segundo critérios que considerem suas especificidades. No caso do CSA, a queda de árvores antigas é um risco para os moradores. Além disso, há uma praga de fungos conhecida como *o mal do Recife* que tem comprometido a vida de várias mangueiras. Sobre essa situação, duas moradoras comentam:

Porque uma barrigudeira dessa quase me mata. Foi quem? E foi culpa de quem? Eu falei com... o bombeiro chegou aí tudinho, somente pra podar as pontinhas que fica por trás da casa da minha sogra. Ele disse que não, que era patrimônio histórico. Eu disse, “eu sei que é patrimônio histórico”. Aí é casa de morcego, ele tava [*sic*] vendo o fedor que descia. E os galhos tudo caindo, morto. No dia 15 de setembro, fez dois anos agora, a gente aí embaixo e foi aquilo estralando quando eu olhei, já tinha falado com várias pessoas aqui e disse que “não, é uma árvore centenária”... e a árvore centenária quase me mata, mata uma colega e outra aí da frente. Afetou ate a ruína de uma casa aí na frente.<sup>113</sup>

Não existe um cuidado com a vegetação, eles não deixam fazer nada, desmatar, coisa nenhuma, mas deixam acabar por fungo a população de mangueiras seculares. E aí? Eu já falei com eles, eu disse assim: “por que vocês não fazem um relatório?”. A criatura que está tomando conta não foi treinada pra tomar conta, ele não foi despertado pra preservação.<sup>114</sup>

Outra queixa de moradores e visitantes diz respeito ao estado das estradas de barro (Imagem 61). F.M. afirma que “na estrada que vai para Paraíso, é praticamente impossível passar um carro lá [...] são voçorocas enormes, valas. Não existe manutenção das vias de

112 C.M., arquiteta, técnica do IPHAN

113 M.M.H., moradora da Vila de Nazaré

114 F.M., moradora da Vila de Nazaré

acesso”. Uma reportagem publicada em setembro de 2012<sup>115</sup> denunciava a situação da única estrada que dá acesso, de carro, a Calhetas:

[...] conhecida como Estrada da Lua, nome adequado, pela quantidade de crateras no caminho. São quase dois quilômetros de buracos num acesso sem sinalização e estrutura para receber os visitantes. “O movimento é sempre bom aqui, mas todo mundo reclama do acesso”, disse Gabriel Santana, que trabalha num restaurante da praia. [...] “Tantos anos e nada foi feito”, disse Artur Santana, morador de Calhetas há 63 anos.

**Imagem 61** - Estrada de barro que dá acesso à praia do Paraíso.



**Fonte:** Thaís Lucena, 2013.

Em contrapartida, sabe-se que a melhoria das vias de acesso abre caminhos para novas ocupações do território. Antrop (*op. cit.*, p. 6) afirma que áreas pouco acessíveis a pessoas são frequentemente caracterizadas como estáveis paisagens naturais e que quando essas áreas são alcançadas por novas infraestruturas de transporte, elas começam a mudar rapidamente. Segundo ele, acessibilidade, juntamente com urbanização, globalização e calamidades, é uma das principais forças motoras de mudanças na paisagem.

A mudança é uma característica intrínseca à paisagem, além da pluralidade de atores que estão envolvidos em sua produção, reprodução e transformação (DUNCAN, 2004, p. 107). Neste item, seguiu-se, portanto, a identificação dos elementos que estão sendo modificados na paisagem do CSA, conforme objetivo específico desta pesquisa. Também

---

115 “Um mar de problemas no litoral”. Publicada no Jornal do Commercio, em 15 set. 2012.

se abordou o objetivo de identificar os conflitos de interesses expressos na paisagem que promovem a transformação dos elementos que a constituem.

É importante lembrar que a paisagem do CSA, desde o período da redescoberta, foi continuamente aclamada como um patrimônio e, como tal, precisa ser conservada. Apesar disso, as iniciativas de proteção do CSA não contemplam uma abordagem integrada da paisagem, que envolve não somente os elementos que a constituem, mas também as relações dos atores com o meio e os significados que lhe atribuem. Assim, o item seguinte será dedicado à contribuição da categoria de paisagem cultural na conservação da paisagem do CSA.

#### **4.2 A paisagem cultural do Cabo de Santo Agostinho vista como objeto patrimonial**

Conforme abordado no referencial teórico, a categoria patrimonial de paisagem cultural surgiu como consequência dos debates sobre desenvolvimento sustentável no contexto internacional, entre as décadas de 1980 e 1990, quando se começou a valorizar as relações do homem com seu meio. Nessa abordagem, ela propõe uma visão integrada entre os aspectos naturais, culturais, materiais e imateriais que compõem a paisagem. Esse se torna um novo paradigma, superando a dicotomia entre patrimônio natural e construído, trazendo nova perspectiva à conservação do patrimônio cultural, mas também novos desafios e dificuldades.

No caso do CSA, ao descreverem a paisagem segundo suas maneiras de ver, os atores entrevistados citaram tanto elementos naturais (de biodiversidade e geodiversidade), como construídos (construções do sítio histórico, porto), imateriais (luz, vistas, tradições populares) e materiais (embarcações, doces caseiros). Os moradores falam que destacam a paisagem “num todo”, “como uma combinação”. Os especialistas falam das “construções históricas dentro do cenário que os emoldura”. Os visitantes conseguem perceber uma “mistura de construído e natural”. A conservação dessa paisagem, portanto, está relacionada a diversos aspectos vistos em conjunto, de forma integrada.

Por outro lado, a paisagem é dinâmica, é uma construção social em que contribuem diversos atores, que a modificam conforme seus próprios interesses. No CSA, apesar da maioria do território pertencer a SUAPE, existem diversos atores com competência para modificar a paisagem, em maior ou menor escala. Foi visto que os grupos de atores relacionam-se de formas diferentes com o meio e, conseqüentemente, têm interesses diversos e atribuem à paisagem significados variados. Por isso, a conservação da paisagem pressupõe uma negociação. Segundo Viñas (2009, p. 214), é preciso considerar os diferentes significados

que um objeto patrimonial tem para diferentes grupos de pessoas para decidir não só quais significados devem prevalecer, mas também como combiná-los para satisfazer o máximo de pontos de vistas possíveis.

No entanto, não se deve tratar de uma conservação demagógica, uma simples contagem de votos, em que qualquer alteração ou mudança é bem vinda desde que haja concordância (*op. cit.*, p. 196). Para Viñas, a noção de sustentabilidade na conservação aponta para o fato de que os futuros usuários têm direito de acesso ao máximo de informação que um objeto patrimonial pode guardar – sob essa ótica, é papel do especialista, do conservador, representar o interesse daqueles usuários.

Em âmbito nacional, segundo a chancela da paisagem cultural, a paisagem como categoria patrimonial pressupõe um pacto de gestão compartilhada: é necessário que os atores envolvidos com a paisagem do CSA estejam interessados em sua conservação. Sobretudo aqueles que são diretamente afetados, como os atores locais, pois, conforme Nogué e Sala (2006), a paisagem é um elemento vivencial, que se configura a partir da soma de experiências vividas ao longo dos anos e a que se arraigam sentimentos de pertencimento e identidade.

De acordo com o IPHAN (2011), o primeiro passo para a identificação da paisagem cultural que se pretende chancelar é a definição de um recorte territorial baseado na abordagem que o orienta – “é preciso ter clareza de quais são os atributos e as qualidades que particularizam aquela porção do território, tornando-a diferente das demais, por sua importância e singularidade, passível de ser reconhecida como Paisagem Cultural Brasileira”.

Como pressuposto desta pesquisa, o recorte territorial correspondente à paisagem do CSA equivale à área do promontório e da Baía de Suape. Como visto, a combinação desse côncavo e convexo foi essencial para a forma como o homem se relacionou com aquele meio, bem como para a ocupação da área. Em função desses acidentes geográficos, o sistema fortificado, hoje em ruínas, foi organizado no período de descobrimento. A diversidade de combinações entre pedra e água é o que singulariza o sítio para aqueles que foram entrevistados.

No entanto, definir a abrangência de uma paisagem não é tarefa simples, embora necessária à sua operacionalização como categoria patrimonial. Uma das características mais citadas pelos entrevistados na paisagem do CSA é sua relação visual: as vistas panorâmicas permitidas pelos altos e baixos do promontório. Isso implica no fato de que, mesmo que

o recorte territorial seja definido como o do sítio histórico estadual (promontório e baía), o que acontece além desses limites são parte da paisagem do CSA, como no caso das construções do porto ou do acelerado processo de urbanização de Gaibu.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, percebeu-se que a própria abrangência da paisagem cultural deveria ser negociada entre os atores envolvidos, uma vez que eles mesmos veem a paisagem com extensões diferentes. Para os interessados nos aspectos históricos do sítio, está claro que a paisagem incorpora o promontório e a baía. Os atores envolvidos com questões ambientais incluem os manguezais do complexo lagunar formado pelos estuários dos quatro rios que deságuam na Baía de Suape. Há aqueles que pensam na paisagem do CSA como sendo apenas o promontório, a exemplo de uma moradora, C.F.<sup>116</sup>, ao explicar que “Nazaré é isso aqui tudo [o promontório]. Suape e Gaibu é outra coisa”. E existem os que tratam dessa paisagem como sendo formada pelos povoados de Gaibu, Nazaré e Suape.

Além do recorte territorial, os atores envolvidos devem definir as medidas que precisam ser tomadas para que as características que particularizam a paisagem cultural sejam mantidas (IPHAN, *op. cit.*). No item anterior, viu-se uma série de conflitos que se expressam na paisagem do CSA, razão por que sua conservação precisa estar integrada com outras políticas que possam ter efeito direto ou indireto com relação à paisagem. Para ilustrar a situação, considerando a paisagem do CSA formada pelo conjunto de promontório e baía, quando da implantação do parque, a simples delimitação física de sua área, a depender de como seja realizada, poderá acarretar uma fragmentação da paisagem.

A chancela da paisagem cultural brasileira, em si, não é um instrumento de proteção (*idem*, p. 3): “Sobre a porção do território chancelada como paisagem cultural não recairão sanções ou restrições administrativas e/ou jurídicas que impeçam sua transformação”. Porque a paisagem é dinâmica e abrangente, numa abordagem integradora e holística, ela não dará conta das especificidades dos diversos elementos que a contêm, para os quais existem instrumentos mais apropriados, a exemplo do tombamento e do registro.

Nesse intuito, vale destacar a iniciativa da Recomendação de Campo Grande<sup>117</sup>, redigida durante a oficina Geoparque e Gestão, que aconteceu em junho de 2009. O encontro objetivava traçar diretrizes para a estruturação e gestão do Geoparque Bodoquena-Pantanal. Segundo a recomendação, o conceito de um geoparque se apoia no tripé conservação, educação e desenvolvimento sustentável e, por isso, deve ter a

---

116 C.F., moradora da Vila de Nazaré.

117 Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1110>> Acesso em 10 abr. 2012.

paisagem como um conceito norteador, já que “pressupõe a visão sistêmica da relação do ser humano com o meio físico e biológico, focos de preocupação do geoparque”.

Outra experiência válida é a desenvolvida na cidade do Serro, em Minas Gerais (CASTRIOTA, 2009), em que um plano de preservação da paisagem cultural propõe uma perspectiva integrada, incluindo a proteção do patrimônio material (conjunto urbano tombado) e imaterial (modos de fazer e técnicas agrícolas tradicionais). O trabalho prevê associar a preservação da paisagem ao desenvolvimento sustentável por meio do instrumento da Lei de Preservação da Paisagem Cultural, que incorpora diretrizes de uso e ocupação do território, programa de agricultura urbana e a criação de um fundo rotativo para financiamento das atividades. Para Castriota (*op. cit.*), o resgate e preservação de um saber-fazer tradicional, além de promover a continuidade da paisagem como patrimônio a ser preservado, revertem-se em benefícios econômicos para a população local, garantindo a sustentabilidade.

Portanto, no CSA, a categoria de paisagem patrimonial não deve significar a supressão dos instrumentos vigentes – tombamento federal da Igreja de Nazaré, sítio histórico estadual, parque metropolitano, zona ecológica e geoparque –, mas esses devem ser complementados, caso necessário, e precisam ser integrados ao planejamento e gestão da paisagem. Apesar dos conflitos existentes entre os atores, o Conselho Gestor do parque pode ser um embrião para a formulação de um pacto de gestão integrada que possa efetivamente conservar esse bem tão caro a todos envolvidos: a paisagem do CSA.

**CONCLUSÃO**



## Conclusão

Este estudo teve como objetivo interpretar os significados da paisagem do Cabo de Santo Agostinho (CSA) considerando as diferentes maneiras de ver dos atores envolvidos em sua produção, reprodução e modificação, de forma a identificar os elementos significativos que a constituem e que estão sendo modificados, bem como os conflitos envolvendo tais mudanças, dando subsídios à sua conservação. Neste trabalho, o conceito de paisagem fundamentou-se nos estudos da nova geografia cultural, à luz da qual a paisagem é uma “expressão humana intencional composta de muitas camadas de significados” (COSGROVE, 1998, p. 97), é uma representação, uma aparência, uma marca, um substantivo; mas também uma relação, uma matriz, um verbo, porque é dinâmica e participa da cultura enquanto percepção, concepção e ação (CORNER, 1999; BERQUE, 1998). Como um texto cultural, a paisagem pode ser lida e interpretada. Para entender sua essência relacional, é preciso ler os subtextos que estão por baixo do texto visível (DUNCAN, 2004, p. 100). O conceito de paisagem conforme a concepção da geografia cultural serviu de base à categoria patrimonial de paisagem cultural, que propõe uma visão integrada e holística, valorizando as relações harmoniosas do homem com seu meio ambiente. Isso implica no tratamento integrado de aspectos naturais, culturais, materiais e imateriais, até então vistos separadamente.

No caso do objeto desta pesquisa, a paisagem do CSA esteve submetida a instrumentos de proteção do patrimônio e de planejamento e gestão territorial segundo suas particularidades, que não tratavam explicitamente da conservação dessa paisagem, embora o aspecto paisagístico seja continuamente mencionado nos textos técnicos e nos documentos de proteção do sítio histórico. Por isso, este trabalho dedicou-se à interpretação da paisagem do CSA com vistas à sua conservação, entendendo-a como um patrimônio comum, no qual interferem diferentes atores de acordo com seus próprios interesses.

Neste estudo, a ocupação do território do CSA foi considerada a partir do início do século XVI, no período denominado descobrimento, quando os colonos europeus conseguiram a hegemonia sobre a área, anteriormente sob domínio dos índios Caetés. O fim desse período é marcado pela expulsão definitiva dos holandeses da capitania de Pernambuco e pela progressiva decadência dos povoados do CSA, dando origem ao período do esquecimento. Esse período durou até a década de 1960, após o que, com o tombamento federal da Igreja de Nazaré, dá-se início a um período de redescobrimto, no qual a área passa por um soerguimento econômico, com a implantação do CIP-SUAPE, passando a ser o foco daqueles interessados na conservação de seus aspectos ecológicos e culturais.

Assim, sobretudo a partir da década de 1970, o CSA foi objeto de diversos planos e documentos, que objetivavam salvuardá-lo enquanto paisagem natural notável, sítio histórico metropolitano, parque metropolitano, zona de preservação cultural e sítio histórico estadual. No entanto, o processo de tombamento federal do conjunto das áreas do Cabo de Santo Agostinho e Baía de Suape, entendido como paisagem natural notável, encontra-se em situação de sobrestado até hoje. E o parque metropolitano, passados mais de 30 anos de sua criação, não foi implementado ainda. Além disso, esses instrumentos não se fundamentavam num tratamento integrado dos diversos aspectos que constituem a paisagem do CSA.

Diante disso, este trabalho propôs uma narrativa da leitura da paisagem do CSA que privilegiasse a maneira de ver dos diferentes atores que com ela se relacionam. Nesse sentido, notou-se que, a despeito de pequenas particularidades, as descrições dessa paisagem, feitas pelos diversos atores, identificavam proporcionalmente os mesmos elementos. Assim, para todos os grupos, predomina na paisagem os elementos da geodiversidade, sobretudo a relação entre o relevo rochoso do promontório e o mar. Dessa relação advém um dos aspectos mais ressaltados: a possibilidade de vistas panorâmicas. Assim, a conservação da paisagem do CSA não pode considerar apenas o recorte pressuposto por esta pesquisa, pois a relação visual que estabelece com o entorno é um aspecto essencial. O promontório, que, no período de descobrimento, servia de referência aos navegantes, hoje, “em sua monumental impassibilidade”<sup>118</sup>, como descreveu Aloísio Magalhães, doa-se à contemplação de seu entorno, não à de si mesmo.

Um dos especialistas entrevistados afirmou que essa era uma “paisagem armada”. A esse propósito, não se poderia encontrar nome mais sugestivo para um parque num território repleto de ruínas de um sistema fortificado construído no período da invasão flamenga:[parque] Armando de Holanda. O curioso é que as histórias parecem repetir-se. Na paisagem, os vestígios do sistema fortificado testemunham os embates existentes no período do descobrimento. Naquele período, os índios nativos perderam, não sem conflito, o domínio de suas terras para os dominadores portugueses, que fizeram a economia da área florescer com a produção açucareira. Por dez anos, passaram a disputar o território com invasores holandeses e, retomado o domínio, iniciou-se um período de decadência, de esquecimento. Séculos depois, o território é redescoberto, e novos conflitos surgem quando os *nativos*, representantes de várias gerações de moradores da área, veem-se ameaçados diante do reflorescimento da economia pernambucana. E o promontório continua. Impassível.

---

118 Discurso proferido por Aloísio Magalhães durante a inauguração do marco ecológico do Parque Metropolitano de Santo Agostinho, em 29/01/1979.

Se, por um lado, os elementos da paisagem destacados pelos diversos atores entrevistados são, em maior ou menor frequência, os mesmos, as relações que estabelecem com o sítio e, conseqüentemente, os significados que lhe atribuem são bem diferentes. Para o morador, com sua história de vida e familiar totalmente vinculada ao território, o CSA significa tudo: suas raízes e sobrevivência. O especialista vê na área um marco, uma referência ambiental e histórica. Para o visitante, significa lazer e descanso. Essas diferentes formas de se relacionar com o CSA evidenciam os interesses próprios e, por vezes, conflitantes de cada grupo de atores, que produzem, reproduzem e modificam a paisagem.

Os conflitos que advêm dos diferentes interesses dos atores envolvidos com a paisagem representam algumas problemáticas em sua conservação. A operacionalização da paisagem cultural do CSA esbarra em conflitos e questões administrativas antigas, que dificultam a implementação de ações mais efetivas de proteção nos moldes dos instrumentos até então vigentes. Algumas dessas questões dizem respeito à necessidade de criação de um Conselho Gestor definitivo, ao choque de competências interinstitucionais, à mudança frequente dos técnicos nas instituições, aos interesses políticos daqueles que estão em cargos de comando.

Em contrapartida, os conflitos e suas expressões na paisagem do CSA, gerados pelas invasões, pelo processo acelerado de industrialização e de ocupação do entorno, devem ser considerados, tendo em vista a paisagem que se quer conservar. Isto é, precisa-se que as diversas políticas de planejamento e gestão territorial – e mesmo as econômicas e sociais – sejam vistas de maneira integradas sob o enfoque da paisagem, uma vez que suas implementações repercutem diretamente na paisagem que se pretende conservar. A esse propósito, Zancheti e Lapa (2002, p. 31) afirmam que, após os debates em torno da temática do desenvolvimento sustentável, na década de 1990, a Conservação Integrada passou a incorporar a questão ambiental e “qualquer política urbana passou a ser de conservação ambiental, entendido este princípio como o do **controle da mudança** das estruturas ambientais urbanas” (grifos do autor).

A paisagem é uma obra humana inacabada, uma construção cultural e coletiva, logo, ela é dinâmica e sujeita a constante mudança. Por isso, não se trata de tombá-la, impondo limitações de uso e ocupação, como se a um patrimônio construído, mas sim de orientar as mudanças futuras, a fim de garantir a continuidade dos elementos significativos que a constituem. Dessa forma, a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira não impõe restrições, devendo ser associada a outros instrumentos, como o tombamento, o registro e o inventário. Propõe, isso sim, um pacto de gestão compartilhada que é indispensável para

sua efetivação, pois, como uma construção coletiva, a paisagem que se quer patrimonializar deve ser negociada entre os especialistas e os grupos que a vivenciam.

Assim, reconhecem-se as dificuldades de implementação da categoria de paisagem cultural no CSA em face dos conflitos existentes entre os diversos atores. No entanto, entende-se que a abordagem integradora e holística proposta por essa categoria tem muito a oferecer à conservação do CSA enquanto paisagem, numa perspectiva sustentável, valorizando as relações dos atores com seu meio ambiente, a exemplo da proposta do plano de preservação da paisagem cultural do Serro (CASTRIOTA, 2009).

Possíveis desdobramentos futuros desta pesquisa poderiam dedicar-se à identificação da paisagem patrimonial do CSA e à sua abrangência, a partir da negociação de interesses entre os diferentes atores a ela relacionados, visando à sua operacionalização e à compatibilização dos diversos instrumentos de planejamentos territoriais incidentes sobre a área e que a transformam, dentro do enfoque da paisagem.

Por fim, reconhece-se que a narrativa apresentada neste estudo não é a única possível, embora tenha sido fundamentada nas maneiras de ver dos diferentes atores, tomando como referência evidências empíricas e documentais, além dos relatos orais. Apesar das grandes mudanças promovidas pelo rápido crescimento econômico da região, acredita-se que ainda é possível conservar essa paisagem armada – de luz, de mar, de pedra.

# REFERÊNCIAS



## Referências

### a) Livros e periódicos

ALEPE. Ata da Quinquagésima Oitava Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Nona Legislatura. In: **Anais da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco**. Recife, 01 jun. 1979. p.34-74. Disponível em: < [http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/anais/pdf/002\\_09-1-001-1-058.pdf](http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/anais/pdf/002_09-1-001-1-058.pdf)>. Acesso em: 04 mai. 2012.

ANDRADE, Gilberto Osório de; LINS, Rachel Caldas. **Pirapama**: um estudo geográfico e histórico. Recife: Editora Massangana, 1984.

ANTROP, Marc. Why landscapes of the past are important for the future? **Landscape and Urban Planning**, Vol. 70, 2004, p. 21-34. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S016920460300207X>>. Acesso em: 07 abr. 2011.

ARAUJO, Enemerson; AGUIAR, Ignês; MOTTA, Roberto. A Ouriçada; Festa de Santa Luzia na praia de Suape. **Folclore**, Centro de Estudos Folclóricos – Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 131, fevereiro de 1983.

BARLAEUS, Gaspar. **História dos feitos recentes praticados durante oito anos no Brasil**. Recife: Fundação de Cultura do Recife, 1980.

BARRETO, Rosyonne Rebouças de Oliveira Lustosa. **Processo nº 875-T-73**: Continuidade de estudos para instrução do processo de tombamento federal do “Conjunto das áreas da Baía de Suape e do Cabo de Santo Agostinho”. Supervisão de Cremilda Martins de Albuquerque. Recife: Programa de Especialização em Patrimônio IPHAN/UNESCO (PEP), 2007.

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato. ROSENDAHL, Zeny. **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 84-91.

CAMPEDELLI, Samira Yousseff; SOUZA, Jésus Barbosa. **Produção de textos & usos da linguagem**. São Paulo: Saraiva, 1998.

CASTRIOTA, Leonardo Barci (org.). **Paisagem Cultural e Sustentabilidade**. Belo Horizonte: IEDS/UFMG, 2009.

CAVALCANTI, Armando de Holanda. **Comunicação Técnica 6** – Contribuição ao plano diretor do parque de Santo Agostinho e dos povoados de Gaibu e Suape. Recife: PECCIPS, Programa Ecológico e Cultural do Complexo Industrial-Portuário de Suape – GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO – SEPLAN/CONDEPE; CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural, 1978.

CAVALCANTI, Clóvis. **Desenvolvimento a todo custo e a dimensão ambiental**: o conflito do complexo industrial-portuário de Suape, Pernambuco, 2008. Disponível em: <<http://>

[www.unicap.br/ihu/wp-content/uploads/2010/06/CI%C3%B3vis-Final.pdf](http://www.unicap.br/ihu/wp-content/uploads/2010/06/CI%C3%B3vis-Final.pdf). Acesso em: 10 mar. 2012.

CAVALCANTI, Maria José Marques. **Parques Metropolitanos** – Gestão e proteção de áreas especiais. 2005. 195 f. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

CAVALCANTI, Renata Maria de Melo. **Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti**: estratégias para gestão do turismo. 2006. 132 f. Dissertação. (Mestrado em Gestão Pública) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade: Ed. UNESP, 2006.

CLAVAL, Paul. A paisagem dos geógrafos. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p.13-74.

CORNER, James (ed). **Recovering landscapes essays in contemporary landscape architecture**. New York: Princeton Architectural Press, 1999.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 92-123.

\_\_\_\_\_. Mundo de Significados: geografia cultural e imaginação. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). **Geografia cultural: um século (2)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000.

COSGROVE, Denis; JACKSON, Peter. Novos Rumos da Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). **Geografia cultural: um século (2)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000. p.15-32.

CPRH, Companhia Pernambucana do Meio Ambiente. **Diagnóstico Socioambiental Litoral Sul de Pernambuco**. Recife: CPRH, 2003.

CUNHA, Paulo José de Albuquerque da. **Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti – Cabo/PE**: Patrimônio cultural, turismo e desenvolvimento local. Dissertação. 2005. (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas) – Instituto de Desenvolvimento Profissional da Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2005.

DUNCAN, James. A paisagem como sistema de criação de signos. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 91-132.

\_\_\_\_\_. Após a guerra civil: reconstruindo a geografia cultural como heterotopia. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). **Geografia cultural: um século (2)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000. p. 61-84.

FELIPE, Israel. **História do Cabo**. Recife: Arquivo Público/Imprensa Oficial, 1962.

FIDEM, Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife. **Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti**: dossiê. Recife: FIDEM, 1998.

FLORISSI, Elena. Sistemas de indicadores de sustentabilidade urbana: uma reflexão sobre a importância da dimensão cultural no monitoramento do desenvolvimento urbano sustentável. In: ZANCHETI, Silvio Mendes. HIDAKA, Lúcia Tone Ferreira. (org.) **Indicadores de conservação e sustentabilidade da cidade patrimonial**. Recife: CECI, 2010. p.71-82.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOMES, Edvânia Tôrres Aguiar. Natureza e Cultura – Representações na paisagem. In: ROSENDAHL; Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: EduERJ, 2001. p. 49-70.

GOMES, Geraldo. **Engenho & Arquitetura**: tipologia dos edifícios dos antigos engenhos de açúcar de Pernambuco. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 1997.

IPHAN, **Reflexões sobre a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira**. Brasília: IPHAN, 2011. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1757>>. Acesso em: 20 abr. 2011.

JOKILEHTO, Jukka. Conceitos e ideias sobre conservação. In: ZANCHETI, Silvio Mendes (org.). **Gestão do patrimônio cultural integrado**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002. p.11-19.

\_\_\_\_\_. **International Charters on urban conservation**: some thoughts on the principles expressed in current international doctrine. *City&Time*. 3(3): 2, 2007. Disponível em: <<http://www.ct.ceci-br.org>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

LOPES, L.S.O.; ARAÚJO, J.L.L. Princípios e estratégias de geoconservação. **Observatorium**: Revista Eletrônica de Geografia, v.3, n.7, p. 66-78, out. 2011. Disponível em: <<http://www.observatorium.ig.ufu.br/pdfs/3edicao/n7/5.pdf>> Acesso em: 24 jun. 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

MCDOWELL, Linda. A transformação da geografia cultural. In: **Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

MELLO NETO, Ulysses Pernambucano de (coord.). O Cabo de Santo Agostinho e a Baía de Suape: Arqueologia e História. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, Recife, vol. LIII, 1981.

MELO FILHO, Dirceu Rogério Cadena de. **Para além da fisionomia** – identificação da paisagem cultural do centro do Recife. 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

MELO NETO, João Cabral. **Melhores poemas de João Cabral de Melo Neto**. Seleção de Antonio Carlos Secchin. São Paulo: Global, 2003.

MELO NETO, João Cabral. **Museu de tudo**: poesia, 1966-1974. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975.

MELO, Vera Lúcia de O. Mayrinck. A paisagem sob a perspectiva das novas abordagens geográficas. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. p. 9146-9165.

\_\_\_\_\_. **Um recorte da paisagem do Rio Capibaribe**: seus significados e representações. Tese. (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

MONDADA, Lorenza; SÖDERSTRÖM, Ola. Do texto à interação: percurso através da geografia cultural contemporânea. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 133-156.

MOTA, Roberto. **O povoado de Suape**: Economia, Sociedade e Atitudes. Recife: PECCIPS, Programa Ecológico e Cultural do Complexo Industrial-Portuário de Suape – GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO – SEPLAN/CONDEPE; CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural, 1978.

NASCIMENTO, Marcos Antonio Leite do Nascimento. SOUZA, Zorano Sérgio. Granito do Cabo de Santo Agostinho, PE: Único granito conhecido de idade cretácea do Brasil. **SIGEP – Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil**, 2005. Disponível em: < <http://vsites.unb.br/ig/sigep/sitio111/sitio111.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2012. WINGE, M. (Ed.) et al. 2009. Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil. Brasília: CPRM, 2009. v. 2.

NOGUÉ, Joan; SALA, Pere. **Prototipo de Catálogo de Paisaje**. Bases conceptuales, metodológicas y procedimentales para la elaboración de los Catálogos de Paisaje de Cataluña. Olot y Barcelona: Observatorio del Paisaje de Cataluña, 2006. Disponível em: <<http://www.catpaisatge.net/fitxers/Prototipus2006.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2011.

PALMER, Richard. **Hermenêutica**: o saber da filosofia. Lisboa: Edições 70, 2006.

PERNAMBUCO, Governo. **Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana do Recife**. Recife: Secretaria de Planejamento/Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife – FIDEM, 1976.

\_\_\_\_\_. **Plano Estratégico do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti**. Recife, 2000.

\_\_\_\_\_. **Suape: Ecologia e Cultura**. Recife: Secretaria de Planejamento/Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco – CONDEPE, 1978.

PINHEIRO, Luciano. **Informe Técnico nº 32** – Sítios históricos e ou típicos na área de Suape. Recife: PECCIPS, Programa Ecológico e Cultural do Complexo Industrial-Portuário de Suape – GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO – SEPLAN/CONDEPE; CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural, 1979.

REIS, Nestor Goulart. **Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: Edusp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000. CD-ROM.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

\_\_\_\_\_. **Possibilidades e limites da categoria de paisagem cultural para formação de políticas de patrimônio**. In: Cureau, S.; Kishi, S. A. S.; Soares, I. V. P.; Lage, C. M. F. (Org.). Olhar multidisciplinar sobre a efetividade de proteção do patrimônio cultural. Belo Horizonte: Forum, 2011.

\_\_\_\_\_. **Os ídolos da paisagem: caminhos e descaminhos da relação entre paisagem e patrimônio**. Rio Claro: 1º Congresso de Organização Espacial, 2010.

ROCHA, Danielle de Melo. **A dialética do local e do global: os atores e a metamorfose dos lugares no litoral do Cabo de Santo Agostinho – PE**. 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.

ROGER, Alain. **O nascimento da paisagem no Ocidente**. In SALGUEIRO, Heliana A. (org.). CBHA/CNPq/FAPESP, São Paulo, 2000.

SADEVILLE JR. E. A paisagem natural tropical e sua apropriação para o turismo. In: YÁZIGI, E. (org.). **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 141-159.

SAUER, Carl. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato. ROSENDHAL, Zeny. **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 12-83.

SENA CALDAS & POLITO Associados Ltda. **Plano Diretor de Preservação e Revitalização do Cabo de Santo Agostinho, Vila de Nazareth, Povoados de Gaibu e Suape – Plano Preliminar**. Recife, 1979.

SILVA, Cassio Roberto da (ed.). **Geodiversidade do Brasil: conhecer o passado para entender o presente e prever o futuro**. Rio de Janeiro: Serviço Geológico do Brasil – CPRM, 2008.

SWANWICK, C. **Landscape Character Assessment**. Guidance for England and Scotland. The Countryside Agency, Scottish Natural Heritage, 2002. Disponível em: <<http://www.landscapecharacter.org.uk/files/pdfs/LCA-Guidance.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2012.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. **Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention**. Paris, 2008. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/opguide08-en.pdf>>. Acesso em: 03 set. 2011.

VIANA, Antonio Fernando. **Vila de Nazaré do Cabo de Sto. Agostinho: um olhar sobre o passado**. Recife: Nova Presença, 2003.

VIÑAS, Salvador Muñoz. **Contemporary Theory of Conservation**. Oxford: Elsevier, 2005.

ZANCHETI, Silvio Mendes; LAPA, Tomás. Conservação integrada urbana territorial. In: ZANCHETI, Silvio Mendes (org.). **Gestão do patrimônio cultural integrado**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002. p.11-19.

## b) Legislação

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm)>. Acesso em: 24 mai. 2012.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/Lcp14.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp14.htm)>. Acesso em: 14 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. Exposição de motivo interministerial nº 325, de 14 de outubro de 1977. In: IPEA, Instituto de Planejamento Econômico e Social. **O complexo industrial portuário de Suape**: relatório do grupo de trabalho interministerial encarregado do projeto. Brasília: IPEA, 1977. p. 19-27.

IPHAN. Processo de tombamento 0619-T-61, de 6 de julho de 1961. Convento Carmelita: ruínas e Igreja de Nossa Senhora de Nazaré (Cabo de Santo Agostinho, PE). Livro de Belas Artes. Inscrição 458.

\_\_\_\_\_. Processo de tombamento 875-T-73, de 22 de junho de 1973. Conjunto das áreas da Baía de Suape e do Cabo de Santo Agostinho.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009. Estabelece a chancela da paisagem cultural brasileira. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1236>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

PERNAMBUCO. Decreto Estadual nº 2.845, de 27 de junho de 1973.

\_\_\_\_\_. Processo nº 0166/82: Tombamento do Cabo de Santo Agostinho. Recife: FUNDARPE. Processo interno.

\_\_\_\_\_. Lei Estadual nº 7.763, de 7 de novembro de 1978. Cria a empresa pública SUAPE-Complexo Industrial Portuário. In: FIDEM, Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife. **Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti**: dossiê. Recife: FIDEM, 1998.

\_\_\_\_\_. Decreto Estadual nº 5.554, de 6 de fevereiro de 1979. Cria o Parque Metropolitano de Santo Agostinho. In: FIDEM, Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife. **Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti**: dossiê. Recife: FIDEM, 1998.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.765, de 15 de maio de 1979. Dá nova denominação ao Parque Metropolitano de Santo Agostinho. In: FIDEM, Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife. **Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti: dossiê**. Recife: FIDEM, 1998.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 17.070, de 16 de novembro de 1993. Homologa Resolução nº 02/93, do Conselho Estadual de Cultura, que declara o tombamento do Sítio Histórico do Cabo de Santo Agostinho e da Baía de Suape, localizados no município do Cabo, neste Estado de Pernambuco. In: **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. Recife, 17 nov. 1993.

\_\_\_\_\_. Decreto Estadual nº 37.160, de 23 de setembro de 2011. Institui o Plano Diretor - SUAPE 2030 e dispõe sobre o ordenamento do solo da Empresa SUAPE – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros. Disponível em: < <http://www.inteligenciaambiental.com.br/sila/pdf/mdecexepe37160-11.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2012.

PREFEITURA Municipal do Cabo de Santo Agostinho. Lei nº 2.179, de 12 de abril de 2004. Dispõe sobre o uso e ocupação do solo urbano no âmbito do Município do Cabo de Santo Agostinho e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei nº 2.360, de 29 de dezembro de 2006. Institui a Política Urbana e Ambiental e o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Cabo de Santo Agostinho, tendo como horizonte temporal o ano 2015, quando deverá ser revisado.

### c) Notícias de jornais e publicações de internet

A CONTA não é somente do Estado. **Diário de Pernambuco**, 26 set. 2011. Disponível em: <<http://blogs.diariodepernambuco.com.br/meioambiente/>>. Acesso em: 29 mai. 2013.

ALBERTIM, Bruno. Violência se espalha rapidamente pelo Litoral Sul, **Jornal do Comercio**, Recife, 15 fev. 2013. Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/>>. Acesso em: 15 fev. 2013.

BENS relacionados à imigração em Santa Catarina recebem a primeira chancela de Paisagem Cultural Brasileira. **Site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, 03 mai. 2011. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1110>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

CABO DE SANTO AGOSTINHO: Cartão postal do Estado. **Pernambuco.com**. s/d. Disponível em: <<http://www.old.pernambuco.com>>. Acesso em: 31 jan. 2013.

CABO DE SANTO AGOSTINHO, natureza e história. **Blog A espada de Dâmocles**, 12 set. 2012. Disponível em: <http://blogespadededamocles.blogspot.com.br/2012/09/cabo-de-santo-agostinho.html>> . Acesso em: 13 set. 2012.

CARVALHO, João. Um mar de problemas no litoral. **Jornal do Comercio**, Recife, 15 set. 2012. Disponível em: <<http://www.jconline.ne10.uol.com.br/>>. Acesso em: 31 jan. 2013.

COMPLEXO Industrial de Suape: os limites do desenvolvimento. Entrevista com Heitor Costa, **EcoAgência Solidária de Notícias Ambientais**, 16 ago. 2012. Disponível em: <://www.ecoagencia.com.br/>. Acesso em: 13 set. 2012.

DEVOTOS de Krshna se casam em ritual de fogo, **Diario de Pernambuco**, Recife, caderno Vida Urbana, 04 fev. 1998. Disponível em: <http://www.dpnet.com.br/anteriores/1998/02/04/urbana8\_0.html.> Acesso em: 31 jan. 2013.

FESTA do Bom Jesus dos Passos: religiosidade e reflexão no cenário histórico da Vila de Nazaré. **Site da Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho**, 16 jan. 2007. Disponível em: < http://www.cabo.pe.gov.br/noticias.asp?codigo=562>. Acesso em: 15 fev. 2013.

GUARDA, Adriana. Crescimento e conflito no Porto de Suape: Derrubada de casas é alvo de denúncia contra a diretoria do complexo. **Jornal do Commercio**, 05 mai. 2012. Disponível em: <http://jconline.ne10.uol.com.br/>. Acesso em: 15 fev. 2013.

\_\_\_\_\_. Suape obrigado a prestar ajuda a pescadores do Cabo de Santo Agostinho: Associados vão receber cesta de R\$ 79 e ajuda financeira de R\$ 400 por três meses. **Jornal do Commercio**, Recife, 30 jun. 2012. Disponível em: <http://jconline.ne10.uol.com.br/>. Acesso em: 13 set. 2012.

INVASÕES ameaçam destruir o Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti, no Cabo. **Site da Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho**, 01 jun. 2009. Disponível em: <http://www.cabo.pe.gov.br/noticias.asp?codigo=1952>. Acesso em: 10 jan. 2013.

MANIFESTO dos cientistas: a propósito de Suape, **Jornal da Cidade**, Recife 05 abr. 1975. Disponível em: < http://cloviscavalcanti.blogspot.com.br/p/manifesto-suape.html>. Acesso em: 13 jul. 2013.

MUNICÍPIO guarda acervo de monumentos, alguns apenas ruínas, **Diario de Pernambuco**, Recife, caderno Viagem, 29 mai. 1998. Disponível em: http://www.dpnet.com.br/anteriores/1998/05/29/viagem2\_1.html. Acesso em: 31 jan. 2013.

O SUL maravilha de Pernambuco. **Diario de Pernambuco**, Recife, caderno Viagem, 06 jan. 1998. Disponível em: <http://www.dpnet.com.br/anteriores/1998/01/12/viagem4\_0.html.>. Acesso em: 31 jan. 2013.

O SUPERPORTO de Suape, **Confidencial Econômico**, Recife, 8 (1), 25 jan. 1977.

**PE Redescoberto**, *blog*, 24 mai. 2009. Disponível em: <http://peredescoberto.blogspot.com.br>. Acesso em: 14 jan. 2013.

PERNAMBUCO – Cabo – Praia do Paraíso e do Suape. *Blog Lugares Inesquecíveis*, 12 ago. 2012. Disponível em: <http://janaec-minhasviagens.blogspot.com.br>. Acesso em: 13 set. 2012.

PRAIA do Cabo – PE. *Blog Dentro da Paisagem*, 07 jan. 2012. Disponível em: <http://dentrodapaisagem.blogspot.com.br>. Acesso em: 13 set. 2012.

PRAIAS selvagens e badaladas. **Diario de Pernambuco**, Recife, caderno Viagem, 06 jan. 1998. Disponível em: <[http://www.dpnet.com.br/anteriores/1998/01/12/viagem3\\_0.html](http://www.dpnet.com.br/anteriores/1998/01/12/viagem3_0.html)>. Acesso em: 31 jan. 2013

SUAPE a surpresa do progresso na vida simples do pescador, **Diario de Pernambuco**, Recife, p. A-10, 30 abr. 1977.

VENTURA, Giselle. Cabo de Santo Agostinho. *Blog Giselle Ventura - fotógrafa*, 23 set. 2010. Disponível em: <<http://www.giselleventura.com.br/2010/09/cabo-de-santo-agostinho.html>>. Acesso em: 13 set. 2012.

**ANEXOS**



## Anexo A – Modelo de roteiro de entrevista com moradores

<p>Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)          Universidade Federal de Pernambuco – UFPE          Centro de Artes e Comunicação – CAC          Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano – MDU</p>				
<p>Pesquisa de mestrado: Paisagem, Cultura e Significado: Um estudo sobre a paisagem do Cabo de Santo Agostinho.          Pesquisadora: Helen Maria Palmeira Medeiros          Orientadora: Vera Mayrinck</p>				
Nº:	<b>ROTEIRO DE ENTREVISTA</b> USUÁRIOS - MORADORES	Local:	Data:	Período:
<b>Perfil do Entrevistado</b>				
Nome:				
Gênero:				
Ocupação:				
Grau de instrução:				
Local de nascimento:				
Local onde mora:				
Local onde trabalha:				
<b>1. Trajetória Espacial</b>				
1. 1. Por que você escolheu essa área para morar?				
1. 2. Como você chegou a essa área? Desde quando?				
1. 3. Mora em alguma comunidade do CSA? Qual? Por que ela tem esse nome?				
<b>2. Conhecimento sobre o CSA</b>				
2.1. Quando você chegou a essa área, ela era assim ou diferente? O que mudou?				
2.2. Quais são os principais problemas encontrados no CSA? Você acha que existe solução?				
2.3. Poderia descrever a localização do CSA?				
<b>3. Relação com o CSA</b>				
3.1. Como você e sua família utilizam o CSA?				
3.2. Conhece alguém que utiliza de outra forma? Como?				
3.3. Você gosta de morar nessa área? Cite três pontos positivos e três negativos em morar no CSA.				
3.4. Você considera o CSA importante para você e sua família? Por quê?				
3.5. Você considera o CSA importante para as pessoas da cidade e do Estado? Por quê?				
3.6. Do que você mais gosta no CSA?				
<b>4. Conhecimento sobre ações para o CSA</b>				
4.1. Desde a implantação do CIP-SUAPE, que mudanças têm ocorrido no cotidiano da comunidade?				
4.2. Você conhece o NAD e o Conselho Gestor?				
4.3. Poderia indicar algumas intervenções que o poder público tem feito na área do CSA?				
<b>5. Significação e representação da paisagem do CSA</b>				
5.1. O que lhe agrada ou desagrada na paisagem do CSA? O que o CSA significa para você?				
5.2. Como você descreveria a paisagem do CSA? Que elementos você destacaria na paisagem?				
5.3. Quando alguém vem visitá-lo(a), qual a primeira coisa que você lhe mostra no CSA?				
<b>OBSERVAÇÕES</b>				

## Anexo B – Modelo de roteiro de entrevista com especialistas

 <p>Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)          Universidade Federal de Pernambuco – UFPE          Centro de Artes e Comunicação – CAC          Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano – MDU</p>				
<p>Pesquisa de mestrado: Paisagem, Cultura e Significado: Um estudo sobre a paisagem do Cabo de Santo Agostinho.          Pesquisadora: Helen Maria Palmeira Medeiros          Orientadora: Vera Mayrinck</p>				
Nº:	ROTEIRO DE ENTREVISTA ESPECIALISTAS	Local:	Data:	Período:
<b>Perfil do Entrevistado</b>				
Nome:				
Gênero:				
Idade:				
Ocupação/Formação:				
Grau de instrução:				
Local de nascimento:				
Local onde mora:				
Local onde trabalha:				
Entidade:				
Cargo/Função:				
<b>1. Conhecimento sobre o CSA</b>				
1.1. Há quanto tempo você conhece o CSA?				
1.2. O que você sabe sobre o CSA?				
1.3. Que transformações você observa no CSA? Elas são positivas? A que ou a quem você as atribui?				
<b>2. Relação com o CSA</b>				
2.1. Que tipo de relação você tem com o CSA? Afetiva e/ou profissional?				
2.2. Você utiliza o CSA? Como?				
2.3. Cite 03 pontos positivos e 03 negativos do CSA.				
2.4. De que forma o CSA pode ser importante para você e/ou para outras pessoas?				
<b>3. Conhecimento sobre ações para o CSA</b>				
3.1. Você conhece alguma proposta de intervenção no CSA?				
3.2. Já desenvolveu algum trabalho relacionado ao CSA? Qual?				
3.3. Gostaria que falasse um pouco sobre o que sabe a respeito de planejamento para área do CSA.				
<b>4. Significação e representação da paisagem do CSA</b>				
4.1. O que lhe agrada ou desagrada na paisagem do CSA? O que o CSA significa para você?				
4.2. Como você descreveria a paisagem do CSA? Que elementos você destacaria na paisagem?				
4.3. Acompanhando um visitante, qual a primeira coisa que você lhe mostraria no CSA?				
<b>OBSERVAÇÕES</b>				

## Anexo C - Modelo de roteiro de entrevista com visitantes

<p>Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)          Universidade Federal de Pernambuco – UFPE          Centro de Artes e Comunicação – CAC          Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano – MDU</p>				
<p>Pesquisa de mestrado: Paisagem, Cultura e Significado: Um estudo sobre a paisagem do Cabo de Santo Agostinho.          Pesquisadora: Helen Maria Palmeira Medeiros          Orientadora: Vera Mayrinck</p>				
Nº:	<b>ROTEIRO DE ENTREVISTA VISITANTES</b>	Local:	Data:	Período:
<b>Perfil do Entrevistado</b>				
Nome:				
Gênero:				
Idade:				
Ocupação/Formação:				
Grau de instrução:				
Local de origem:				
Local onde mora:				
Primeira vez que visita o CSA?				
<b>1. Conhecimento sobre o CSA</b>				
1.1. Como você conheceu o CSA?				
1.2. O que você sabe sobre o CSA?				
<b>2. Relação com o CSA</b>				
2.1. O que o atraiu para conhecer o CSA?				
2.2. Como você vem utilizando o CSA?				
2.3. Você conseguiria citar 03 pontos positivos e 03 negativos do CSA?				
2.4. De que forma o CSA pode ser importante para você e/ou para outras pessoas?				
<b>3. Conhecimento sobre ações para o CSA</b>				
3.1. Você conhece alguma proposta de intervenção no CSA?				
<b>4. Significação e representação da paisagem do CSA</b>				
4.1. O que lhe agrada ou desagradar na paisagem do CSA? O que o CSA significa para você?				
4.2. Como você descreveria a paisagem do CSA? Que elementos você destacaria na paisagem?				
4.3. Se voltasse ao CSA com outro visitante, qual a primeira coisa que você lhe mostraria?				
<b>OBSERVAÇÕES</b>				

## Anexo D - Quadro com lista de atores envolvidos com o Cabo de Santo Agostinho e seus interesses

Quadro dos atores que se relacionam com o CSA e seus interesses

ATOR	DESCRIÇÃO	INTERESSES
MORADORES NATIVOS	Moradores nascidos e criados no CSA.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Preservar os recursos naturais, uma vez que tiram do meio ambiente seu sustento.</li> <li>- Executar reformas em suas casas ou novas construções em seus terrenos.</li> <li>- Incrementar renda com o aumento do turismo.</li> </ul>
MORADORES DE FORA	Moradores atraídos ao CSA por questões de melhoria da qualidade de vida ou pelo desenvolvimento promovido pelo crescimento econômico.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Manter as qualidades de ambiência e de conforto, tais como ventilação, silêncio, sensações de tranquilidade e segurança. Bem-estar promovido pela relação com os elementos naturais.</li> <li>- Estabelecer residência próximo a locais de trabalho com disponibilidade de infraestrutura de serviços básicos e viária.</li> </ul>
INVASORES	Moradores atraídos ao CSA pela necessidade de moradia ou pela possibilidade de gerar lucro com a especulação imobiliária informal.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Permanecer na área como morador.</li> <li>- Ter acesso à infraestrutura de serviços básicos e melhoria da infraestrutura viária.</li> <li>- Incrementar renda por meio da especulação imobiliária de áreas públicas.</li> </ul>
SUAPE*	Empresa Pública do Governo do Estado de Pernambuco que administra a implantação do distrito industrial, o desenvolvimento das obras e a exploração das atividades portuárias. **	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Levantar o efeito seu planejamento territorial.</li> <li>- Promover crescimento econômico por meio das atividades do porto.</li> </ul>
FUNCEF*	Entidade fechada de previdência privada. Seus recursos são investidos em diversas áreas, inclusive na indústria hoteleira. Os investimentos realizados pela FUNCEF garantem o pagamento dos benefícios de seus participantes.**	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Utilizar o resort como investimento para pagamento dos benefícios de seus participantes.</li> </ul>
PMCSA*	Prefeitura municipal, principal responsável por formular, implementar e avaliar sua política urbana, estabelecida no Plano Diretor.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar controle do uso e ocupação do território municipal.</li> <li>- Implementar ações que se convertam em benefícios para o município.</li> </ul>
AGÊNCIA CONDEPE/FIDEM*	Autarquia vinculada à Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo do Estado. É órgão de planejamento, estudos, pesquisas e articulação, voltado para a implementação de uma política de desenvolvimento local e regional no Estado de Pernambuco. **	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover planejamento integrado da RMR, a exemplo do Plano Território Estratégico de Suape.</li> <li>- Articular as políticas de desenvolvimento local e regional em Pernambuco.</li> <li>- Articular a implementação do Sistema de Parques Metropolitanos, do qual o PMAHC faz parte.</li> </ul>
CPRH*	Autarquia vinculada à Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Governo do Estado de Pernambuco. Tem poder de polícia administrativa, atuando por meio da gestão dos recursos ambientais e sobre as atividades e os empreendimentos utilizadores dos recursos naturais que possam causar, sob qualquer forma, degradação ambiental.**	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fiscalizar a utilização dos recursos naturais no território de SUAPE.</li> <li>- Conservar os recursos naturais do território de SUAPE, inclusive, o CSA.</li> </ul>
FUNДАРPE*	Órgão executor da Política Cultural do Estado, em todas as suas dimensões e expressões. Tem como objetivo principal a promoção, o apoio, o incentivo, a preservação e a difusão das identidades e produções culturais de Pernambuco de forma estruturada e sistêmica, focada na inclusão social, na universalização do acesso, na diversidade cultural, na interiorização das ações e no desenvolvimento regional integrado. **	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conservar o sítio histórico do Cabo de Santo Agostinho e Baía de Suape, incluindo construções, arruados e arborizações, conforme o Decreto Estadual nº 17.070/1993.</li> </ul>
IPHAN	Autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura. Tem por finalidade preservar, proteger, fiscalizar, promover, estudar e pesquisar o patrimônio cultural brasileiro. **	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conservar a Igreja de Nazaré e Ruínas do Convento Carmelita.</li> <li>- Instituir o "Conjunto das Áreas da Baía de Suape e do Cabo de Santo Agostinho".</li> </ul>
INTELECTUAIS	Especialistas de diversos campos do conhecimento que utilizam o CSA como objeto de seus estudos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolver o conhecimento científico relacionado ao CSA.</li> <li>- Conservar o patrimônio ambiental e cultural como testemunho e documento que contribuam para o conhecimento científico.</li> </ul>
VISITANTES	Turistas que vão ao CSA atraídos, principalmente, pelo lazer ativo e contemplativo promovido pelas praias.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Descansar e usufruir do lazer.</li> <li>- Contemplar belezas cênicas naturais.</li> <li>- Ter bons serviços turísticos disponíveis.</li> </ul>

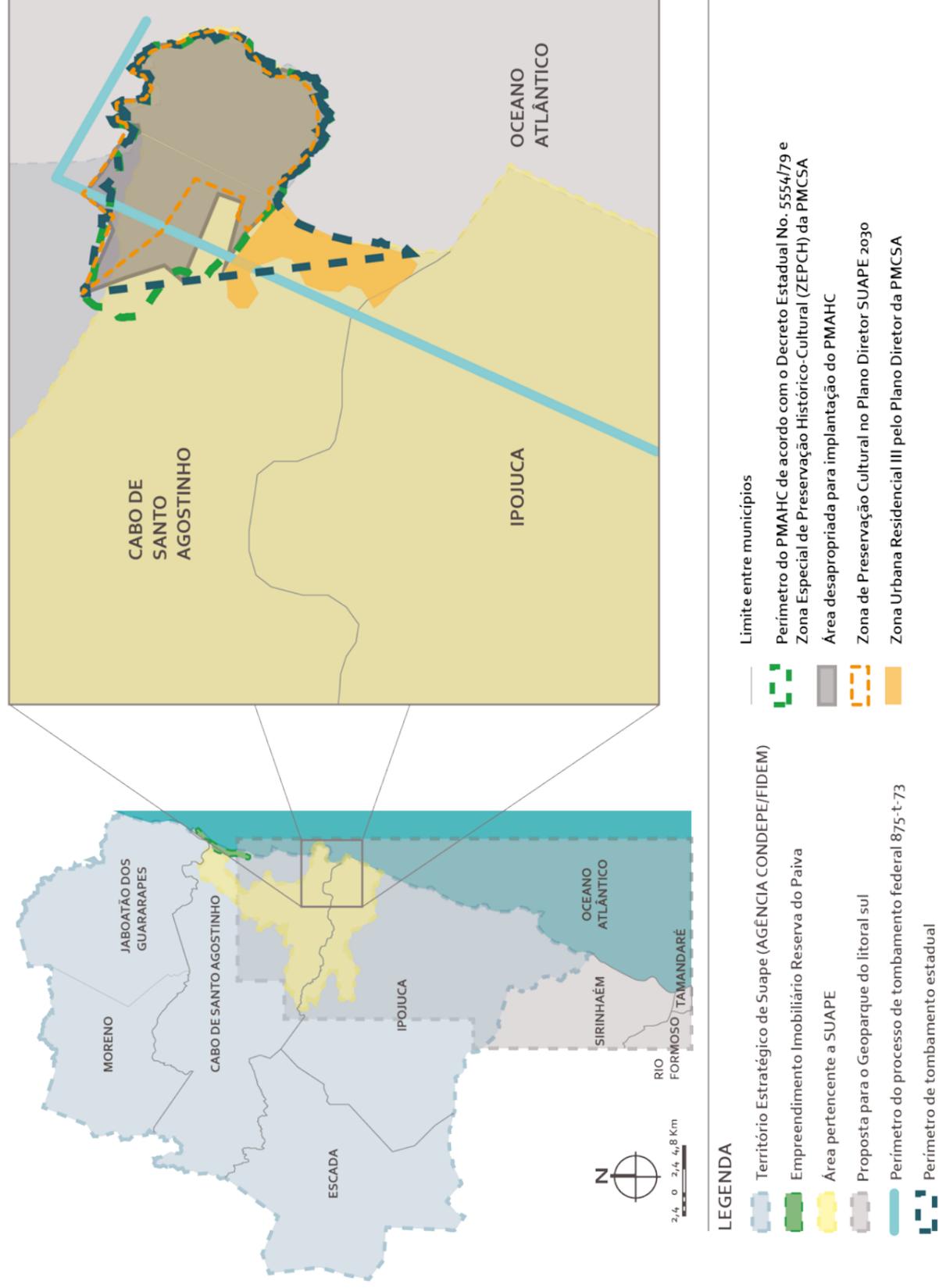
\* Instituições que compõem o Conselho Gestor do PMAHC

\*\* Informação extraída do site oficial da instituição na internet

## Quadro dos instrumentos incidentes sobre o Cabo de Santo Agostinho

INSTRUMENTO	DESCRIÇÃO	ESPECIFICIDADES
PLANO DIRETOR DO CSA Lei nº 2.360/2006	Zona Urbana Residencial III	Trata-se de uma Zona de Consolidação Urbana (LUOS - Lei nº 2.179/2004), que compreende área municipal com padrão de ocupação urbana litorânea consolidado.
	As Zonas Especiais de Preservação Histórico-Cultural (ZEPCH) 1 e 2	As ZEPCHs referem-se aos bens tombados existentes no município do Cabo. Nelas, são proibidas ações que ponham em risco a sua integridade físico-ambiental. A ZEPCH 1 refere-se à Igreja de Nazaré e ruínas do Convento Carmelita.  A ZEPCH 2 abrange o Sítio Histórico, Natural e Paisagístico do Cabo de Santo Agostinho, abrangendo as enseadas, os arrecifes e as praias de Suape, Gaibu e Calhetas, conjunto em parte protegido por tombamento estadual.
PLANO DIRETOR SUAPE 2030 Decreto nº 37.160/2011	Zona de Preservação Cultural (ZPC)	A ZPC compreende a área destinada à proteção do patrimônio histórico, arquitetônico, arqueológico e paisagístico. É uma zona de proteção histórica e ambiental, em virtude de sua "singular paisagem natural e cultural".
PARQUE METROPOLITANO Decreto Estadual nº 5.554/1979	Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti (PMAHC)	Integrante do Sistema de Parques Metropolitanos da RMR com o objetivo de reservar áreas livres RMR destinadas ao lazer público.
TOMBAMENTO ESTADUAL Decreto Estadual nº 17.070/1993	Sítio Histórico do Cabo de Santo Agostinho e Baía de Suape	Abrange a área do promontório equivalente ao PMAHC acrescida da Baía de Suape. Inclui a proteção a edificações, arborizações, arruados e topografias.
PROCESSO DE TOMBAMENTO FEDERAL 875-T-73	Conjunto de Áreas da Baía de Suape e do Cabo de Santo Agostinho	Processo em situação de sobrestado. Seu perímetro abrange Cabo de Santo Agostinho e Baía de Suape, que, atualmente, está sendo reestudado para dar continuidade ao processo de tombamento.
GEOPARQUE LITORAL SUL	Geoparque Litoral Sul de Pernambuco	Proposta de criação do geoparque a partir de relatório e diagnóstico apresentado ao Serviço Geológico do Brasil. A área envolve os municípios de Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Sirinhaém, Rio Formoso e Tamandaré. Destina-se à preservação do patrimônio geológico da área delimitada.
TERRITÓRIO ESTRATÉGICO DE SUAPE	Macrozona Especial de Proteção do Patrimônio Histórico-Cultural (MHC)	Corresponde à área do PMAHC, objetivando proteger áreas e bens que encerram valores culturais reconhecidos, tangíveis e intangíveis.
	Macrozona Especial de Lazer e Turismo (MLT)	Compreende grande parte do litoral do Cabo, incluindo a Baía de Suape e a praia de Gaibu. Objetiva proteger áreas que, por seus atributos ambientais, têm potencial para atividades recreativas e turísticas.

## Mapa com sobreposição dos perímetros



### LEGENDA

- Território Estratégico de Suape (AGÊNCIA CONDEPE/FIDEM)
- Empreendimento Imobiliário Reserva do Paiva
- Área pertencente a SUAPE
- Proposta para o Geoparque do litoral sul
- Perímetro do processo de tombamento federal 875-t-73
- Perímetro de tombamento estadual
- Limite entre municípios
- Perímetro do PMAHC de acordo com o Decreto Estadual No. 5554/79 e Zona Especial de Preservação Histórico-Cultural (ZEPCH) da PMCSA
- Área desapropriada para implantação do PMAHC
- Zona de Preservação Cultural no Plano Diretor SUAPE 2030
- Zona Urbana Residencial III pelo Plano Diretor da PMCSA

